

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E  
GESTÃO EDUCACIONAL - MESTRADO PROFISSIONAL

Marli Almeida de Oliveira

**DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DEMOCRÁTICA DO PLANO  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TOROPI/RS:  
POSSÍVEIS (RE)CONSTRUÇÕES NAS RELAÇÕES TEORIA-  
PRÁTICA**

Santa Maria, RS, Brasil  
2020

**Marli Almeida de Oliveira**

**DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DEMOCRÁTICA DO PLANO MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TOROPI/RS: POSSÍVEIS (RE)CONSTRUÇÕES  
NAS RELAÇÕES TEORIA-PRÁTICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Curso de Mestrado Profissional, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientador: Prof. Dr. Celso Ilgo Henz

Santa Maria, RS, Brasil  
2020

Oliveira, Marli

Desafios para a Efetivação Democrática do Plano Municipal de Educação no município de Toropi/RS: possíveis (re)construções nas relações teoria-prática / Marli Oliveira.- 2020.

128 p.; 30 cm

Orientador: Celso Ilgo Henz

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2020

1. Gestão Democrática 2. Plano Municipal de Educação  
3. Auto(trans)formação permanente com professoras/es 4.  
Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos 5.  
Gestão Dialogada e Participada I. Ilgo Henz, Celso II.  
Título.

**Marli Almeida de Oliveira**

**DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DEMOCRÁTICA DO PLANO MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TOROPI/RS: POSSÍVEIS (RE)CONSTRUÇÕES  
NAS RELAÇÕES TEORIA-PRÁTICA**

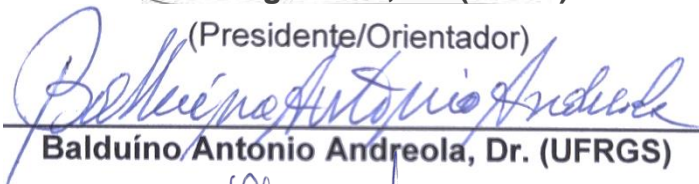
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Curso de Mestrado Profissional, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

**Aprovado em 27 de outubro de 2020:**

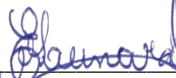


**Celso Ilgo Henz, Dr. (UFSM)**

(Presidente/Orientador)



**Balduino Antonio Andreola, Dr. (UFRGS)**



**Elisiane Machado Lunardi, Dra. (UFSM)**



**Joze Medianeira dos Santos de Andrade, Dra. (UFSM)  
(Suplente)**

Santa Maria, RS, Brasil

2020

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à todas as pessoas que caminharam comigo para sua construção, às mulheres coautoras da pesquisa e ao meu querido professor orientador e amigo...Celso*

## AGRADECIMENTOS

Ao agradecer remeto-me a frase de Cora Coralina, poetisa doceira, que cursou apenas até a terceira série do antigo primário, que escreveu sobre o seu tempo e sobre o futuro, destacando a realidade das mulheres dos anos de 1900; Cora enfatiza que "O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher". Desse modo, inicio meus agradecimentos à todas as pessoas que caminharam e semearam comigo, que juntas possamos prosseguir a semeadura e iniciar a colheita de nossas conquistas.

Agradeço a Deus, por sempre me guiar pelo melhor caminho e me permitir a graça do poder de escolha.

À minha família, minha mãe Nina, guerreira que nunca desistiu de seus sonhos; ao meu pai Assis, que sempre me ensinou amar e respeitar o próximo; à minha irmã, professora Mari, que tanto contribui em minha formação. Obrigada por vocês acreditarem em mim e sempre me incentivarem.

Ao meu amado Carlos, namorado, marido e companheiro, por me apoiar em todos os momentos. E com ele seus pais Ari e Marioni, mais que sogros, meus incentivadores.

Às professoras e mães (coautoras) da pesquisa, obrigada pela coragem, garra e companheirismo. Vocês alicerçaram essa pesquisa.

Aos meus colegas e professores do curso do Mestrado Profissional, pelas trocas de experiências, ideias, saberes e anseios durante todo o período do curso.

Ao Grupo "Dialogus: Educação, Auto(trans)formação e Humanização com Paulo Freire", pelas reflexões, diálogos e vivências.

Às minhas amigas Karine, Elaine, Maiti e Eliana por dividirem comigo esse sonho e por me "salvarem" tantas vezes.

De forma muito especial ao meu querido orientador Celso, que teve papel fundamental no desenvolvimento desta pesquisa, sem você eu jamais teria conseguido, obrigada por ser presença em meus dias, por todo carinho, amor, incentivo e companheirismo. Gratidão por acreditar em mim e sonhar comigo um mundo melhor.

Às demais pessoas que me ajudaram em algum momento, obrigada pelo carinho, pelos incentivos, por toda contribuição. Compartilho com todas/os minha alegria por esse momento!!

*"Não junto minha voz à dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da "justa ira" dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas".*

*(Paulo Freire - Pedagogia da Autonomia, 2006, p. 113-114)*

## RESUMO

### DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DEMOCRÁTICA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TOROPI/RS: POSSÍVEIS (RE)CONSTRUÇÕES NAS RELAÇÕES TEORIA-PRÁTICA

AUTORA: Marli Almeida de Oliveira

ORIENTADOR: Celso Ilgo Henz

Esta pesquisa do Mestrado Profissional insere-se na Linha de Pesquisa Gestão Pedagógica e Contextos Educativos, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria/RS. O objetivo principal foi estudar, debater e construir com professoras/es e comunidade escolar caminhos e dispositivos para a criação de uma Agenda para viabilizar a Gestão Democrática na rede municipal de educação, dialogada e participada, especialmente pela implementação e acompanhamento da Meta 19 (Dezenove) do Plano Municipal de Toropi/RS, bem como outras instâncias ou organismos de participação. Para sensibilização e realização da pesquisa-auto(trans)formação com as coautoras adotamos a proposta político-epistemológica dos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos (HENZ, 2015), como caminho metodológico no qual cada uma assumiu *dizer a sua palavra*; Dentro de abordagem de pesquisa qualitativa nossos encontros ocorreram virtualmente em virtude da pandemia da COVID-19. Estudos realizados individualmente e também compartilhados com as professoras e mães coautoras fizeram-nos acreditar que a gestão democrática e a auto(trans)formação permanente com professoras e professores são viáveis para um caminhar esperançoso em que queremos assumir nosso compromisso pedagógico e político como profissionais e humanos na construção de uma sociedade democrática. A compreensão e interpretação dos constructos epistemológicos auto(trans)formativos optamos pelo enfoque da hermenêutica filosófica. A conscientização propiciada pelos encontros dialógico-reflexivos desafiaram-nos ao compromisso com o protagonismo na luta por uma educação de qualidade social e humana, com *práxis* dialogadas e participadas, a serviço da libertação e humanização. Os diálogos e sistematização do constructo de intervenção (“produto final”), permitiu-nos constatar que legalmente o município de Toropi conta com normativas e marcos regulatórios para efetivar a Meta 19 do seu Plano Municipal de Educação, e a partir dela tornar toda educação municipal dialogada e participada com a comunidade. Assim, a Agenda consiste em propor caminhos e/ou estratégias para que as diferentes instâncias legais se concretizem. Mas para isso é necessária a vontade política dos gestores, bem como o interesse das/os munícipes à construção coletiva, cooperativa e cidadã. Para tanto, o foco das ações deve priorizar a auto(trans)formação permanente com professoras, para que se assumam como protagonistas na implementação de *práxis* democráticas nas escolas e na sociedade.

**Palavras Chave:** Gestão Democrática. Plano Municipal de Educação. Auto(trans)formação permanente com professoras/es.



## ABSTRACT

### CHALLENGES FOR DEMOCRATIC EFFECTIVENESS OF THE MUNICIPAL- EDUCATION PLAN OF TOROPI/RS: POTENTIAL (RE)CONSTRUCTIONS POSSÍVEIS IN THEORY-PRACTICAL RELATIONS

Author: Marli Almeida de Oliveira

Advisor: Celso Ilgo Henz

This Professional Master's research is part of the Pedagogical Management and Educational Contexts Research Line, of the Postgraduate Program in Public Policies and Educational Management (PPPG) at the Federal University of Santa Maria (UFSM), RS. Its main goal consists in the study, debate and construction of paths and devices for the creation of an Agenda, involving teachers and school community. Such an Agenda hopes to make Democratic Management viable in the municipal education network, dialogued and participated, especially by the implementation of a goal within the Municipal Plan of Toropi/RS. For raising awareness and carrying out self-(trans)formation, we have adopted the political-epistemological proposal of the Investigative self-(trans)formative Dialogic Circles (HENZ, 2015) as a methodological path. Within a qualitative research approach, our meetings were held virtually due to the COVID-19 pandemic. After carrying individual and shared studies with co-authored teachers and mothers, we strongly believe that democratic management and permanent self-(trans)formation is not only feasible, but it also reinforces our pedagogical and political commitment as professionals in the construction of a democratic society. For the understanding and interpretation of self-(trans)formative epistemological constructs, we have opted for the philosophical hermeneutics approach. The understanding brought about by the dialogical-reflective meetings propelled us to fight for an education of social and human quality, with dialogued and participated praxis, in the service of liberation and humanization. The dialogues and systematization of the intervention construct ("final product"), have allowed us to verify that Toropi has legal regulations and regulatory milestones for the implementation of Goal 19 of its Municipal Education Plan. Consequently, this goal has the potential to make all education to be dialogued and shared with the community. Thus, the Agenda consists of proposing new paths and/or strategies for different legal instances. In order to do so, it requires the political will of the managers, as well as the interest of the society into a collective and cooperative construction. For this end, the actions should focus on the permanent self-(trans)formation with teachers, placing them as protagonists in the implementation of the democratic praxis in schools and in society.

**Keywords:** Democratic management. Municipal Education Plan. Permanent self-(trans)formation with teachers.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Grupos nos eixos temáticos .....	43
Figura 2 – Plenária para construção do PME em Toropi/RS .....	43
Figura 3 – Caráter do CME em Toropi .....	46
Figura 4 – Movimentos para a dinâmica dos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos .....	61
Figura 5 – Tramas complexas da Mandala tibetana .....	62
Figura 6 – Localização de Toropi no Mapa do Rio Grande do Sul .....	66
Figura 7 – Nuvem com nomes femininos .....	71
Figura 8 – Grupo no whatsapp com as coautoras .....	80
Figura 9 – Organização dos círculos .....	86
Figura 10 – Meta 19 do PME .....	91
Figura 11 – Estratégias referentes a Meta 19 .....	91
Figura 12 – Mensagem .....	92
Figura 13 – Portaria 019/2014 e Decreto 1.878/2014 .....	99
Figura 14 – Mensagem do sexto círculo .....	100
Figura 15 – Principais palavras geradoras .....	101

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Leis Federais, Estadual e Municipal .....	32
Tabela 2 – Referente a Meta 19 .....	45
Tabela 3 – Funções do CME .....	46
Tabela 4 – Desenho da Pesquisa .....	63
Tabela 5 – Estrutura da administração pública municipal .....	65
Tabela 6 – Matrículas da Rede Municipal .....	68
Tabela 7 – Reflexão do quarto círculo .....	93

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	Associação de Pais e Mestres
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CF	Constituição Federal
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CME	Conselho Municipal de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONEB	Conselho Nacional de Entidades de Base
COVID	Corona Vírus Disease
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
EAD	Educação a Distância
EC	Emenda Constitucional
ED	Equipe Diretiva
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FME	Fórum Municipal de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOA	Lei Orçamentária Anual
LP2	Linha de Pesquisa 2
MP	Mestrado Profissional
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEE	Plano Estadual de Educação
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROUNI	Programa Universidade para todos
RS	Rio Grande do Sul
SEE	Sistema Estadual de Ensino
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SNE	Sistema Nacional de Ensino
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

## SUMÁRIO

<b>1 INICIANDO OS DIÁLOGOS .....</b>	<b>14</b>
1.1 UMA GENTEIDADE EM AUTO(TRANS)FORMAÇÃO.....	16
1.2 JUSTIFICATIVA .....	28
<b>2 SUBSÍDIOS TEÓRICOS CONCEITUAIS: DIALOGANDO COM OUTRAS AUTORIAS.....</b>	<b>31</b>
2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DIALOGADA E PARTICIPADA .....	31
2.2 GESTÃO EDUCACIONAL E GESTÃO ESCOLAR: POR UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA, EMANCIPATÓRIA E CIDADÃ .....	36
2.3 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	40
2.4 AUTO(TRANS)FORMAÇÃO PERMANENTE COM PROFESSORAS E PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	50
<b>3 ENTRECruzando Caminhos e Pessoas pela Pesquisa- Auto(Trans)Formação .....</b>	<b>56</b>
3.1 CONTEXTO DA PESQUISA .....	63
3.2 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE TOROPI/RS.....	64
<b>3.2.1 Estrutura da Administração Pública Municipal .....</b>	<b>65</b>
<b>3.2.2 Localização geográfica e divisão territorial .....</b>	<b>65</b>
<b>3.2.3 Características Físicas .....</b>	<b>66</b>
<b>3.2.4 Contexto educacional.....</b>	<b>67</b>
3.3 CONHECENDO AS MULHERES COAUTORAS.....	69
3.4 NA DIALOGIA DOS CÍRCULOS, O EMERGIR DE UTOPIAS E COMPROMISSOS .....	80
<b>3.4.1 Pesquisando e auto(trans)formando-se em tempos de pandemia.....</b>	<b>81</b>
<b>4 AGENDA PARA DEMOCRATIZAÇÃO NA GESTÃO: ALTERNATIVAS E CAMINHOS DO POSSÍVEL.....</b>	<b>101</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES INACABADAS... PARA PROSSEGUIR SONHANDO, DIALOGANDO E AUTO(TRANS)FORMANDO-SE.....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>112</b>
<b>ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE ..</b>	<b>116</b>
<b>ANEXO B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE - TCLE .....</b>	<b>119</b>

<b>APÊNDICE A – PROPOSTA DOS CÍRCULOS, ENCAMINHADO JUNTAMENTE COM O CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA.....</b>	<b>120</b>
<b>APÊNDICE B – CONVITE ENCAMINHADO À APM DE TOROPI .....</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICE C – MEMORANDO ENCAMINHADO À SMEC DE TOROPI.....</b>	<b>124</b>
<b>APÊNDICE D – CONVITE DE QUALIFICAÇÃO E DEFESA.....</b>	<b>126</b>



## 1 INICIANDO OS DIÁLOGOS

Esta pesquisa vem se constituindo há muito tempo, embora nem sempre tivéssemos<sup>1</sup> essa consciência da processualidade no *quefazer* de estudante, professora, gestora e acadêmica em cursos de graduação e de pós-graduação. Hoje conseguimos reconhecer que a inquietação pela temática que ousamos abordar tem a ver com nossas práticas pessoais e profissionais ligadas a instâncias de gestão e de organização da rede/sistema municipal. As leituras e estudos realizados, especialmente no curso de especialização em Gestão Educacional, aproximaram-nos das prerrogativas legais que apontam para os princípios da gestão democrática nas políticas educacionais, isto nos levou a também ter outro olhar (talvez mais crítico) sobre as experiências com a organização e a gestão nos sistemas municipais e nas escolas.

A realidade apresentada durante a nossa caminhada vem nos mostrando que a maioria dos municípios ainda não conseguiu implementar uma gestão democrática em suas redes/sistemas, eis a razão desta pesquisa no município de Toropi/RS.

Apresentaremos a estrutura organizada na dissertação: a subseção "Uma *genteidade* em auto(trans)formação" traz nossa trajetória pessoal, profissional e acadêmica; é escrita na tentativa de realizar a compreensão com a aproximação da temática da pesquisa. Na próxima subseção, trazemos a justificativa da pesquisa juntamente com sua problemática e os objetivos (geral e específicos).

A seção seguinte aborda os marcos legais e conceituais da pesquisa e é dividida em quatro subseções: A primeira, intitulada "Gestão democrática: entre a teoria e a prática dialogada e participada" faz uma breve abordagem acerca dos princípios democráticos garantidos na legislação na esfera Federal, Estadual e Municipal. A segunda subseção traz uma discussão sobre a gestão educacional e a gestão escolar, abordando sobre estado, democracia, as lutas por uma educação emancipatória e cidadã para todas e todos. Na terceira subseção apresentamos o

---

<sup>1</sup> A pesquisa se constituiu de muitas vozes, surge da necessidade observada por mim, por colegas de profissão e ainda por contribuições do professor orientador, então usamos a linguagem em primeira pessoa do plural, para que todas essas vozes estejam representadas na escrita, porém por vezes usarei a primeira pessoa do singular por se tratar de vivências mais individuais.



Plano Municipal de Educação (PME), especialmente a Meta 19<sup>2</sup> como possibilidade de reorganização e efetivação da gestão democrática e sua construção no município de Toropi/RS. A quarta subseção discorre sobre a auto(trans)formação permanente com professoras e professores na perspectiva da gestão democrática como um tema latente, que desafia as escolas a criarem espaços-tempo para processos de auto(trans)formação permanente com as professoras e os professores, como ação-reflexão-ação sobre as suas práticas e concepções. A subseção seis apresenta o contexto em que a pesquisa foi desenvolvida.

Na seção referente à metodologia, apresentamos os caminhos metodológicos, sendo caracterizada como uma pesquisa qualitativa do tipo pesquisa-formação, tendo como metodologia principal os Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos, que foram realizados de maneira virtual; o enfoque para compreensão e interpretação dos constructos epistemológicos se deu na perspectiva da hermenêutica filosófica. Nesta seção também apresentamos o contexto da pesquisa e sua caracterização e estrutura; conhecemos nossas coautoras, e como se deu a dinamicidade e processualidade dos círculos virtuais em tempos pandêmicos.

A seção seguinte apresenta nossa proposta de Agenda para efetivação de processos democráticos no contexto escolar; trouxemos algumas alternativas que foram (re)conhecidas e construídas de forma cooperativa com as coautoras no desenvolvimento da pesquisa auto(trans)formativa.

Na quinta seção trazemos nossas considerações inacabadas, todas as contribuições que a pesquisa trouxe para auto(trans)formação e para o contexto educativo.

---

<sup>2</sup> assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (TOROPI, 2015, p. 79).

## 1.1 UMA GENTEIDADE EM AUTO(TRANS)FORMAÇÃO

*(...) Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje (...). Temos de saber o que fomos, para saber o que seremos. (FREIRE, 1982, p. 33)*

Escrever-me<sup>3</sup> consiste em uma viagem maravilhosa, com lembranças de momentos marcantes em minha trajetória existencial como pessoa e profissional, com (re)encontros inesperados que vão revelando(-nos) pela/na história que vimos sendo com as(os) outras(os) e o mundo. Por isso esse “caminhar para si” (JOSSO, 2010) também tornou-se mais difícil do que pensava, pois implicou em revisitar momentos lindos e outras experiências nem sempre agradáveis, que já estavam adormecidas com o passar dos anos; recordar é (re)significar<sup>4</sup>, é descobrir o quanto somos “pedaços” de outras pessoas e lugares com que(m) vimos nos constituindo. Nas palavras de Arroyo (2001),

quando revisitamos nosso lugar, nossa cidade, matamos saudades e encontramos surpresas. Cada vizinho nos conta uma história do lugar. Não podemos acreditar em tudo, mas nos faz bem ouvi-las. Reacendem nossa memória e nossa identidade. Somos o lugar onde nos fizemos, as pessoas com quem convivemos. Somos a história de que participamos. A memória coletiva que carregamos. (p. 14).

Ao escrever-me necessito reviver minha história, apresentando as memórias das vivências que vêm me constituindo como profissional e, antes disso, como gente, gente que busca sua *genteidade*<sup>5</sup> a cada vivência com diferentes pessoas, em vários lugares e tempos, com muitas “exclamações”, “interrogações”, “silêncios” e “reticências”...

No ano de 1987 (mil novecentos e oitenta e sete), aos 15 (quinze) dias do mês de março, iniciei minha caminhada; nasci na cidade de São Pedro do Sul/RS, filha de agricultores, Maria Eni Almeida de Oliveira e Assis Mayer de Oliveira,

<sup>3</sup> Aqui opto por usar a linguagem em primeira pessoa do singular por se tratar da minha trajetória de vida, de vivências pessoais.

<sup>4</sup> Optamos por essa grafia por entender que (re) significar é olhar de longe, admirar novamente e descobrir novos sentidos para o vivido em outros tempos/lugares. O que era só vivência ganha significado de experiência formativa (JOSSO, 2004), cria novos sentidos;

<sup>5</sup> Henz (2007), destaca a palavra *genteidade* com base nos pressupostos freireanos, no livro Educação Humanizadora na Sociedade Globalizada, e seu conceito está relacionado ao inacabamento do ser humano e sua constituição como sujeito que aprende permanentemente, com os outros e com o mundo.

residentes em uma localidade do meio rural, interior no município de Toropi, pequena cidade localizada na região central do Rio Grande do Sul; primeira filha e primeira neta de todos os avós, vivenciei a amorosidade e aprendemos juntos como ser filha, mãe, pai e avós.

Em 1993 (mil novecentos e noventa e três), quando completei 06 (seis) anos de idade, ganhei uma companheira, que viria para desfrutar toda essa amorosidade junto comigo e que me ensinaria a ser a irmã mais velha; ganhei uma irmã e com ela algumas responsabilidades. Naquele instante não tinha dimensão do quão valioso era poder desfrutar e vivenciar a experiência de ter para sempre uma companheira. Durante nossa infância tivemos alguns desentendimentos, disputas pela atenção do pai e da mãe, “briguinhas” por brinquedos, mas juntas nos fortalecemos e resistimos a um futuro que parecia estar desenhado, pois nascemos em uma família de baixa renda, sem condições de pagar por nossos estudos e desde muito novas precisamos trabalhar no plantio e na colheita para ajudar nossos pais no sustento da família.

Hoje tenho certeza que foi o melhor presente que meus pais me deram, tenho uma irmã companheira, confidente e minha melhor amiga. Sempre com muita luta e esforços conseguimos construir e realizar muitos sonhos, atualmente continuamos lutando juntas e com outras pessoas que se somam nesta caminhada em prol de uma educação libertadora e humanizadora.

A esperança de *ser mais* (FREIRE, 2006) sempre fez parte do nosso contexto familiar, mesmo com poucas condições econômicas e dificuldades para estudar. Desse modo, minha existência nunca deixou de ser regada por sonhos, pois, como Paulo Freire (1992) assegura, “não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança” (p.91). Assim, em 1994 (mil novecentos e noventa e quatro), dei meus primeiros passos na vida escolar, na Escola Municipal Antônio Augusto Borges de Medeiros, uma escola rural, multisseriada, distante aproximadamente uns trinta minutos da minha residência, que eram trilhados com passos largos e alegres de uma criança, pois não havia transporte escolar disponível. Este ano foi maravilhoso, a minha primeira experiência escolar....

Lembro tão bem do meu primeiro material escolar, da satisfação no rosto de meus pais e da minha alegria em ir para escola; minha primeira professora era uma mulher da nossa comunidade, pela qual tínhamos grande admiração, fui muito bem

acolhida por ela e, aos poucos, foi me auxiliando a descobrir minha própria autonomia.

Lembro-me inclusive de que nos primeiros dias de aula me deixava levar a mamadeira para merenda; que sorte a minha de já na primeira experiência escolar encontrar uma educadora humana que permitia viver sua *genteidade*, pois, "no fundo, o essencial nas relações entre educador e educando, [...] é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia. Me movo como educador porque, primeiro, me movo como gente" (FREIRE, 2006, p.94).

Durante a primeira série tive três professoras diferentes. No entanto recordo com alegria da professora Ilésia, que vinha de Tupanciretã/RS e se hospedava na casa dos meus avós paternos, uma vez que era comum nesse tempo as famílias acolherem os professores para garantir o acesso à educação daquela comunidade. Eu, com seis anos, chegar à escola juntamente com minha professora e contar para os colegas que passava o final de semana estudando e brincando com a mesma, era algo mágico.

Nos próximos dois anos estudei na mesma escola, desfrutando da companhia e da partilha da querida professora e dos colegas. Porém, na 4<sup>o</sup> série aconteceram algumas mudanças, sendo a primeira delas o local onde morávamos; nos mudamos... e, para minha felicidade, morava a cinco minutos da escola. No entanto, fomos surpreendidos com a suspensão das atividades na instituição, pois esta situava-se na divisa de dois municípios e, naquele ano, havia um desentendimento sobre de quem seria a responsabilidade administrativa e financeira do prédio, fazendo com que a mantenedora suspendesse as atividades da escola.

Então, cursei a 4<sup>a</sup> série em uma escola do município vizinho, Jari/RS, que era bem distante; ganhei uma bicicleta para ir até a escola e, embora distante, era muito divertido, pois levava uma colega junto, o que fazia com que o longo trajeto fosse uma viagem no faz de conta e no mundo da nossa imaginação. Estudávamos no turno da manhã, durante a tarde auxiliava meus pais com algumas tarefas domésticas e pequenas contribuições na roça, além de "tomar conta" da minha irmã pequena.

A preocupação com a educação dos filhos e do funcionamento de uma escola próxima da comunidade sempre esteve presente naquele grupo de pais, que pleitearam pela reabertura de minha antiga escola. Graças a seus esforços e

organização conseguiram reabri-la, o que possibilitou que, durante a 5ª série, tivesse a oportunidade de retornar à escola. A satisfação de estar perto de casa e novamente naquele contexto educacional foi imensa. No entanto, as condições de funcionamento ainda eram precárias, pois não havia água encanada, energia elétrica e nem banheiros.

Éramos uma turma multisseriada com as crianças dos arredores da escola, com forte participação dos pais nas reuniões e em mutirões de limpeza de pátio e de horta. Na época, a professora havia concluído sua formação recentemente, e nós fomos sua primeira experiência docente. Com a realidade das escolas rurais de municípios de interior, nas quais a professora lecionava para as cinco séries, cozinava, limpava e desenvolvia a gestão administrativa e pedagógica da instituição, ajudávamos também nas tarefas de limpeza, de buscar água e de cultivar a horta. Não tínhamos maturidade para refletir sobre tal fato, mas hoje lembro que fazíamos tudo com muita pressa e agilidade para poder curtir com os colegas as brincadeiras ao ar livre; nossa brincadeira preferida era de “caçador”<sup>6</sup>. Agora, com um pensamento mais crítico, compreendo e interpreto o quanto isso me marcou, pois, a escola, os professores, os colegas também nos deixam marcas. Nesse caso,

Levamos pela vida marcas de múltiplos tempos de socialização e aprendizagem e também da escola que freqüentamos, das professoras e dos professores com que convivemos por longas horas e longos anos. Lembramos de interpretar a realidade, de conviver, de ser. Nos aprendemos no gesto, no espelho daquela professora ou professor de quem guardamos uma imagem positiva ou negativa. Marcas da escola que continuam, ainda que os conhecimentos das matérias tenham se perdido no desuso. (ARROYO, 2001, p.155)

Nos anos que se seguiram, estudei na Escola Estadual de Ensino Médio Afonso Maurer, localizada na sede no município, contando com a oferta do transporte escolar, o que me possibilitou concluir o ensino médio nessa escola.

E nesse momento faz-se necessário falar de vivências que vieram me constituindo a professora Marli. Durante o ano de 2004 (dois mil e quatro) consegui,

---

<sup>6</sup> jogo/brincadeira em que escolhíamos dois "líderes" para ficarem nas pontas do campo e arremessar a bola tentando acertar os demais, objetivo era acertar a bola em um colega e com isso ir somando os pontos, mas o legal da brincadeira era quando conseguíamos agarrar a bola nos braços e com isso nos salvávamos e trocávamos de lugar com o líder. Ao final vencida a equipe que conseguia acertar mais colegas.

em razão de minhas boas notas e de uma seleção, o meu primeiro trabalho: realizei um estágio remunerado, pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) na Prefeitura Municipal de minha cidade. Foi um ano maravilhoso para meu enriquecimento curricular e de aprendizados de vida, pois cursava o terceiro ano do ensino médio, trabalhava durante o dia e estudava à noite, voltava para casa todas as noites e retornava ao trabalho bem cedinho com o transporte escolar. Após a conclusão do ensino médio, prestei vestibular para o curso de Administração, no qual não obtive sucesso, o que por hora me condicionou a uma acomodação quanto aos estudos.

Consegui um trabalho informal, durante 40 (quarenta) horas semanais, e por 04 (quatro) anos me dediquei exclusivamente ao trabalho, o que não deixou de ser uma oportunidade de aprendizado; trabalhei com atendimento ao público em um estabelecimento comercial da cidade. Lá auxiliava em todos os serviços, cozinhava, atendia aos clientes, realizava as compras e assim fui reafirmando a ideia de que conviver com outras pessoas, dialogar com antagônicos, é uma experiência enriquecedora que nos permite vislumbrar possibilidades, refletir, compreender e ter empatia pelos outros. Também nesse período conheci meu companheiro, uma pessoa que sempre respeitou minhas decisões, sempre me apoiou e que, com certeza, contribui muito em minha caminhada, meu esposo Carlos, homem íntegro e de coração puro.

Porém, por compartilhar da ideia de que “[...] os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas. Implica luta” (FREIRE, 2000, p. 54), busquei algo a mais. Em 2009 (dois mil e nove), voltei a trabalhar na Prefeitura, desta vez na Secretaria de Educação, e foi a partir deste momento que comecei a trilhar minha caminhada no contexto educacional. O novo desafio me levou a participar de cursos, seminários, congressos e capacitações, fazendo-me compreender a necessidade de uma formação específica na área, levando-me à certeza da necessidade de continuar com os estudos.

Em 2010 (dois mil e dez) comecei a graduação em Pedagogia. Foi um período de muitos desafios, inclusive quanto à escolha da modalidade de Educação a Distância (EAD) na Universidade Anhanguera-Uniderp Centro de Educação a Distância - Polo de São Pedro do Sul. As aulas aconteciam no polo dois dias por

semana, e foi uma etapa maravilhosa em minha vida, principalmente porque também desfrutava da companhia da minha queridíssima amiga Karine, pois íamos juntas para faculdade e daí nossa amizade se fortaleceu ainda mais por meio dos seguidos e intensos diálogos e partilhas.

Durante o processo formativo na graduação me entreguei muito, participei de todas as experiências possíveis, assumi algumas responsabilidades junto às colegas, como organização das atividades e eventos, inclusive da própria formatura. Estava encantada com todas as possibilidades, pois o curso de graduação me proporcionou diversas vivências, como trabalhos voluntários, estágios e grupos de pesquisa/estudo, isso sem contar com todo o aprofundamento teórico que obtive nesse período e as amizades que conquistei. Formei-me em Pedagogia Licenciatura Plena no ano de 2013 (dois mil e treze), comemorei com familiares e amigos em uma belíssima festa, até hoje ao fechar os olhos lembro-me de cada detalhe da noite de formatura, dos rostos sorrindo comigo e do “friozinho” na barriga ao ir receber o tão sonhado diploma.

Após a formação inicial me desafiei à busca de uma especialização, o que me levou a procurar a seleção para Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), modalidade EAD, no Polo de Agudo/RS. Sempre tive muita vontade de fazer parte dessa Universidade, por saber de sua credibilidade na área de educação, por conhecer suas propostas e profissionais que fazem dela uma das melhores e mais conceituadas universidades do país. No ano de 2014 (dois mil e quatorze), ingressei na especialização, focando meus estudos na área da Gestão; hoje (re)significo essa escolha pela inquietude que me movia a partir das experiências que vivia, que me levaram a pesquisar e investigar dentro da rede/sistema em que atuava. Tentando compreender a importância e as contribuições do profissional supervisor escolar de escola pública, no sentido de verificar como este interfere nas decisões tomadas na escola e qual o perfil deste profissional. Dediquei-me à monografia “As atribuições do “supervisor escolar” nas escolas de educação básica do município de Toropi/RS”<sup>7</sup> e, ao mesmo tempo em que investigava sobre quais suas atribuições,

---

<sup>7</sup>Monografia apresentada em novembro de 2015. Professora orientadora: Alexandra Silva dos Santos Furquim;

vivenciei experiências e aprendizagens pelas quais ia me auto(trans)formando como profissional e pessoa.

Ainda no ano de 2013 (dois mil e treze), minha trajetória profissional teve algumas curvas no caminho. Nesse ano fui desafiada a um outro compromisso junto à Secretaria da Fazenda do município de Toropi, convidada pelo prefeito eleito para assumir o cargo de Diretora de Compras. Com isso afastei-me da rotina da Secretaria da Educação, mas foi um período de muitas buscas e incertezas, pois continuava cursando a pós-graduação em Gestão, ainda que com menos possibilidades de vivenciar o dia-a-dia das escolas e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC); entre as colegas do curso, eu era a única que não atuava diretamente na educação. Mas como tudo na vida pode tornar-se aprendizado, aproveitei esse período para conhecer e compreender melhor as políticas públicas de financiamento da educação, uma vez que todas as compras com valores abaixo do valor de licitação estavam sob minha responsabilidade.

A incessante busca pela educação me levou a prestar concursos públicos para docência em municípios vizinhos. Mesmo aprovada, mas ainda não nomeada, no mês de agosto do ano de 2015 (dois mil e quinze), após a aposentadoria da colega que ocupava o cargo de “supervisor escolar”<sup>8</sup>, fui convidada a retornar para a Secretaria de Educação, dessa vez assumindo e me desafiando no cargo de gestão e supervisão escolar. Via na educação a possibilidade de propiciar vivências fascinantes para as crianças e comunidade. Participar da gestão educacional do meu município foi extremamente gratificante, mas sempre mantive a consciência de que havia a necessidade de buscar mais, de obter mais conhecimento, formação, levando-me à consciência do *inacabamento*. (FREIRE, 1992).

Assim, durante este período tentei caminhos e possibilidades de aproximação entre a gestão e a comunidade escolar, muito provavelmente já em decorrência das leituras e dos debates sobre gestão democrática no curso de especialização. Quando assumi, o Plano Municipal de Educação (PME) estava sendo discutido e implantado em nosso município; desde então sempre primei pela participação das famílias, dos professores e dos funcionários nas atividades na escola, já na perspectiva de processos dialogados e participados com todas e todos, propiciando

---

<sup>8</sup> O quadro de cargos do município de Toropi ainda mantém essa denominação para o profissional que atua na coordenação pedagógica das escolas municipais.



que se sentissem inseridas/os ativamente na construção da gestão e caminhada educacional. Na rotina da Secretaria Municipal de Educação acabei me deparando com situações pontuais/administrativas que, por muitas vezes, exigiam muito empenho e tempo, o que acabou me distanciando um pouco das ações pedagógicas das escolas.

Em fevereiro de 2016 (dois mil e dezesseis) fui nomeada no primeiro concurso público. Nesse momento um misto de alegrias e de incertezas tomou parte de mim. Busquei muito por esse dia, mas ao mesmo tempo teria que me desligar do cargo que ocupava na Secretaria de Educação de Toropi, deixar as amizades significativas que construí, todos os projetos em andamento, enfim deixar o “meu lugar” para arriscar-me numa nova experiência. Com os desafios postos, assumi uma turma de educação infantil em uma escola rural no município de São Pedro do Sul/RS.

A auto(trans)formação cabe a todas/os nós educadoras e educadores, quando nos desafiamos ao engajamento e ao compromisso em (re)construir, hoje e sempre, a educação do nosso lugar e tempo, com as suas gentes, visando o mundo melhor sonhado por nós. Desistir não é uma opção, o que temos pela frente é a perspectiva de que, por meio da educação, ajudemos as novas gerações a constituir um amanhã mais justo, digno, ético, com condições e possibilidades para todas e todos, que garanta não só o acesso, mas a permanência na escola pública de qualidade, que essa seja sustentável, responsiva e que permita a todas e todos “dizerem a sua palavra” (FIORI, 2014).

Ainda no ano de 2016 (dois mil e dezesseis), em julho, com muita alegria no coração, recebi a segunda nomeação em concurso público. Desta vez na minha querida cidade, voltando para a Prefeitura Municipal de Toropi como docente da rede pública municipal, com a sensação de um sonho realizado, pois desde que iniciei minha caminhada profissional sempre sonhei com a "estabilidade" de um concurso público, e ainda mais sonhado-realizado por ser “no meu lugar”. Neste sentido, Freire corrobora:

Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina. (FREIRE, apud BRANDÃO, 1988, p. 101).

Esperançosa e feliz, percebia a necessidade de mais, de dar continuidade a essa (trans)formação pessoal-profissional para atender cada vez melhor os anseios dos alunos, dos pais, das colegas e da escola. Entendo que é necessário assumirmos também esses papéis, acolhermos todas e todos que diariamente vêm até nós educadoras e educadores, propiciando relações democráticas, dialogadas e participadas, que façam com que cada uma e um sinta-se comprometida/o com a “sua escola”, engajando-se para que tudo nela contribua para vivências e processos de ensino-aprendizagem significativas para as/os estudantes e a comunidade.

Assim, segui a concepção de esperança descrita na obra de Freire, cuidando para que a esperança não se desvie e não se perca na espera passiva, buscando atender ao objetivo da construção de um novo amanhã, sabendo que este precisa iniciar hoje, o que me levou a reconhecer que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses *quefazer*es se encontram um no corpo do outro” (FREIRE, 2006, p.30).

Assim, em 2017 (dois mil e dezessete), me inscrevi na seleção do Curso de Especialização em Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas à Educação pela Universidade Federal de Santa Maria, no Polo de Agudo/RS, por vivenciar situações reais no cotidiano escolar e acreditar que o/a professor/a precisa estar em constante formação. Assumindo o compromisso de ensinar-aprender para além dos conteúdos, desenvolver com os estudantes a criticidade, a sensibilidade, a reflexão, o diálogo rigoroso e amoroso, potencializando e desenvolvendo suas capacidades e sensibilidades, sempre pela prática da “escuta sensível” (HENZ, 2015) e do “dizer a sua palavra”. Diante disso, as Tecnologias de Informação e Comunicação Aplicadas à Educação – TICs – surgem como possíveis aliadas neste processo, caracterizando-se não só como um instrumento, mas também como um caminho para a construção do conhecimento e da autonomia. Nesta perspectiva, desenvolvi o estudo "As Tecnologias da Informação e da Comunicação na Formação Continuada de Professores: um estudo de caso no município de Toropi/RS"<sup>9</sup>.

Até então sempre me desafiei na educação a distância ou semipresencial. Mas sentia que precisava de mais, de outras e diferentes experiências e processos

---

<sup>9</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em dezembro de 2018, professora orientadora Eunice Maria Mussoi.

de auto(trans)formação; queria muito realizar um curso presencial, com a interação em tempo real, com o toque de amorosidade e rigorosidade das outras pessoas “sentidas na pele”. Busquei então a seleção para o Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM.

O curso, inserido no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, tem como objetivo geral:

Promover formação continuada aos profissionais da educação, no sentido de qualificar a sua atuação em processos de gestão administrativa, financeira e pedagógica das redes/sistemas e contextos educativos, considerando as políticas públicas da educação em inter-relações com os desafios educacionais da contemporaneidade. (UFSM, 2015, p. 23).

A aprovação em todas as etapas do mestrado foi, sem dúvida, um sonho realizado, pois assim como fui a primeira filha, primeira neta dos meus avós, também fui a primeira pessoa da minha família a ingressar no ensino superior e, agora, para alegria e orgulho de todos os familiares, consegui a façanha de me inserir em curso presencial, na Universidade Pública, tão concorrido e desejado por muitas pessoas. Claro, também vieram muitos novos desafios, considerando que continuo a trabalhar 40 (quarenta) horas semanais em sala de aula e a demanda de aulas, leituras e pesquisa são de nível de mestrado.

Com a experiência já adquirida na gestão e por compreender que somos seres inacabados e sempre aprendentes, em permanentes processos de auto(trans)formação, além da atuação em sala como regente de uma turma de segundo ano do ensino fundamental e de outra turma de educação infantil da rede municipal de ensino de Toropi, idealizei a pesquisa de modo a contemplar e auxiliar nos processos de gestão escolar e na construção de uma maior democratização nas escolas municipais, tendo como linha de pesquisa a LP/2 – Gestão Pedagógica e Contextos Educativos. A LP/2 é descrita como uma linha de pesquisa onde

desenvolvem-se pesquisas aplicadas e projetos de intervenção com o foco na gestão pedagógica e contextos educativos, em especial na gestão escolar. O Objetivo principal está na busca pela formação qualificada dos professores para o exercício da ação docente, de maneira inovadora, proativa, reflexiva, contextualizada, competente, democrática, participativa e compartilhada. Neste sentido, prioriza-se reconhecer e compreender os processos de planejamento e avaliação relacionados a gestão do pedagógico, com vistas a intervir de maneira qualificada no espaço da sala de aula e da gestão escolar; reconhecer e articular os princípios e os

mecanismos de democratização da escola na gestão administrativa e financeira a serviço do pedagógico; desenvolver a capacidade de planejamento, elaboração, organização, desenvolvimento e avaliação de projetos/programas/planos no âmbito escolar; desenvolver estratégias criativas de gestão pedagógica relacionadas aos processos de ensino e de aprendizagem; promover práticas de inovação na gestão da aula; [re]construir e [re]significar competências docentes. (UFSM, 2015, p. 23).

Descobri, no Mestrado Profissional e na academia (UFSM), pessoas dispostas a auto(trans)formarem-se para vivenciarem práticas mais ricas, abertas e significativas, de comunicação pedagógica inovadora, profunda, criativa, crítica e progressista-transformadora. Com satisfação, percebo o engajamento de mais e mais pessoas que estão ou mudando ou querendo mudar nosso cenário educacional. Isso me motiva, impulsiona-me a cada dia mais acreditar e lutar pela transformação da nossa sociedade, consciente de que faço parte dessa história, dessa luta constante...

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. (FREIRE, 2000, p.33).

Por acreditar nesses *inéditos viáveis* (FREIRE, 2014) é que também participo do Grupo de estudos Dialogus: Educação, Auto(trans)formação e Humanização com Paulo Freire<sup>10</sup>, pois é com aquelas gentes que aprendo-ensino a cada movimento, cujos diálogos e estudos vêm motivando e empoderando meu *sentir-pensar-agir* (HENZ, 2003) no esperar de que é possível vivenciar e lutar por mais humanização e cidadania na educação e na sociedade brasileira. Reconheço cada vez mais a importância de concentrarmos-nos nestes grupos que estão em constantes processos de auto(trans)formação e que procuram aprender, que estão dispostos a avançar, também rever e recuar quando necessário, para experienciar maneiras mais significativas de comunicação pessoal, profissional e tecnológica. Temos, sim, um longo trabalho, no campo econômico, social e político, de

---

<sup>10</sup> Grupo de estudos e pesquisa coordenado pelo professor Dr. Celso Ilgo Henz, composto por professoras e professores da educação básica, acadêmicas e acadêmicos de cursos de graduação e pós-graduação; registrado junto a base do CNPq desde 2011. No novo registro, em outubro de 2019, passou a denominar-se: Grupo de Estudos e Pesquisa Dialogus: educação, auto(trans)formação e humanização com Paulo Freire.

implementar ações estruturais de apoio à mudança integrada na educação, que contemplem o currículo, os processos de auto(trans)formação permanente, de comunicação e de inovações tecnológicas e emancipatórias. Os processos de auto(trans)formação que estou vivenciando, com as pessoas nas aulas e no Grupo Dialogus, fazem-me acreditar que podemos ir nos incentivando com as pessoas, com os grupos e com as instituições que estão buscando caminhos novos e sérios em educação, sempre pela amorosa e rigorosa práxis dialogada e participada com todas e todos.

Vejo na universidade muitas possibilidades em subsídios teóricos e pedagógicos para essa mudança, vejo nas pessoas com quem convivo esperança e partilha de sonhos que se convertem em compromisso com as transformações para uma educação e uma sociedade com mais humanização e cidadania. Tenho consciência do meu *inacabamento*, mas também olho para o caminho já percorrido e sinto muito orgulho, por tudo que já conquistei; confesso que por mais que me considere uma típica pisciana que sonha alto e que vive no mundo da lua, não pensava que conseguiria cursar um mestrado e vivenciar experiências tão significativas e auto(trans)formativas com pessoas tão maravilhosas, com práticas humanizadoras e de coração puro.

Com Freire e com quem acredita na sua propositiva humanizadora-libertadora de educação, tenho plena certeza que “Continuo buscando, re-procurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar e anunciar a novidade” (FREIRE, 2006, p.30). Por isso, é com as palavras de Freire que apresento a dissertação de mestrado intitulada “Desafios para a efetivação democrática do Plano Municipal de Educação no Município de Toropi/RS: possíveis dispositivos nas relações teoria-prática”. Assim, esperamos contribuir, ensinar e aprender com as colegas que assumirão aqui o papel de coautoria na construção de uma proposta emancipatória, autônoma, libertadora e humanizadora para valorização de todos os segmentos da escola e da comunidade escolar na busca de efetivação nos processos democráticos, dialogados e participados por todas e todos.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A proposta assumida na pesquisa desta dissertação justifica-se por compreendermos que uma das maiores dificuldades encontradas nos municípios brasileiros é a implementação de políticas e gestão na educação, principalmente quando se refere à perspectiva da gestão democrática e participativa. Muitos municípios estão arraigados à ideia de centralização das ações apenas nas secretarias de educação, na direção das escolas e no pensamento dos professores.

Porém, com novas políticas, que enfatizam a Gestão Democrática, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/96, considera-se que ao mesmo tempo democracia significa governo do povo, para o povo e **com o povo**. A educação só encontra sentido se estiver vinculada e comprometida com a população, em cujo contexto a organização institucional estiver inserida, daí deve ser decidida e praticada de maneira dialogada e participada com o povo. Essa perspectiva requer o reconhecimento da população que faz parte da sociedade e, como tal, o desafio é a criação de estruturas com bases democráticas, cuja participação se efetive nas análises, decisões e implementações na organização e execução da gestão educacional, seja nos seus aspectos administrativos, financeiros ou pedagógicos.

Embora haja muito o que se refletir sobre a educação contemporânea brasileira, nosso foco concentra-se na perspectiva da sua organização e gestão democrática, especificamente no município de Toropi/RS. Nesta perspectiva, as/os profissionais da educação são desafiadas/os constantemente pelo desconhecido, e a renovação de suas práticas educacionais torna-se uma questão de sobrevivência das escolas, também para manter-se significativa para as comunidades em que estão inseridas. Porém, essa renovação é complexa, primeiro porque perpassa todos os aspectos da prática pedagógica; segundo, porque exige abertura das/os envolvidas/os nos processos com a vontade política de mudar; e terceiro, porque os meios para concretizar as aspirações devem estar em consonância com o contexto histórico concreto, o que nos leva a realização da pesquisa ora proposta.

Dessa maneira, o Plano Municipal de Educação na autonomia construída precisa permitir às/aos professoras/es, estudantes, pais, funcionárias/os, coordenadoras/es e diretoras/es estabelecerem uma comunicação dialógica, para

propiciar a criação de formas organizativas, pedagógicas, curriculares e metodológicas mais flexíveis, de acordo com as necessidades da comunidade escolar e realidade circundante. A leitura e compreensão desses contextos só poderá ser feita numa escola autônoma e participativa, onde as relações pedagógicas sejam mais dialógicas e humanizadoras. As Secretarias Municipais de Educação e as escolas são desafiadas a propiciar a participação da comunidade, não apenas para servir como instrumento de controle em suas gestões e dependências físicas, mas para todas e todos sentirem-se pertencentes ao Sistema Municipal de Educação e à escola nas suas decisões, implantações e avaliações em todas as instâncias e atividades. Trata-se de romper com os muros da escola, e construir pela prática uma cultura de gestão democrática em todas as instâncias.

Almejamos com esta pesquisa verificar e contribuir na concretização da Meta 19 do Plano Municipal de Educação de Toropi/RS, compreendendo a participação da comunidade escolar na organização e na gestão do sistema e das instituições de ensino do município, visando a implementação e o acompanhamento do PME. Para tanto, construímos, por meio dos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos<sup>11</sup>, uma agenda para implementação do PME como dispositivo para efetivação da Gestão Democrática. A pesquisa surgiu a partir da necessidade de repensar o modelo tradicional e centralizado de planejamento para o sistema educacional do município e investir em uma proposta “inovadora”, com as políticas voltadas à Gestão Democrática.

Em virtude da pandemia da COVID-19 e a necessidade de isolamento físico e suspensão das atividades presenciais com estudantes e educadoras/es, a processualidade investigativa se deu por meio dos encontros virtuais com diálogos-problematizadores envolvendo diferentes segmentos do contexto educacional do município de Toropi/RS. Foram estudados e construídos referenciais e alternativas para a implementação do PME e sua efetiva realização democrática e

---

<sup>11</sup> Os Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos despontam da ousadia do Grupo Dialogus em construir coletivamente uma proposta político-epistemológica de pesquisa auto(trans)formação alternativa em que a dinamicidade dos movimentos nos Círculos, nunca ocorrem linearmente e de forma dicotômica; todos sempre então imbricados uns nos outros, por meio de (re)construções dialéticas interdependentes e proativas.

acompanhamento nas escolas, a partir dos diálogos e constructos, que emergiram dos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos.

Considerando que a implantação e a execução do Plano Municipal de Educação, Lei Municipal nº 825-13/2016, de 26 de maio de 2015, é uma forma de garantir e melhorar a qualidade da educação no município de Toropi/RS; levando em conta especificamente a META 19, que trata de

assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (TOROPI, 2015, p. 79)

Apresentamos a questão de pesquisa:

➤ Quais procedimentos e estratégias já foram realizados e quais outras instâncias organizativas e dispositivos se fazem necessários para a efetivação e acompanhamento de um PME democrático?

Buscando responder à esta questão central em nossa pesquisa, pautamo-nos pelo seguinte objetivo geral: - construir com professoras/es e comunidade escolar caminhos e dispositivos para a criação de uma proposta de agenda para implementação da gestão democrática, por meio do PME e outras instâncias ou organismos de participação democrática no Sistema Municipal de Toropi/RS.

Consideramos que para trilhar pelos caminhos investigativos rumo ao objetivo geral, foram importantes os seguintes objetivos específicos:

- sensibilizar e mobilizar a participação e a consulta de profissionais da educação, estudantes e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares;

- propiciar Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos como auto(trans)formação permanente com professoras/es, para que assumam suas responsabilidades profissionais no protagonismo da implementação da Gestão Democrática;

- construir dispositivos e possíveis caminhos que favoreçam processos democráticos, dialogados e participados, de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.



## **2 SUBSÍDIOS TEÓRICOS CONCEITUAIS: DIALOGANDO COM OUTRAS AUTORIAS**

A nossa pesquisa auto(trans)formação também caminha e dialoga com outras coautorias, seus subsídios teóricos conceituais são extremamente importantes para clareamento e aprofundamento necessários para uma práxis democrática e para processos de auto(trans)formação com professoras e professores, também dentro da perspectiva dos círculos dialógicos. Nessa processualidade hermenêutica dialética, por vezes, nos colocamos a caminhar com eles numa espécie de escuta sensível ao que dizem/escrevem, outras vezes arriscamo-nos na autoria e autonomia, reinventando e recriando suas propositivas. Mas também reconhecemos que em certas circunstâncias, suas obras nos desacomodam, nos questionam em nossas certezas demasiadamente certas (FREIRE, 2006). Por isso apresentamos os constructos que nos serviram de referenciais para a organização e desenvolvimento da presente pesquisa auto(trans)formação, na sempre dialética leitura de mundo/leitura da palavra.

### **2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DIALOGADA E PARTICIPADA**

Os processos democráticos e a gestão democrática da Educação estão amparados na legislação educacional. Na Constituição Federal, em seu artigo 206, e reiterada no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual estabelece a “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (inciso VIII do art.3º da LDB). O art. 14 da LDB trata especificamente da questão, determinando que

os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p. 6)

O art. 15 da LDB prevê a autonomia da escola para promover uma gestão participativa: “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de Educação Básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”.

Na tabela 1 observamos a redação das principais legislações de nosso país sobre a promoção dos princípios da gestão democrática:

Tabela 1 - Legislações: Federais, Estadual e Municipal

LEI	REDAÇÃO
<b>CF/1988</b>	Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
<b>LDB 1996</b>	Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola; II – participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes; Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional. Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratam da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.
<b>PNE/2014</b>	Art. 2º São diretrizes do PNE: VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; Meta 19 – Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
<b>PEE/ 2015</b>	Art. 2º São diretrizes do PEE: VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; Meta 19 - Assegurar condições, sob responsabilidade dos sistemas de ensino, durante a vigência do Plano, para a efetivação da gestão democrática da educação pública e do regime de colaboração, através do fortalecimento de conselhos de participação e controle social, e da gestão democrática escolar, considerando 3 (três) pilares, no âmbito das escolas públicas: conselhos escolares, descentralização de recursos e progressivos mecanismos de autonomia financeira e administrativa e provimento democrático da função de gestor, prevendo recursos e apoio técnico da União, bem como recursos próprios da esfera estadual e municipal, para a manutenção dos respectivos conselhos de educação.
<b>PME/2015</b>	Art. 2º São diretrizes do PME: VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; META 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Fonte: Legislações federais, estadual e municipal

Ao falarmos sobre implantação e execução do Plano Municipal de Educação torna-se importante mencionarmos Fórum Municipal de Educação (FME) como sendo um dispositivo aliado para efetivação do PME. O Fórum tem a finalidade de realizar o monitoramento, o acompanhamento e a avaliação do Plano Municipal de Educação, sendo mais um dos instrumentos na construção da Gestão Democrática na Educação. O Fórum Municipal de Educação é uma entidade consultiva, deliberativa e fiscalizadora, porém sem personalidade jurídica, e deve ser formado por representantes de diferentes órgãos do município que atuam na adequação do Plano Municipal de Educação em consonância ao Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024, bem como no monitoramento e na avaliação da execução do Plano Municipal de Educação até o final de sua vigência: O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 propõe 20 (vinte) metas a serem atingidas pelos próximos 10 (dez) anos.

Destacamos que os principais desafios do plano estão relacionados à evolução dos indicadores de alfabetização e de inclusão à formação continuada dos professores e à expansão do ensino profissionalizante para adolescentes e adultos. Tendo em vista que as reflexões referenciam as práticas gestoras, muitas vezes é na prática que a democratização será sonhada, plantada e, por consequência, colhida, o que entendemos estar ocorrendo a passos lentos no município de Toropi. Paro (2016, p. 24) enfatiza que “(...) não obstante guiada por alguma concepção teórica do real e de suas determinações e potencialidades, e a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão na realidade concreta”. Argumenta ainda que, apesar da obviedade, esta premissa

parece permanentemente ser desconsiderada por educadores e gestores escolares que, a partir do contato com concepções teóricas que enfatizam a necessidade de uma prática social e escolar pautada por relações não autoritárias, assimilam o discurso, mas **não exercitam a prática democrática correspondente**. (ibid, grifo do autor).

Nessa perspectiva, para que a gestão democrática de fato se concretize, é necessário o envolvimento de toda a comunidade escolar, o comprometimento e a compreensão do gestor/diretor para além das atividades burocráticas, pois a gestão não deve se ocupar somente dos assuntos administrativos, pois além de ter que conhecer as leis e as normas que regem a educação entre outras, sua principal

preocupação deveria ser a formação permanente em processos democráticos para que realmente a verdadeira democracia ocorra na escola. De acordo com Paro (2016), não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-las. Observamos ainda as contribuições do autor quanto à autonomia velada e os falsos democratas:

Há pessoas trabalhando na escola, especialmente em postos de direção, que se dizem democratas apenas porque são “liberais” com alunos, professores, funcionários ou pais, porque lhes “dão abertura” ou “permitem” que tomem parte desta ou daquela decisão. Mas o que esse discurso parece não conseguir encobrir totalmente é que, se a participação depende de alguém que dá abertura ou permite sua manifestação, então a prática em que tem lugar essa participação não pode ser considerada democrática, pois democracia não se concede, se realiza: não pode existir “ditador democrático” (PARO, 2016, p. 25).

Observamos o que Paro destaca acontecer nas construções das práticas gestoras escolares pautadas em teorias de Gestão Democrática, de onde depreendemos possibilidades de efetivação da participação dos diferentes segmentos na gestão, na organização e no acompanhamento.

Acreditamos que para muitos pode parecer demagogia, proselitismo ou até ingenuidade propor a execução de um Plano Municipal de Educação a partir da proposta de uma gestão com democracia: a participação direta e constante dos cidadãos. A afirmação não considera propriamente questões legais, mesmo porque o processo acima já é preconizado e garantido por lei, mas razões que perpassam por concepções e paradigmas historicamente construídos ainda se configuram como resistência a uma prática mais dialogada e participada nos processos de construção, efetivação e acompanhamento dos programas e da organização do que concerne à escola pública.

Paulo Freire (2006), uma das referências teórico-epistemológicas desse trabalho, já nos dizia que é possível e necessário encurtar a distância entre o que se diz e o que se faz, da necessidade de se aproximar e de articular o que temos e aquilo que desejamos. Nessa circunstância, tratando-se especificamente de gestão pública e educacional, percebemos que é preciso, acima de tudo, planejamento. Com as ideias e ideais de Paulo Freire, na audiência municipal para elaboração do PME abraçou-se o desafio de fomentar, discutir, refletir e sistematizar o processo de

construção do Plano Municipal de Educação para ir além das circunstâncias concretas instauradas das bases legais ainda vigentes no município de Toropi/RS.

Queremos contribuir para construção de concepções e de práticas mais dialogadas e participadas, queremos um despertar de consciência capaz de promover uma gestão com o *sentir-pensar-agir* (HENZ, 2003) vivido por/com todos e todas, com vistas a uma escola participativa e democrática com e para todos e todas. Quando falamos de participação, partimos da concepção de que esta significa “ser parte” e “dar parte” ao processo de construção das relações sociais. “Ser parte” é condição e “dar parte”, é compromisso ético que se tem como seres sociais que todos somos. Acreditamos que a rede simbólica do Plano já foi tecida, e é preciso, agora, dar corpo e vida a essa rede, sobremaneira pela (re)construção e organização de espaços-tempo propícios e desafiadores ao *dizer a sua palavra*, como ação conscientização e compromisso com a mudança democrática. Assim, acreditamos ser possível o reconhecimento, a participação e a responsabilidade de todas e todos, em permanente (re)construção e auto(trans)formação cooperativa e dialogada. É nos reconhecendo como seres históricos e, citando Paulo Freire (2006), incompletos, inacabados e em permanente auto(trans)formação, que o Plano Municipal de Educação materializa sonhos, projetos e intenções, em prol de uma escola com uma educação humanizadora e cidadã no município de Toropi/RS, durante seus dez anos de vigência.

Tendo em vista a aprovação do Plano Municipal de Educação, a partir da Lei Municipal nº 825-13/2016, de 26 de maio de 2015, foi posto para implantação através dos órgãos responsáveis e que, principalmente, tem a função de conscientizar toda a população sobre a importância de implementar da maneira mais democrática na rede municipal de educação o Plano Municipal de Educação, com a participação direta de todas as comunidades em que estão inseridas as escolas municipais. Considerando que o PME não especifica quais órgãos e dispositivos que possam viabilizar a conscientização de toda a população sobre a importância da sua participação na implementação do PME, justificamos a relevância da pesquisa que aqui apresentamos e o seu decorrente constructo de intervenção.

Buscamos ainda o aprofundamento teórico em alguns textos estudados e discutidos durante a realização da disciplina Políticas e Gestão dos Sistemas Educacionais no segundo semestre de dois mil e dezenove. A escrita a partir desses

textos é desafiadora e, ao mesmo tempo, reanimadora e re-significadora de muitas experiências e até mesmo políticas educacionais praticadas em nossos sistemas municipais e estaduais. Ao estudar autores tão significativos para a temática das políticas públicas e suas interlocuções percebemos que a contribuição permite ampliar a visão e a compreensão acerca das concepções de estado, educação, políticas públicas, sociedade, bem como sua interlocução com as políticas públicas educacionais no contexto brasileiro e gestão das redes/sistemas de ensino e seus princípios, estratégias e condições, sempre pela coerente proximidade entre os constructos teóricos, normativos e práticos.

## 2.2 GESTÃO EDUCACIONAL E GESTÃO ESCOLAR: POR UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA, EMANCIPATÓRIA E CIDADÃ

Os textos dos autores Alves (2012) e Jaime (2013), debatidos nas aulas do Mestrado Profissional (MP) na disciplina de Políticas e Gestão dos Sistemas Educacionais, nos permitiram reflexões sobre conceitos de estado, democracia e políticas públicas, considerando que estes discorrem sobre os principais aspectos do Estado e as políticas públicas nos regimes democráticos, apresentando diferentes componentes do Estado, tanto na sua dimensão institucional-burocrática quanto na expressão de certas relações sociais. Jaime (2013) definiu termos como poder e dominação e nos apresentou sinteticamente a concepção de diferentes correntes (pluralista, marxista, neoinstitucionalista) sobre o Estado. Por meio da leitura, realizamos um breve passeio histórico do estado moderno, descrevendo principalmente seus diferentes níveis de intervenção em outras esferas sociais, abordando a noção de democracia e as características que a distinguem na contemporaneidade, inclusive em suas formulações processuais ou mínimas e aqueles que aludem a um conjunto mais amplo de direitos dos cidadãos. Finalmente, as características mais relevantes das políticas têm sido indicadas pelo público em regimes democráticos, tanto em termos de desenho institucional (presidencial ou parlamentar) e do sistema partidário.

Assim como os autores, também acreditamos que a formação do discurso político deveria ser atrelado com a prática, para favorecer processos de construção e de auto(trans)formação, onde a práxis consiga diminuir as lacunas entre teoria e

prática e que fortaleça atitudes democráticas onde cada um e cada uma possa *dizer sua palavra*, sempre partindo da realidade sócio-histórica-cultural e político-econômica de cada contexto. Por essa razão, pretendemos retomar e aprofundar as propositivas desses autores durante o desenvolvimento da pesquisa.

Os escritos de Dourado (2013 e 2018), Saviani (2017) e Bordignon (2013) nos permitem reflexões e debates sobre os principais obstáculos para a efetivação do direito à educação, diante dos quais é preciso instituir o Sistema Nacional de Educação (SNE). Dourado (2013) situou, assim, os limites do federalismo brasileiro, o marco legal e as políticas e gestão da educação, ressaltando as assimetrias no campo educacional e a revisão do pacto federativo, sob a regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados e a coordenação federativa. Ressaltando a necessidade de instituir o Sistema Nacional de educação - SNE junto aos demais sistemas de ensino, como base para a garantia ao direito à educação básica e sua democratização. O autor também busca contextualizar e problematizar o Sistema Nacional de Educação a partir de artigos sobre a temática, publicados na última década em Educação & Sociedade, bem como as proposições sintonizadas a sua aprovação no marco da Constituição Federal, por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 59/2009 que estabelece o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas, e da institucionalização do Sistema Nacional de Educação pela materialização (ou não) do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Para isso, Dourado (2018) trouxe as contribuições de iniciativas do Fórum Nacional de Educação, resultado das deliberações de conferências nacionais (CONEB, 2008, CONAE, 2010 e 2014), do Ministério da Educação e da Câmara dos Deputados, situando as tensões e as concepções em disputa.

Saviani (2017) corrobora, ao defender a importância do Sistema Nacional de Educação, e afirma que nas conjunturas de extremas dificuldades que vem passando a educação brasileira, muitos em consequência dos retrocessos políticos que está imposto o congelamento dos investimentos públicos à sociedade, o autor espera contribuir para tentar animar a resistência e fortalecer nossa luta pela

construção de um verdadeiro e sólido Sistema Nacional de Educação, baseado na consistência do Plano Nacional de Educação, a fim de assegurar a toda a população brasileira uma educação com o mesmo elevado padrão de qualidade, sem qualquer distinção.

Bordignon (2013) ressalta, em sua obra, a importância do regime de colaboração entre os entes federados, apresenta uma história e os princípios do sistema, do conselho e do plano municipal de educação, trazendo orientações práticas para implementação deles.

Concordamos com o autor quando ele afirma e defende a “gestão democrática como condição da qualidade sociocultural da educação” (BORDIGNON, 2013, p.8), sendo necessário, e até urgente, garantir a participação de todas as pessoas nas tomadas de decisões. Isso porque, como assegura o autor, em algumas localidades, a escola é o único “equipamento público” ao qual a população empobrecida tem acesso; também compreendemos que a escola, em muitos casos, é o ponto de referência da comunidade, onde as pessoas que ali habitam conseguem se reunir. Então, “construí-la com qualidade para todos significa buscar a garantia dos direitos humanos e da consolidação da democracia em nosso país” (BORDIGNON, 2013, p. 121), desafiando-nos a praticá-la desde o local e o tempo onde estamos inseridos como profissionais da educação pela criação de relações que sejam dialógico-reflexivas e despertem a todas e todos para o compromisso com uma cidadania ativa nos processos de leitura da realidade, planejamento, efetivação e acompanhamento das instâncias e atividades educativas, seja no pedagógico, seja no administrativo.

Em nossa monografia de Especialização já afirmávamos: “A gestão educacional (...) é orientada pelos princípios democráticos, reconhecendo a importância da participação consciente da comunidade” (OLIVEIRA, 2015, p. 16). Não se refere a um determinado segmento, mas ao sistema de ensino como um todo. Lück (2006, p. 25) caracteriza gestão educacional da seguinte maneira:

[...] a gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados.



Os constructos que emergiram dos estudos teórico-conceituais e das entrevistas com as participantes permitiram-nos afirmar nas considerações finais:

A escola não é apenas construída pelos professores, supervisor e direção, mas sim por toda a comunidade escolar, uma vez que todos os sujeitos de alguma forma contribuem para o processo de crescimento desse ambiente. Ela não é feita apenas de tijolos, é feita de gente, espaços, socialização, é lugar de convivência entre todos, é um espaço repleto de vida, de ternura, de olhares, de amorosidades que nos levam a pensar a cada dia sobre o que nos propomos olhar, escutar e dialogar. A escola precisa ser um lugar de diálogo, mas isso tem que acontecer entre todas as pessoas que circulam por este espaço (OLIVEIRA, 2015, p. 24).

Esses estudos e as vivências no cotidiano do exercício da docência nas escolas municipais desafiam-nos à ação-reflexão-ação na perspectiva de cada vez mais sensibilizar e conscientizar os diferentes segmentos sobre a importância de todas e todos assumirem o seu protagonismo pela participação efetiva dessa escola que é de todas e todos, isso remete a busca permanente de uma gestão dialogada e participada em todos os processos de decisão, implementação e avaliação dos assuntos educacionais.

Importante também ponderar que, atualmente, dentro de um sistema macro neoliberal capitalista, as políticas públicas estão perpassadas por diferentes interesses econômicos e ideológicos, sendo elas decorrentes de muitos tensionamentos entre governos, grupos econômicos, movimentos sociais e mobilizações de professores, pais e estudantes. Para a compreensão dessas implicações, sempre em defesa da democratização e da qualidade humanizadora e cidadã da educação.

Atualmente vivemos um período desanimador onde a naturalização da perda dos avanços obtidos nos campos educacionais e nos processos democráticos da educação se torna “comum”. Naturalizamos os retrocessos e nos acomodamos com eles... e isso não prejudica somente as instâncias educativas, mas põe em risco também a construção de um projeto de estado/país em que todas e todos tenham condições de viver a sua dignidade humana e cidadã. Por conta desse cenário, acreditamos que a emergência dos princípios democráticos e participativos seja cada vez mais necessária, sobretudo para a construção e a efetivação dos processos democráticos que necessariamente requerem o reconhecimento, a participação e a responsabilidade de todas e todos nós, em permanente (re)construção cooperativa e dialogada.

Nesse sentido, sentimo-nos instigadas/os e motivadas/os a desenvolver a presente pesquisa no mestrado profissional, no esperar de que seus processos e constructos investigativo-auto(trans)formativos e de intervenção contribuam para aprofundar os conhecimentos e vivências de processos democráticos que são importantes na/para a escola pública, a partir de uma educação com gestão participada e dialogada com todas e todos que almejam uma educação pública de qualidade, também democrática e emancipatória, para mulheres e homens do seu tempo e lugar. Entendemos que a democracia é pedagógica em seus processos de efetivação e que precisamos tomar gosto e buscar condições para todas e todos aprendermos a participarmos criticamente do mundo e do nosso lugar, lutando pela implementação de políticas que se voltem para democratização da educação em nosso país, dentro das nossas escolas, municípios e estados.

### 2.3 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Municipal de Educação se expressa por essa necessidade de planejamento, pois nele encontramos as 20 (vinte) metas com as principais estratégias para sua efetivação durante o prazo de vigência de 10 (dez) anos (2014-2024). O PME vem ao encontro do disposto no artigo 8º da Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que dispõe: “Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE”.

A importância da participação de toda a comunidade escolar na elaboração do Plano Municipal de Educação se fundamenta pela necessidade de articular ideias, na elaboração de uma proposta com a identidade local que contemple o contexto da escola e do município, que “guarde consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) e, ao mesmo tempo, garanta sua identidade e autonomia” (BRASIL, 2005, p.9).

O planejamento é um instrumento imprescindível para uma boa gestão do tempo, de materiais de ensino, de profissionais e também dos espaços/tempos, uma vez que, ao planejar, conseguimos *sentir-pensar-agir* (HENZ, 2003) em espaços e

processos democráticos e que propiciem uma gestão dialogada e participada na organização e ação-reflexão no/sobre sistema educacional e no cotidiano escolar. O ato de planejar é intrínseco à atividade humana.

Segundo Menegolla e Sant'Anna (2007, p.15), "A história do homem é o reflexo do seu pensar sobre o presente, o passado e o futuro". Dessa forma, o ser humano planeja porque deseja realizar algo, alguma coisa, para alcançar algum objetivo/meta. "Planejar é uma exigência do ser humano; é um ato de pensar sobre um possível e viável a fazer. É como o homem pensa sobre o seu *quefazer*, o planejamento se justifica por si mesmo" (Ibid, p.17).

Vivemos tempos em que os reflexos de uma cultura organizacional tecnicista e de viés gerencialista se faz ainda fortemente presente nos sistemas educacionais e na gestão/administração das escolas e, muitas vezes em nossas *práxis* pedagógicas nas salas de aula. Certos poderes de decisão primam pela centralização de decisões e controle sobre o *quefazer* escolar. Aliás, consideramos importante demarcar também o momento atual que o Brasil vem vivenciando, principalmente a partir do ano de 2019 (dois mil e dezenove), em que as políticas públicas de educação estão vendo muitas conquistas e marcos regulatórios como a Constituição Federal, a LDB 9394/96, o Plano Nacional de Educação 2014-2024 sendo ignorados e alterados, sobremaneira no que se refere a investimentos em educação, formação de professores e perspectivas de uma educação mais crítico-reflexiva, com uma pedagogia autônoma e libertadora (FREIRE, 2014, 2006). A perspectiva de práticas democráticas vem sofrendo fortes ataques com interferências autoritárias e diretas nas escolas e nas universidades, com nomeações de diretores, pró-reitores, propondo e propagandeando que municípios e estados adotem a militarização de suas escolas.

Assim, mascara-se uma descentralização como "governança democrática" (LIMA, 2013), levando propostas prontas para que sejam conhecidas, aprovadas e praticadas nas escolas. Muito embora tenhamos discursos democratizantes, a construção de processos dialogados e participados, comprometidos com as aprendizagens de autonomia e emancipação das pessoas, ainda encontram muitas resistências, tanto dos gestores como dos próprios professores. Licínio Lima, no livro, "Organização Escolar e Democracia Radical: Paulo Freire e a governança democrática da escola pública" (2013) corrobora a leitura dos desafios que se

colocam para o compromisso com uma condução dialogada e participada da/na *governança* democrática para a autonomia e a emancipação:

No caso da governança democrática das escolas, trata-se de uma perspectiva conceitual que focaliza intervenções democraticamente referenciadas, exercidas por atores educativos e consubstanciadas em ações de (auto)governo; ações que não apenas se revelam quanto decisões político-educativas tomadas a partir de contextos organizacionais e de estruturas de poder de decisão, mas que também interferem na construção e recriação dessas estruturas e de formas mais democráticas de exercer os poderes educativos no sistema escolar, na escola, na sala de aula etc. (LIMA, 2013, p.15)

No município de Toropi, o Plano Municipal de Educação foi construído com contribuições dos professores e representantes do Conselho Municipal de Educação (CME). Para tanto, ocorreram momentos de construções coletivas, com o diálogo sendo provocado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) juntamente com uma empresa contratada, no ano de 2015, para mediar as reflexões e redigir o documento final com as contribuições dos participantes dos encontros que foram promovidos no município de Toropi. Tendo em vista a necessidade de adequação e de alinhamento com a Lei Federal, foram realizados 04 (quatro) encontros ao longo do ano letivo de 2015, com os professores e membros do Conselho Municipal de Educação.

Abaixo o registro de algumas plenárias realizadas com professores e comunidade escolar para construção cooperativa do PME em Toropi/RS.

Figura 1 - Grupos nos eixos temáticos



Fonte: SMEC Toropi/2015

Figura 2 - Plenária para construção do PME em Toropi/RS



Fonte: SMEC Toropi/2015

Nas palavras de Paulo Freire, o desafio é que todas e todos se empoderem com voz e responsabilidade social e política, aprendendo democracia pela participação:

Ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco ajuda a crescer, primeiro, se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo, se não se engaja de uma ou de outra forma, na briga em defesa deste direito, que no fundo é o direito também de atuar (FREIRE, 1997, p. 88).

Com a aprovação da Lei Municipal nº 825-13/2016, de 26 de maio de 2015, realizada na Câmara Municipal de Toropi/RS, pelo poder Legislativo, que versa sobre o PME, acreditamos que a participação popular na elaboração do Plano de Educação evidencie que as metas constantes no plano são metas dos cidadãos, da sociedade e dos dispositivos existentes no município. Sendo assim, o PME tem tudo para se concretizar e conseguir atender suas metas dentro do prazo de vigência, embora reconheçamos que a aprendizagem e a construção de uma ação-reflexão-ação democrática não é tão fácil de se concretizar em meio a uma sociedade neoliberal capitalista, centralizadora e autoritária, na qual tradicionalmente somos submetidos a pacotes prontos com poucas chances de autonomia e (auto)governança. Não obstante, nosso *esperançar* nos desafia e mobiliza para gestos e atos democráticos para os outros e outros pelo olhar sensível e a escuta atenta ao *dizer a sua palavra* de todas e todos (HENZ, 2015).

Nessa perspectiva, professoras e professores, como profissionais da educação, são responsáveis pela criação de uma ambiência<sup>12</sup> e uma organização escolar onde a escola seja de/com todos e para/com todos, implicando “uma invenção social que exige um saber político gestando-se na prática de por ela lutar, a que se junta a prática de sobre ela refletir” (FREIRE, 1991, p. 146). Ainda, segundo Freire, “[...] é uma construção que, jamais terminada, demanda briga por ela. Demanda engajamento, clareza política, coerência, decisão. Por isso mesmo é que uma educação democrática não se pode realizar à parte de uma educação da cidadania e para ela” (FREIRE, 1997, p. 119), sob pena de mascarar-se uma descentralização como “governança democrática” (LIMA, 2013).

---

<sup>12</sup> Aqui a ambiência se caracteriza em um espaço dialógico, democrático, pensado, discutido e planejado para e com todas e todos, onde cada um(a) se sinta parte daquele lugar e acolhido(a) pelas cores, gostos, cheiros e práticas do ambiente.

No município de Toropi, durante o ano de 2014 (dois mil e quatorze), realizaram-se estudos com a participação da comunidade, emergiram desses encontros diálogos reflexivos e propositivos que se configuram em aspectos importantes a serem considerados na Meta 19:

Tabela 2 - Referente a Meta 19

BRASIL/2013	TOROPI/2014
Valorização do Magistério	Valorização do Magistério
<p><b>Como é:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apenas 9 estados e uma minoria dos municípios possuem legislação sobre a gestão democrática da educação.</li> </ul> <p><b>Como será:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Todos os entes federados devem ter legislação própria sobre a gestão democrática da educação.</li> </ul>	<p><b>Como é:</b></p> <p><b>Conselhos escolares:</b> Não existe Lei que regulamenta, mas há conselhos escolares.</p> <p><b>Direções de escolas:</b> Há no Regimento Escolar e Plano de Carreira que para o provimento do cargo de Diretor, o professor é convidado pelo Secretário Municipal da Educação e Cultura, com aval do Prefeito Municipal. Deve ser professor e/ou pedagogo, ocupante de cargo de provimento efetivo, contando com pelo menos dois anos de exercício na docência.</p> <p><b>Sistema Municipal de Ensino:</b> O município não possui sistema próprio. Tem organizado os Conselhos do: CAE, FUNDEB e CME. Não há Lei de gestão democrática das instituições de ensino: autonomia pedagógica, administrativa e financeira.</p> <p><b>Como será:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Unificar a regulamentação da Gestão Democrática do Sistema de Ensino e das instituições educacionais, prevendo a autonomia pedagógica, administrativa e financeira.</li> </ul>

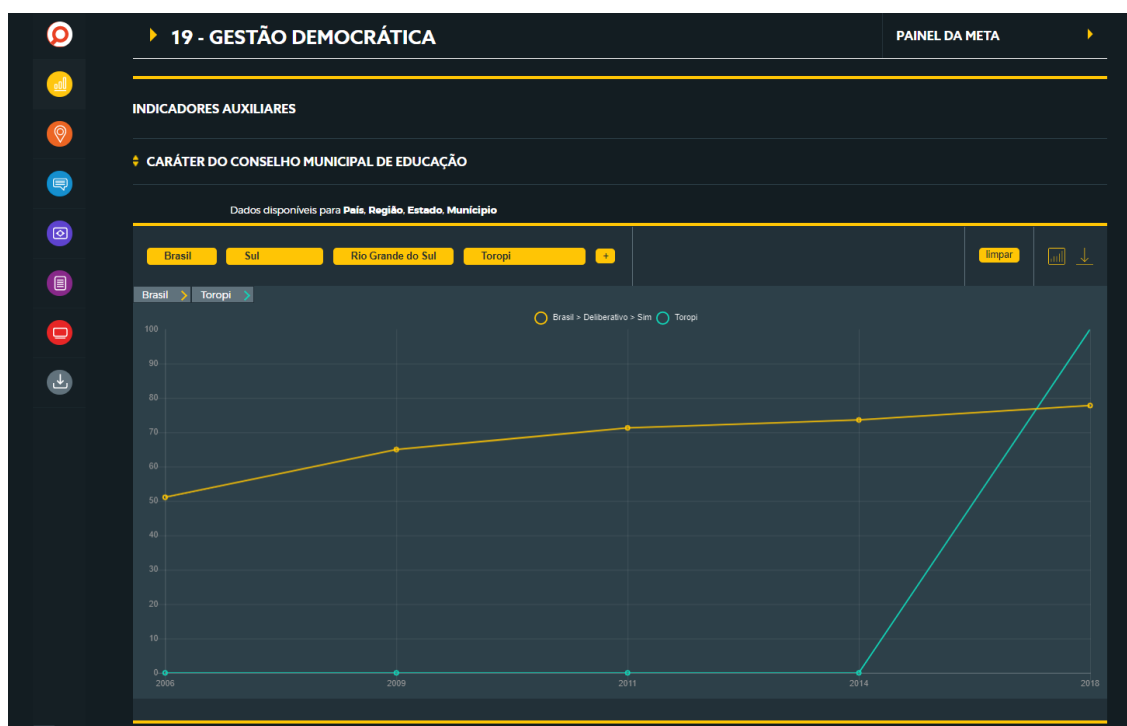
Fonte: PME Toropi, 2015

Pesquisando no site do observatório <sup>13</sup> do PNE, encontramos alguns indicadores que se referem à gestão democrática e mais especificamente à existência do Conselho Municipal de Educação e seu caráter. Causa estranheza que os dados de 2014 a 2018 tenham se positivado com tamanha intensidade. Se realmente esta articulação dos dados apresentados em gráficos sobre a Meta 19 no

<sup>13</sup> Lançado em 2013, o Observatório do PNE é um projeto de advocacy e monitoramento do Plano, seu objetivo é contribuir para que o PNE se mantenha vivo e cumpra seu papel como agenda de propostas das políticas educacionais no País. É coordenado pelo movimento Todos Pela Educação em parceria com mais de vinte e oito organizações ligadas à Educação e especializadas nas diferentes etapas e modalidades de ensino. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/>

município de Toropi pudessem ser sentidos e repercutidos no cotidiano das escolas e das professoras (reitero aqui que faço parte dessa rede e atuo como docente neste contexto, assim como algumas coautoras da pesquisa) certamente já teríamos processos de uma gestão democrática participada e dialogada transformando nossas realidades pessoais, educacionais e sociais. Abaixo compartilhamos a imagem do gráfico e tabela de acompanhamento,

Figura 3 - Caráter do CME em Toropi



Fonte: IBGE/MUNIC; elaboração: Todos Pela Educação.

Tabela 3 - Funções do CME

<b>19 - Gestão democrática</b>					
<b>- Caráter do Conselho Municipal de Educação</b>					
<b>Localidade</b>	<b>2006</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>
Brasil > Deliberativo > Sim	51,1	65	71,3	73,6	77,8
Toropi > Deliberativo > Sim	0	0	0	0	100

Fonte: IBGE/MUNIC; elaboração: Todos Pela Educação.



Percebemos, então, a necessidade de articular a participação dos diversos segmentos na elaboração do plano, assim como propiciar o conhecimento do Plano Nacional de Educação. A (re)construção de uma cultura e uma *práxis* que prima pela participação democrático-cidadã demanda que haja, primeiramente, uma disposição e abertura a rever as próprias concepções e práticas, para, pela vivência dialogada e participada, ir auto(trans)formando-se intersubjetivamente, tornando-se sujeito partícipe de *inéditos viáveis* para que todas e todos tenham condições e possibilidades de *Ser Mais* (Freire, 2006). Assim sendo,

A elaboração de um PME constitui-se como o momento de um planejamento conjunto do governo com a sociedade civil que, com base científica e com a utilização de recursos previsíveis, deve ter como intuito responder às necessidades sociais. Todavia, só a participação da sociedade civil (Conselho Municipal de Educação, associações, sindicatos, Câmara Municipal, diretores das escolas, professores e alunos, entre outros) é que garantirá a efetivação das diretrizes e ações planejadas. (BRASIL, 2005, p. 10).

Cabe ressaltarmos que, mesmo elaborado e aprovado, o plano ainda não está finalizado, até porque ainda não foi efetivamente implantado. Ele requer ser objeto de constantes debates e reflexões a partir da realidade de cada escola, criando espaços para avaliação e, principalmente, dispositivos e práticas de implementação das suas metas, sempre almejando a participação ativa de todos os segmentos ligados à escola.

Nas orientações do Governo Federal para elaboração dos planos, solicita-se a criação de uma equipe para formar o Comitê Permanente de Avaliação do Plano. São tarefas desse Comitê solicitar, sempre, encontros para análise das propostas e políticas públicas referentes à educação. Por isso é fundamental que já em sua redação o Plano Municipal tenha previsto e determinado os momentos estratégicos para realizar avaliações das ações e das atividades que estão sendo desenvolvidas, e refletir sobre os resultados que estão sendo alcançados com o objetivo de poder redirecionar as estratégias de execução. A avaliação deverá ser constante para que se possa alcançar as metas traçadas, sempre pela participação de todas e todos.

A Lei Municipal aprovada já apresenta essa redação em seu artigo 5º, onde salienta que,

A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I- Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC);

II - Câmara dos Vereadores;

III- Conselho Municipal de Educação (CME);

IV- Comissão Geral do Plano Municipal de Educação, instituída pelo Decreto Municipal nº 1.878/2013-2016.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no **caput**

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PME, realizar-se-ão estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 4º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes. (TOROPI, 2015, p. 2)

Portanto, é importante elaborar alguns instrumentos que sirvam "não apenas para realizar o acompanhamento das ações, como também para avaliar os resultados alcançados e realimentar a dinâmica do processo executivo do Plano" (BRASIL, 2005, p. 31). O Plano de Educação torna-se um plano vivo, que deve orientar as ações dos gestores da educação. Ao mesmo tempo em que é alimentado pelas propostas dos cidadãos, de acordo com sua realidade e seus anseios, articula-se com as propostas federais e estaduais em regime de colaboração entre os entes federados.

Os planos devem contemplar a realidade nacional, estadual e municipal, razão pela qual se mostra de extrema relevância o diagnóstico realizado. Partindo da CF 1988 e da LDB 9394/96, Bordignon (2013) apresenta a necessidade dos municípios organizarem os seus sistemas de educação como "realização do fundamento democrático do exercício da cidadania, dotando o cidadão de poder em seu espaço comunitário, por meio de processos de gestão pública com participação popular" (p. 33).

Ainda, segundo o autor, as metas, as estratégias e as diretrizes precisam ser definidas de modo a contemplar a melhoria da educação em face da realidade apresentada. Para tanto, trata-se de construir mecanismos e estratégias que provoquem o interesse das pessoas da comunidade, os munícipes, sentirem a necessidade e reconhecerem a importância de serem os sujeitos-coautores das propostas e diretrizes, segundo as quais a educação se pautará. Para Bordignon (2013),

A redemocratização, consolidada na Constituição Federal de 1988, fruto de intensa participação da sociedade civil organizada nos debates da constituinte, colocou no cenário político um novo ator social: o cidadão. E como espaço de exercício de sua cidadania erigiu o Município como ente federado dotado de autonomia e instituiu os sistemas municipais de ensino.” (p. 32).

Considerando a condição da participação e deliberações públicas no processo de construção do PME, encontramos em Paro (2016, p. 13) o alerta para o fato da gestão democrática, frequentemente, ser tratada como uma utopia e que, embora o termo utopia seja empregado para algo que não existe, no que diz respeito à gestão democrática o autor considera que “não quer dizer que não possa vir a existir”:

Na medida em que não existe, mas ao mesmo tempo se coloca como algo de valor, algo desejável do ponto de vista da solução dos problemas da escola, a tarefa deve consistir, inicialmente em tomar consciência das condições concretas e das contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola (Ibid).

Não obstante, o autor acrescenta que a escola pública atual é reprodutora da ideologia dominante, “negadora dos valores dominados e mera chanceladora da injustiça social”. Porém, é necessário considerar que a gestão democrática “é parte do projeto de construção da democratização da sociedade brasileira” (Ibid, p. 15). Peroni (2012, p.26) corrobora ao salientar que os processos de participação que se materializam no contexto escolar são “processos pedagógicos de aprendizagem da democracia” para a comunidade interna e externa, não atingimos a totalidade que gostaríamos que estivesse lá presente discutindo as metas e estratégias, mas ao mesmo tempo reconhecemos que este é um longo processo de construção.

Bordignon (2013) esclarece:

*Diretrizes:* são as orientações básicas para seguir o caminho, para o caminhar na direção definida pelas políticas. Como o próprio termo explicita, estabelecem a direção a seguir na caminhada, os grandes parâmetros, princípios e critérios da ação governamental. As diretrizes definem o caminho a percorrer.

*Metas:* Definem os passos da caminhada, as etapas do caminhar, o quanto se pretende caminhar determinado tempo para realizar as intencionalidades. Diz-se, também que são objetivos quali-quantificados e datados, ou escalonados no tempo.

*Estratégias:* Definem os processos do caminhar, como superar ou contornar os obstáculos, as limitações, para atingir os objetivos, alcançar as metas. Estratégia significa a arte de utilizar os recursos e as condições favoráveis disponíveis para alcançar objetivos. Podemos dizer que são os processos, os procedimentos da caminhada, a arte e o modo do caminhar rumo aos objetivos/metast. (p. 98-99)

Embora os Planos de educação tragam em suas redações as diretrizes, metas e estratégias, é importante salientarmos que a participação da comunidade precisa ser constante em todas as etapas, principalmente na implementação e avaliação das mesmas. Faz-se necessária a construção de uma cultura democrática tanto nos sistemas como nas escolas, em que se aprenda o gosto por gestos democráticos.

Nessa perspectiva, outro aspecto que sentimos ser importante abordar, por meio dos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos, é uma proposta de formação permanente com professoras e professores para uma cultura e prática democrática, uma vez que entendemos que esses profissionais são desafiados a assumirem o protagonismo político-pedagógico da gestão democrática.

## 2.4 AUTO(TRANS)FORMAÇÃO PERMANENTE COM PROFESSORAS E PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Muito se avançou em relação à participação, porém se percebe que as determinações legais não têm se mostrado totalmente suficientes para a efetivação das práticas democráticas nos contextos escolares. Essas prerrogativas também colocam o desafio das escolas criarem espaço-tempos para processos de auto(trans)formação permanente com os professores e as professoras, como ação-reflexão-ação sobre as suas práticas e concepções. Para Freire (2006, p.40), “[...] é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser tal modo concreto que quase se confunde com a prática”.

Ao nos remetermos à concepção de Freire, podemos observar que o autor já nos alertava sobre a importância de termos a clareza sobre essa participação, bem como a necessidade de uma formação com professoras e professores com esse compromisso nas suas práxis educativas, para que a presença dos pais e de outros

membros da comunidade não se resume em ajudar somente quando receber um chamado da escola. Novamente nas palavras de Freire (1991, p. 75), a participação não pode "ser reduzida a uma pura colaboração que setores populacionais devessem dar à administração pública. Participação ou colaboração, por exemplo, através dos chamados mutirões por meio dos quais se reparam e escolas, creches, ou se limpam ruas ou praças". Freire destaca, ainda, que existe uma concepção autoritária que tutela o sentido de democracia que seria permitido à comunidade escolar. Por isso é que uma compreensão autoritária da participação a reduz, obviamente, a uma presença concedida às classes populares a certos momentos da administração.

Assim, compreendemos e interpretamos que a autonomia da escola só se constitui como espaço democrático na medida em que é um instrumento de transformação e de expressão dos interesses e das aspirações das pessoas que a compõem e da comunidade que com ela se organiza e luta por sua emancipação. Entretanto, não é possível pensarmos em práticas democráticas em uma instituição em que não há autonomia das pessoas para tomarem decisões: "participar é bem mais do que, em certos fins de semana, 'oferecer' aos pais a oportunidade de, reparando deteriorações, estragos das escolas, fazer as obrigações do próprio Estado" (Ibid, p. 127).

A partir da reflexão e das construções epistemológicas auto(trans)formativas com as coautoras, pensar a gestão democrática e participativa na escola e a necessária auto(trans)formação com professoras e professores (também democrática e dialógico-reflexiva), torna-se um desafio, uma vez que compreendemos, como uma de suas propostas, a contribuição para implementação das mudanças. "É exatamente este imperativo que exige a eticidade do educador e sua necessária militância democrática a lhe exigir a vigilância permanente no sentido da coerência entre o discurso e a prática" (FREIRE, 1995, p. 39).

Assim, ao assumir a conceitualização da gestão democrática, reforçamos a necessidade da conscientização como compromisso em considerar os contextos, as opiniões e as realidades dos sujeitos que frequentam a escola; e, a partir disso, refletir e construir dialógica e cooperativamente documentos como o PPP, o Currículo, o Regimento para que orientem e reflitam a práxis escolar e também

contribuam para uma sociedade mais democrática, reconhecendo que “não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa” (Ibid, p. 96).

Nesse sentido, a gestão democrática tem, pelo menos em seu conceito, o potencial de se constituir de maneira cooperativa na tomada de decisões, de modo a envolver as diferentes esferas e segmentos educacionais (direção, comunidade, professores, alunos, servidores, etc.). A participação dialógico-cooperativa é evidenciada nas palavras de Libâneo, ao referir que

A participação é o principal meio de assegurar gestão democrática na escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e pais. (2004, p. 102).

Entretanto, esses processos de gestão são influenciados pelas instâncias que preveem a organização escolar, por meio dos documentos que regulamentam o ensino a nível nacional - PNE, Base Nacional Curricular Comum (BNCC) - os quais acabam, assim, por relativizar a democratização dos processos de gestão, uma vez que estabelecem/controlam as formas de organização e as propostas da escola.

Propondo uma educação libertadora, emancipatória, humanizadora e cidadã Paulo Freire destaca a importância da escola construir sua própria autonomia, tomando gosto por processos democráticos, onde todos possam *dizer sua palavra* e serem escutados e reconhecidos, ou ao menos respeitados. Para ele,

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade. (FREIRE, 1997, p.91)

O compromisso educacional, também político, por meio de uma gestão democrática, deveria ser cooperativo, mas esse também passa a ser regulamentado (praticamente controlado) por avaliações em larga escala, muitas vezes eximindo o Estado de muitos dos papéis sociais e conferindo a responsabilidade para a prática docente, cujos profissionais passam a se preocupar mais com os resultados esperados do que com os processos de ensino-aprendizagem significativos.

Tudo isso se coloca como desafio central para as práxis educativa, sobremaneira para as professoras e os professores, que são os profissionais responsáveis pela organização e condução dessas práxis educativas. Para tanto, também requer processos de auto(trans)formação permanente com esses profissionais, como reflexão sobre sua práxis educativa e empoderamento individual e coletivo, para cada dia conseguir uma coerência entre a teoria e a prática, vivenciando os processos pedagógicos e administrativos pelo viés político-pedagógico, *dizer a sua palavra*, sempre na inteireza de cada um e cada uma na sua imersão-emersão dialogada e participada na escola e na sociedade.

Há muito o que refletirmos sobre a educação na sociedade contemporânea, sendo que ela é ainda o meio principal de acesso à cultura, bem como à promoção de significativas mudanças na realidade dos sujeitos que vivenciam as experiências de ensino-aprendizagem. Refletir acerca dos aspectos conceituais serve de base para a compreensão dos papéis de cada instância, na edificação da qualidade pedagógica e sócio-política da educação escolar em cada tempo e lugar, com cada grupo social específico.

Segundo Lerche (2007), os problemas educacionais já estão postos, o que nos falta é pensar as soluções, sendo estas atravessadas por dilemas em cada instância, uma vez que, para os que pensam a educação, o enfrentamento é a distância com a realidade; para os que a põem em prática, muitas vezes, é o oposto, ter a base apenas na prática. Demanda daí a necessidade da permanente auto(trans)formação de/com professoras e professores, ensinando-aprendendo a se reconhecerem como seres inacabados, em cotidiana busca do *Ser Mais*, uma vez que "ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira, às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática"(FREIRE, 1991, p 58).

Os estudos de algumas pesquisas nos permitiram a compreensão sobre a complexidade na efetivação e na concretização de uma gestão democrática e participativa; os desafios são inúmeros, seja pela dificuldade de articulação de alguns gestores, seja pelos comodismos da comunidade escolar, bem como pelo pouco preparo e vivência de um *sentir-pensar-agir* (HENZ, 2003) dialogado e participado com os professores e as professoras. Vivemos tempos em que todos e

todas somos "engolidos pela engrenagem" da máquina produtivista e consumista da sociedade neoliberal capitalista, levando-nos, por vezes, a abrir mão dos direitos pela participação; outras vezes até mesmo os desconhecemos, sendo envolvidos mecanicamente em rotinas diárias, sem a devida consciência das finalidades das nossas atividades educativas.

Henz (2010) corrobora com a perspectiva dessas pesquisas:

as relações sociais e humanas pretendidas precisam ser assumidas e vividas coerentemente no cotidiano das escolas e das nossas vidas, buscando construir estruturas e relações de poder que superem a dominação e a subalternidade, a cultura do silêncio e da obediência em todos os sentidos e instâncias, ensinando-aprendendo democracia e cidadania pela vivência. Com a responsabilidade de desenvolver uma atividade pedagógica e científica, a função da escola, e do trabalho das professoras e dos professores, é política e social. (HENZ, 2010. In ANDREOLA; PAOLI; KRONBAUER; ORTH, 2010, p. 52)

Dessa maneira, os documentos orientadores deveriam refletir e estar vinculados às demandas do contexto local e de cada escola, a fim de promover as mudanças necessárias para a educação escolar, de maneira que essa possa ser reconhecida como significativa para as pessoas e a comunidade. A "leitura de mundo" (FREIRE, 2013) desse contexto só poderá ser dada numa escola autônoma e participativa, onde as relações pedagógicas sejam mais dialógicas e humanizadoras. Em um processo de autonomia construída, esses documentos orientadores passariam a promover uma participação responsável dos professores, dos alunos, dos pais, dos funcionários, dos coordenadores e dos diretores, de modo a tornar as formas organizativas, pedagógicas, curriculares e metodológicas mais flexíveis, de acordo com as necessidades da comunidade escolar.

Freire destaca que "Uma rede pública pode criar condições de ser democrática na medida em que se mobilizando e organizando-se, lute contra o arbítrio, supere o silêncio que lhes esteja sendo imposto e leve o poder arbitrário do governo a conceder" (FREIRE, 2001, p. 203).

Ao desenvolver processos cooperativos de auto(trans)formação permanente com professores e professoras, buscamos construir juntos condições para o compromisso pedagógico e político com os estudantes e com a comunidade, por meio de *práxis* de diálogo, parceria e cooperação a serviço de, cada vez mais, dignidade e cidadania para as *genteidades*, em uma sociedade menos injusta e com



mais bonitezas. Nessa perspectiva, a escola é desafiada a propiciar a participação da comunidade, não apenas para servir como instrumento de controle em suas dependências físicas, mas para sentir-se pertencente à escola nas suas decisões, implementações e avaliações em todas as instâncias, bem como das atividades curriculares; de modo a romper com os diferentes muros da escola.

Também os profissionais que constituem a escola precisam tomar gosto por esses processos democráticos e se empoderar do seu lugar, pois

a construção de uma escola democrática não é viável sem a prática de uma pedagogia indagativa, da pergunta, em que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que a seriedade jamais vire sisudez [...] em que, ao ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo. (FREIRE, 1991, p.24)

As vozes da comunidade escolar, a participação dos educadores, que por tradição desses contextos são silenciadas, e o seu *sentir-pensar-agir* são imobilizados “em nome de sua pouca competência com pacotes emprenhados por nossa sabedoria” (ibid, p. 29)

Na perspectiva de uma gestão democrática e participativa, temos a clareza de que, para manter uma convivência dialogada e participada com a comunidade escolar, em todos os processos de construção, considerados a partir do contexto, é necessário espaços-tempo para que todos possam *dizer a sua palavra*, pela dialética “leitura de mundo/leitura da palavra” (FREIRE; MACEDO, 2013).

Assim, para que se possa vivenciar uma gestão efetivamente democrática é necessária a participação ativa de todos, ajudando a construir suporte, conhecimentos e práticas que empoderem e criem condições para intervir em sua realidade, despertando a capacidade de sonhar e de lutar por um mundo diferente e melhor, onde todos e todas tenham condições de ser homens e mulheres “novos/as”, capazes de se assumirem gente, de gostarem de ser gente e de despertarem a *genteidade* na comunidade em que vivem (FREIRE, 2006). Mais ainda, toda essa processualidade e comprometimento requer a vivência coerente da amorosidade com as pessoas e com o mundo: “Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que o funda” (FREIRE, 2014, p. 110).

Desse modo, a inserção no trabalho cotidiano nas escolas nos desafia à permanente dialeticidade “leitura de mundo/leitura da palavra”, despertando para uma reflexão crítica e comprometida que passa a ser ampliada com os estudos e a pesquisa acerca da gestão democrática e suas implicações e contribuições no contexto escolar, com um olhar sensível e inquieto para os desafios de novos processos de auto(trans)formação permanente com professores e professoras. Promove, ainda, a reflexão de que, por meio da promoção da participação, do querer e do entender dos atores da realidade escolar, para que possam assumir de modo responsável a sua parte como sujeitos protagonistas, é possível olhar para os meios de efetivar as mudanças necessárias para promoção de uma educação de qualidade a serviço da cidadania e da boniteza humana na inteireza dos “corpos conscientes” (FREIRE, 2014) de todas as mulheres e de todos os homens.

### **3 ENTRECRUZANDO CAMINHOS E PESSOAS PELA PESQUISA-AUTO(TRANS)FORMAÇÃO**

Neste capítulo apresentamos o percurso metodológico para a realização da pesquisa. Assim, esta investigação se insere dentro de uma pesquisa qualitativa (CHIZZOTTI, 2006; MINAYO, 2001), utilizando a pesquisa-formação (JOSSO, 2010). Partiremos dos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos, que foram propostos às coautoras como metodologia da pesquisa e processos de auto(trans)formação com professoras e professores da rede municipal de ensino de Toropi/RS, sempre dialogados e participados, tendo como recorte o PME e sua implementação na/para uma gestão democrática. Para a compreensão e interpretação dos constructos epistemológicos e de intervenção trabalharemos com o enfoque da hermenêutica (HERMANN, 2002; GADAMER, 2002).

Entendemos que a opção político-epistemológica pelos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos e pela Hermenêutica Filosófica caracteriza a presente pesquisa auto(trans)formação como sendo de abordagem qualitativa, a qual se preocupa “com um nível de realidade que não pode ser quantificado [...], trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e

atitudes” (MINAYO, 2001, p. 21-22) e possibilita ao sujeito pesquisador a participação, compreensão e interpretação. Para Chizzotti (2006, p. 79), a pesquisa qualitativa,

[...] parte do fundamento de que há relações dinâmicas entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado.

Colocando-nos a caminho, as/os participantes, coautoras/es da pesquisa foram desafiadas/os a compartilharem suas vivências/experiências entre si e com a pesquisadora-coordenadora, reconstruindo os significados que dão a essas vivências/experiências para uma auto(trans)formação permanente com professoras e professores na/para uma cultura e *práxis* pedagógica e politicamente democrática.

Fundamentamos nossa pesquisa também em Josso (2010), que ao propor a reflexão da formação do ponto de vista do aprendiz em interação com outras subjetividades, destaca que o “caminhar para si” também traz consigo a dimensão do caminhar com o outro. Também Henz (2015, p. 20) corrobora isso ao enfatizar que os Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos “são processos intersubjetivos e dialógicos pelos quais cada um vai se auto(trans)formando enquanto pessoa e enquanto profissional”. Nesse sentido, ao lançar-se em uma busca de si, ao aprender sobre suas experiências em uma viagem que lhe é própria, o sujeito conquista companhias importantes ao seu caminhar através dos grupos de afinidades, já que “as histórias de vida, ao longo da existência, põem em cena peregrinações para que o autor se sinta e viva ligado a outrem” (JOSSO, 2010, p.95).

Desse modo, primeiramente a pesquisa trata das pré-compreensões sobre o tema, o que nos Círculos Dialógicos corresponde aos movimentos, da “imersão-emersão” nas/das temáticas e da “escuta atenta e olhar sensível”. Posteriormente, buscamos a delimitação do estudo, visando identificarmos e aproximarmos as informações da situação estudada e o aprofundamento, pelos movimentos do “diálogo-reflexivo”, do “afastamento-admiração” e do “registro re-criativo”. Ainda que possa parecer que esses movimentos se deem isoladamente e sequencialmente, eles vão se entrelaçando dialeticamente em todos os momentos e (re)construções,

já (re)significando compreensões e interpretações que foram sistematizadas pelo registro re-criativo. As narrativas, informações e as partilhas nos Círculos Dialógicos Investigativos-auto(trans)formativos buscam também primar pelo cuidado com os movimentos da “conscientização” - como compromisso com a transformação e a intervenção democrática - e da “auto(trans)formação”.

A fim de contribuir na compreensão e na interpretação dos constructos epistemológicos-auto(trans)formativos e de intervenção, adotamos o enfoque da hermenêutica, a qual possibilita um desvelamento compreensivo-interpretativo. Hermann (2002, p. 15) explica que

[...] a hermenêutica reivindica dizer o mundo a partir de sua finitude e historicidade, de onde decorre seu caráter interpretativo. Tem como preocupação central o pensar e o conhecer para a vida [...] o problema fundamental da hermenêutica é a busca de sentido e a interpretação [...]. A interpretação ultrapassa o texto escrito e se refere a uma manifestação vital que afeta as relações dos homens entre si e com o mundo.

Nesse sentido, a hermenêutica aqui se assumiu como enfoque compreensivo-reflexivo-interpretativo, como um conjunto de condições e meios capazes de possibilitar a compreensão dos significados que damos para as coisas reais, trazendo contribuições fundamentais para desencadear reflexões sobre o que somos e o que temos em nossas práticas educativas, colaborando na compreensão dos diferentes sentidos que damos à vida e às práxis educativas coletiva e dialogicamente, considerando que "o diálogo possui uma força transformadora. Onde um diálogo é bem-sucedido, algo nos ficou e algo fica em nós que nos transformou" (HERMANN, 2002, p. 91). Também Henz (2003) destaca sobre as novas compreensões e interpretações que a hermenêutica nos possibilita.

[...] sentir, pensar e praticar hermeneuticamente os processos educacionais em que estamos inseridos conduz inexoravelmente a uma aproximação reflexiva e crítica da educação, assim como também a uma auto-crítica, descortinando novas interpretações, novas compreensões, novos sentidos e, quiçá, novas perspectivas, sonhos, projetos e ações (p. 96)

Portanto, na pesquisa, a hermenêutica contribuiu com a compreensão e a interpretação das ações humanas que seguem dotadas de significado e sentidos. Gadamer (2002) defende que nós humanos estamos no mundo e nele experienciamos suas ocorrências naturais e suas existências, da mesma forma uns

aos outros, que não estamos separados, mas ligados pela linguagem e pelo pensamento. O autor destaca que

Não é a história que pertence a nós, mas nós é que a ela pertencemos. Muito antes de que nós compreendamos a nós mesmos na reflexão, já estamos nos compreendendo de uma maneira auto-evidente na família, na sociedade e no Estado em que vivemos. [...] A auto-reflexão do indivíduo não é mais que uma centelha na corrente cerrada da vida histórica. Por isso os preconceitos de um indivíduo são, muito mais que seus juízos, a realidade histórica do ser. (GADAMER, 2002, p. 415-416)

Dessa forma, Gadamer revela que somos sujeitos históricos e ressalta a importância de nos constituirmos dentro de espaços democráticos, pois estamos imersos nesses contextos históricos de sentidos e significados.

Seguindo a perspectiva de que todas/os as/os participantes dos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos se caracterizam como sujeitos epistemológicos e construtoras/es de conhecimento, que possuem autonomia e autoria na pesquisa, Henz (2015, p.19) apresenta essa nova metodologia epistemológica-política, salientando que foi

com muitas vozes e várias mãos, nós do grupo Dialogus chegamos à compreensão de que nossa caminhada pedagógica e epistemológico-política se configura como 'Círculos Dialógicos Investigativo-formativos'. Reconhecendo o nosso inacabamento, até o momento assumimos algumas premissas: confiança em cada pessoa como capaz de construir conhecimento; o diálogo como construção cooperativa de conhecimentos e auto(trans)formações; valorização dos saberes da *experiência feita* (FREIRE, 2011) de cada participante; onde todos são interlocutores/coautores da pesquisa; e, 'leitura do mundo' e 'leitura da palavra' permanentemente se (re)significando.

Essa proposta tem ganhado espaço em várias pesquisas desenvolvidas por estudantes da UFSM e já está se propagando em outros contextos educacionais. Acreditamos que, como metodologia investigativa auto(trans)formativa, "permite intervenções no contexto sócio-histórico-cultural" (HENZ, 2015) e contribui com possíveis mudanças em nossas práxis educativas.

Cabe ressaltarmos que os Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos têm sua inspiração nos Círculos de Cultura do educador Paulo Freire e nas rodas de conversa e pesquisa-formação propostas por Marie-Christine Josso; ambos se constituíam em espaços de entendimento do ser humano como um ser que transforma a realidade pelo papel ativo que desempenha *nela e com ela*,

nos “círculos” e nas “rodas” todas e todos se olham e se veem, ensinam e aprendem, são portanto um espaço de aprendizagem e de trocas de conhecimentos e experiências. O ponto de partida nunca é neutro, segue uma intencionalidade e rigorosidade em seu processo, propiciando não apenas a emergência da transformação, mas também processos de construção de conhecimento. Para isso “o diálogo não existe num vácuo político [...] Para alcançar os objetivos da transformação o diálogo implica responsabilidade, direcionamento, determinação, disciplina, objetivos” (FREIRE; SHOR, 1986, p.66-67).

A construção das compreensões e das interpretações deu-se pela ação-reflexão-ação de cada participante expressa no *dizer a sua palavra* nos círculos. Assim, na processualidade e na dinâmica em que os encontros iam acontecendo, as/os participantes coautoras eram desafiadas/os a processos de diálogo e reflexão, de aprendizagem e de (re)construção, o que também iam se constituindo em vivências-experiências democráticas. Elas emergiram na temática e perceberam-se inacabadas, dialogando, conscientizando-se e auto(trans)formando-se pelo pertencimento a um espaço-tempo participativo, de escuta sensível, do *dizer a sua palavra* como autoras da sua vida, da sua história, e também da escola da sua comunidade; sempre pela ação-reflexão-ação.

Henz, Freitas e Silveira (2018) asseguram que o/a pesquisador/a-coordenador/a que utiliza a proposta política-epistemológica dos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos é desafiada/o a

ir provocando os diálogos com os interlocutores envolvidos, com vistas a convidá-los a adentrar no movimento da dinâmica em que cada um vai se descobrindo como ser inacabado e tem, conseqüentemente, a progressiva consciência de que, como humanos, estamos em permanente processo de busca e (trans)formação. É importante destacarmos que o pesquisador ou a pesquisadora é parte integrante do processo e não mero observador, atuando como coordenador dos diálogos, porém este intervém minimamente, sempre procurando mediar para que a temática geradora da pesquisa esteja sendo problematizada. (p. 843).

Dessa forma, o/a pesquisador/a-coordenador/a é permanentemente desafiado/a a manter o diálogo e a participação do grupo, para que todas/todos possam *dizer a sua palavra*. Para Freire (1981 p. 40), “dizer a palavra, em seu sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar”. Assim, tivemos a participação ativa na pesquisa, que

construiu suporte, conhecimentos e práticas que poderão intervir em sua realidade, despertando a capacidade de sonhar e de lutar por um mundo diferente e melhor, onde todos tenham condições de ser homens e mulheres novos, capazes de se assumirem gente, de gostar de ser gente e de despertar a *genteidade* na comunidade em que vivem.

Os autores descrevem a dinamicidade dos movimentos dos Círculos Dialógicos dentro de uma processualidade dialética de uma espiral, uma vez que eles nunca ocorrem de forma linear. No movimento da escuta sensível e do olhar aguçado, “os pesquisadores/interlocutores podem vivenciar uma experiência concreta de compartilhamento de sentimentos, de percepções, de crenças e de opiniões, [...] na busca pela razão de ser das problematizações apontadas pelo grupo.” (HENZ; FREITAS, 2015, p. 78).

Figura 4 - Movimentos da dinâmica dos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos

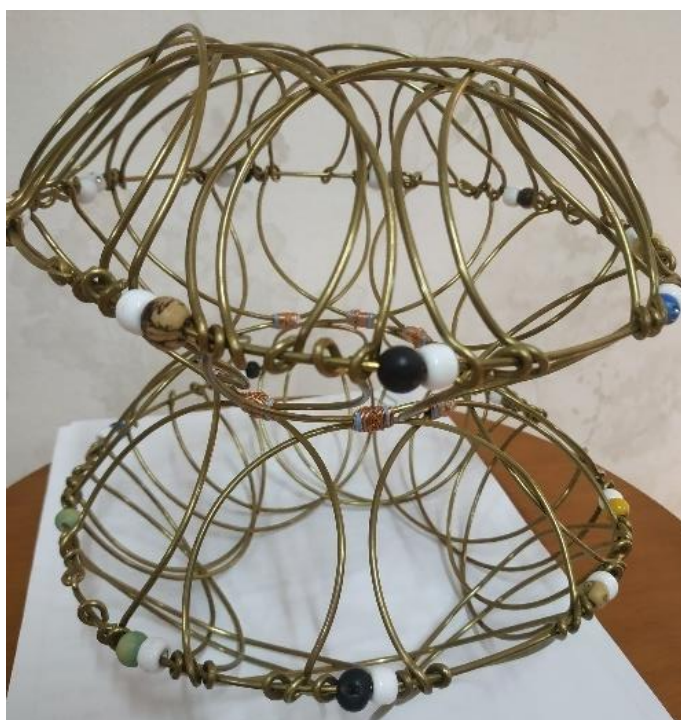


Fonte: Henz; Freitas (2015, p. 78).

Atualmente percebemos oito movimentos principais na realização dos círculos, a saber: escuta sensível e olhar aguçado, descoberta do *inacabamento*,

emersão e imersão das temáticas, diálogos-problematizadores, registro re-criativo, distanciamento, conscientização, auto(trans)formação. Também utilizamos a mandala tibetana na tentativa de representar as tramas complexas e dialéticas que emergem nos círculos, pois, embora se tenha a intencionalidade nas temáticas, os movimentos e as vivências nos círculos nunca seguem uma forma linear.

Figura 5 - Tramas complexas da mandala tibetana



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora-coordenadora, 2020

Assim como a mandala tibetana, os círculos vão tomando significados e formas, conforme a interação dos participantes e o movimento de cada uma e cada um; as opções e possibilidades são infinitas, assim como as posições que ela pode assumir.

Nessa dinâmica, ao manusear a mandala e lhe atribuir diferentes formatos, as/os participantes dos círculos também vão (re)construindo suas reflexões, além de representar as diferentes reações e percebemos em algumas coautoras participantes ao se expressarem, ou manifestarem a sua escuta sensível e o seu olhar aguçadamente acolhedor das narrativas das demais integrantes dos diálogos.



Na tabela abaixo apresentamos o desenho da pesquisa de forma sistematizada:

Tabela 6 - Desenho da Pesquisa

<b>DESENHO DA PESQUISA</b>	
<b>PROBLEMA</b>	Quais procedimentos e estratégias já foram realizados e quais outras instâncias organizativas se fazem necessários para a efetivação e acompanhamento de um PME democrático?
<b>OBJETIVO GERAL</b>	Construir com professoras/es e comunidade escolar caminhos e dispositivos para criação de uma proposta de Agenda para implementação da Gestão Democrática, por meio do PME e outras instâncias ou organismos de participação democrática no Sistema Municipal de Toropi/RS.
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sensibilizar e mobilizar a participação e a consulta de profissionais da educação, estudantes e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares;</li> <li>• Propiciar Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos como auto(trans)formação permanente com professoras/es, para que assumam suas responsabilidades profissionais no protagonismo da implementação da Gestão Democrática;</li> <li>• Apontar e possíveis caminhos que favoreçam processos democráticos, dialogados e participados, de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.</li> </ul>
<b>COAUTORAS</b>	Professoras e mães.
<b>METODOLOGIA</b>	Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos virtuais; Encontros on-line com as coautoras; Registro re-criativo; Diálogos no grupo do whatsapp.
<b>INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Enfoque Hermenêutico;</li> <li>• Diálogo reflexivo e problematizador;</li> <li>• Dialética "leitura de mundo-leitura da palavra";</li> <li>• Elaboração cooperativa do constructo de intervenção;</li> <li>• Auto(trans)formação Permanente com professoras para uma cultura e práxis democrática para a efetivação do PME de Toropi/RS.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora-coordenadora, 2020.

### 3.1 CONTEXTO DA PESQUISA

Para que a compreensão e interpretação dos constructos epistemológicos auto(trans)formativos que emergiram dos círculos dialógicos possam ocorrer dentro do enfoque da hermenêutica, aqui apresentaremos um breve histórico do município de Toropi, juntamente com sua estrutura administrativa, localização geográfica,

divisão territorial, suas características físicas, bem como o contexto educacional em que se realizou a pesquisa.

### 3.2 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE TOROPI/RS

A povoação de Toropi iniciou no ano de 1890 (mil oitocentos e noventa), quando três famílias de imigrantes alemães chegaram em São Pedro do Sul/RS e se deslocaram pela picada que cortava o mato até o local da atual sede, onde iniciaria mais tarde um loteamento de terras chamado Núcleo Toropy, da Colônia Jaguari, Município de São Martinho/RS. E se tornou, a partir de 1891 (mil oitocentos e noventa e um), 7º Distrito de Villa Rica, atualmente cidade de Júlio de Castilhos/RS. Posteriormente, foi distrito do município de Tupanciretã/RS. Em 1965 (mil novecentos e sessenta e cinco), foi anexado ao município de São Pedro do Sul, ao qual pertenceu como o 4º Distrito até a sua emancipação. O nome da cidade provém do Rio Toropi, que banha o Município, é de origem tupi-guarani, significando “*o rio violento do caminho do touro*”<sup>14</sup>.

Através de plebiscito realizado em 22 (vinte e dois) de outubro de 1995 (mil novecentos e noventa e cinco), emancipou-se de São Pedro do Sul (Lei nº 10.669 de 28.12.95), tornando-se município e sendo instalado em 1º de janeiro de 1997 (mil novecentos e noventa e sete).

Durante muitos anos, o acesso a São Pedro do Sul era feito através de barca pelo Rio Toropi. Hoje o acesso se dá através de ponte de concreto de uma via e por estrada asfaltada.

Com relação às etnias, a população do município é formada por descendentes de portugueses e de imigrantes alemães e italianos. Em decorrência, da tradição e dos hábitos cultivados pelos habitantes, as comemorações religiosas nas comunidades católicas e protestantes, no interior e na sede do município são as mais significativas. Assim como são muito frequentes os torneios de bocha e de bolão. Também ocorrem carreiras de cavalos, em canchas retas, e os rodeios com provas de laço e gineteadas.

---

<sup>14</sup> Definição apresentada no Memorial sobre o início da colonização de Toropi, elaborado pelo professor Emir Wagner, membro da Academia de Letras do Rio Grande do Sul.

### 3.2.1 Estrutura da Administração Pública Municipal

Atualmente o município de Toropi em seu poder executivo para o planejamento e a execução da administração pública municipal conta com seis secretarias, além do gabinete do Prefeito. A estrutura da administração pública municipal consta na tabela 4, a seguir:

Tabela 5 – Estrutura da administração pública municipal

<b>ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - TOROPI/RS</b>
Secretaria de Administração
Secretaria de Assistência Social
Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente
Secretaria da Fazenda
Secretaria de Obras e Trânsito
Secretaria de Saúde

Fonte: Elaborado pela pesquisadora-coordenadora, com base em dados disponíveis em: [www.toropi.rs.gov.br/secretarias/secretarias](http://www.toropi.rs.gov.br/secretarias/secretarias).

### 3.2.2 Localização geográfica e divisão territorial

O Município de Toropi situa-se na região Central do Rio Grande do Sul, distante aproximadamente 345 km de Porto Alegre e 60 km de Santa Maria, possui a seguinte delimitação: ao norte com o município de Jari; ao sul com São Pedro do Sul; ao leste com Quevedos; ao oeste com Mata. O acesso é por estrada pavimentada a partir da VRS 305 que liga a BR 287.

O município está dividido em 2 distritos, sendo o 1º Distrito formado por doze localidades e o 2º Distrito formado por dez localidades. A base da economia é

agricultura, onde a produção primária é dada em pequenas propriedades, produzindo-se principalmente fumo, leite, soja, arroz e feijão.

A figura a seguir apresenta a localização do município no Estado.

Figura 6 – Localização de Toropi no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu - Wikipedia

### 3.2.3 Características Físicas

O perímetro urbano do município conta com uma população de 395 habitantes e a área rural com 2.081. Sendo o total populacional 2.952 habitantes em área de 202,978 km<sup>2</sup>.

A economia baseia-se na produção primária que ocorre em pequenas propriedades, nas quais são produzidos principalmente leite, fumo, soja, arroz feijão. O município conta também com duas agroindústrias familiares, que produzem panificados e derivados da cana de açúcar, como: açúcar mascavo, melado e caldo de cana.

O turismo do município é representado por lindas cachoeiras e os balneários Passo do Angico, Praia Nova e Toropi Mirim, que recebem turistas e moradores de várias cidades vizinhas durante o veraneio.

### **3.2.4 Contexto educacional**

Ao se emancipar, a rede municipal de ensino de Toropi era formada por 14 (quatorze) escolas de ensino fundamental anos iniciais, distribuídas nas localidades do interior, nessa época de 1ª a 5ª série, todas localizadas na zona rural. As escolas eram multisseriadas, com apenas um professor por escola, que além das aulas também era responsável pela preparação da alimentação escolar, limpeza do prédio e administração pedagógica e administrativa. A maioria das escolas eram pequenas, com prédios formados basicamente por uma sala de aula, cozinha e sanitários. Considerando a precariedade dos espaços físicos, a falta de pessoal e a distância da sede é que a administração municipal optou por nuclear as escolas; então municipalizou uma escola estadual com construção no estilo Brizoleta<sup>15</sup> localizada em Sampaio, segundo distrito; construiu um prédio na sede para atender a educação infantil de 5 anos e, em 2008 (dois mil e oito), construiu uma nova escola próxima à sede do município para atender à demanda do ensino fundamental anos iniciais do primeiro distrito. Com isso, fecharam-se as últimas escolas menores. As professoras e alunos foram distribuídos nessas 3 (três) escolas.

O município integra-se ao Sistema Estadual de Ensino (SEE) por ainda não possuir seu próprio sistema, segue e busca orientações e acompanhamento com a Oitava Coordenadoria Regional de Educação (8ª CRE) de Santa Maria.

A secretaria de educação é composta pela Secretária, a diretora de alimentação escolar, a nutricionista e a supervisora escolar. Conta ainda com um quadro de dezenove professoras, oito funcionários de escola, três estagiárias/acadêmicas de pedagogia, 2 estagiários/acadêmicos de educação física,

---

<sup>15</sup>A principal realização de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, o qual governou de 1959 a 1963, foi a multiplicação das escolas. Como governador do estado do RS, multiplicou as salas de aula, criando uma rede de ensino primário e médio que atingiu os municípios mais distantes, inclusive nas zonas do pampa, de baixa densidade populacional, criando 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 131 ginásios, colégios e escolas normais, totalizando 6.302 novos estabelecimentos de ensino. Abriu 688.209 novas matrículas e admitiu 42.153 novos professores. Fonte: Wikipédia.

sete motoristas do transporte escolar, além de profissionais temporários contratados para oficinas de teatro, circo e música.

O Conselho Municipal de Educação (CME) local, instituído em 17 (dezessete) de janeiro de 1997 (mil novecentos e noventa e sete), através da Lei Municipal nº 015-1997/2000, está em funcionamento, porém não há o envolvimento de todos os integrantes, a participação se dá por representatividade de segmentos do município.

As matrículas na rede Municipal estão representadas na tabela abaixo, segundo dados divulgados no último Censo Escolar<sup>16</sup> (2019).

Tabela 5 - Matrículas da Rede Municipal de Toropi

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial									
	Ensino Regular									
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio	
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais			
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
TOROPI										
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	75	0	89	0
Estadual Rural	0	0	0	0	5	0	33	0	0	0
<b>Municipal Urbana</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Municipal Rural</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>129</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Estadual e Municipal	15	0	40	0	134	0	108	0	89	0

Fonte: Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) compilados pela pesquisadora-coordenadora<sup>17</sup>

É a partir desses componentes organizacionais, sócio-econômico-culturais e sujeitos que constituem o contexto educacional do município de Toropi que realizamos a nossa pesquisa por meio dos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos, cujo objetivo orientador foi *construir com professoras/es e comunidade escolar caminhos e dispositivos para a criação de uma proposta de*

<sup>16</sup>O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira. É coordenado pelo INEP realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. As matrículas e os dados escolares coletados servem de base para o repasse de recursos do governo federal e para o planejamento de ações.

<sup>17</sup> Nos círculos de cultura de Paulo Freire não havia um líder, mas sim um coordenador dos diálogos para dinamizar a construção cooperativa pelo dizer a sua palavra de cada participante. Inicialmente o grupo Dialogus utilizava a terminologia pesquisador-líder, mas a partir da pesquisa de doutorado de Toniolo Andrade (2017) a propositiva passou a ser que é mais coerente falarmos em pesquisador-coordenador nos Círculos Dialógicos Investigativo-(auto)transformativos.

*Agenda para implementação da Gestão democrática, por meio do PME e outras instâncias ou organismos de participação democrática no Sistema Municipal de Toropi/RS.*

### 3.3 CONHECENDO AS MULHERES COAUTORAS....

Para que os diálogos se efetivassem e fossem significativos para todas e todos, a intenção inicial da pesquisa foi envolver todos os segmentos e todas as pessoas que integram e fazem/compõem o contexto da rede educacional de Toropi. A ideia era convidarmos todas as pessoas já nos encontros/reuniões de início de ano, para depois montarmos nosso grupo de Diálogos Investigativo-auto(trans)formativos para o desenvolvimento da pesquisa. O que não esperávamos e jamais imaginávamos era que toda nossa vida e rotina fossem afetadas/alteradas por uma pandemia de nível mundial que até os dias atuais assola nosso povo. Diante do exposto precisamos de tempo, espera, até que as rotinas fossem readaptadas, e que a Academia (Universidade) apresentasse suas novas orientações.

Ademais, a sistematização dos constructos epistemológico-auto(trans)formativos desta pesquisa se realizaram sob circunstâncias inesperadas e desafiadoras. Atravessamos uma pandemia que colocou todas as pessoas/profissionais acessando máquinas, cursos on-line, processadores e bases de dados remotamente, apesar de todas as adversidades pessoais, sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e infraestruturais. Estamos em transição. Em que proporção a pandemia influenciará o próximo período ainda é uma incógnita. Toda transição sai de um momento e vai a outro. É caminho novo e incerto a ser percorrido. É, certamente, um desafio de construção coletiva, dialogada e participada. É, sem dúvida, um assumir de atos e atitudes auto(trans)formativas.

Toda mudança também envolve grandes desafios em sua compreensão, interpretação e decisão, pois o cenário anterior não desapareceu completamente, ele continua lá, nem o novo está suficientemente amadurecido para se revelar. Boaventura de Sousa Santos corrobora ao admitir que,

o regresso à “normalidade” não será igualmente fácil para todos. Quando se reconstituirão os rendimentos anteriores? Estarão os empregos e os salários à espera e à disposição? Quando se recuperarão os atrasos na

educação e nas carreiras? Desaparecerá o Estado de exceção que foi criado para responder à pandemia tão rapidamente quanto a pandemia? Nos casos em que se adotaram medidas de proteção para defender a vida acima dos interesses da economia, o regresso à normalidade implicará deixar de dar prioridade à defesa da vida? Haverá vontade de pensar em alternativas quando a alternativa que se busca é a normalidade que se tinha antes da quarentena? Pensar-se-á que esta normalidade foi a que conduziu à pandemia e conduzirá a outras no futuro? (2020, p. 29-30)

Pesquisar em tempos tão estranhos e inéditos não é tarefa simples, as perguntas continuam cheias de interrogações e as respostas não são fáceis de se obter, afinal não sabemos para onde estamos indo, e talvez nem com quem seguiremos os "outros/novos caminhos" a serem trilhados quando tudo isso se amenizar. Que tempos teremos pela frente? Que novas lutas enfrentaremos?

Certamente teremos de fazer novas escolhas durante e depois dessa pandemia; o "normal" não pode ser voltar ao antigo, ao "normal" antes desse período trágico, desafiando-nos a reinventar-nos em todas as dimensões.

Diante do "novo cenário" e a necessidade de adaptações para a realização da pesquisa, convidamos para serem coautoras as professoras docentes que atuam na mesma escola em que a professora-coordenadora da pesquisa. O convite foi realizado por meio de mensagem no *whatsapp*, encaminhado juntamente com um cronograma prévio/inicial e com os principais objetivos da pesquisa que ainda se encontravam em (re)construção. Considerando a realidade rural do município como a falta de acesso à internet e telefone, optamos<sup>18</sup> por encaminhar o convite para a Associação de pais e Mestres (APM) da escola localizada mais próxima à sede, recebemos o retorno da participação de 3 (três) membros representantes dos pais. Desse modo, as participantes coautoras<sup>19</sup> desta pesquisa foram 04 (quatro) professoras, 03 (três) mães.

Com a finalidade de manter a integridade, a ética e evitar futuros possíveis constrangimentos ou até mesmo represálias, adotamos pseudônimos<sup>20</sup> às coautoras, que são nomes fictícios que evitam a exposição das suas identidades. Para escolha desses nomes, e por se tratar de um grupo composto apenas por mulheres, onde cada uma já traz consigo uma luta diária, e ainda por aceitarem

---

<sup>18</sup> Decisões tomadas juntamente com o professor orientador

<sup>19</sup> Utilizamos o gênero feminino, pelo fato de as participantes serem todas mulheres

<sup>20</sup> Usamos como inspiração a Dissertação de Mestrado "Acolhida e Permanência de Egressas e Egressos EJA-Projeja no Ensino Superior: Auto(trans)formações Possíveis", da colega/pesquisadora Ivani Soares. Disponível em <https://repositorio.ufsm.br>





Com grande carinho e reconhecimento apresentamos nossas pesquisadoras-coautoras, com breve memorial encaminhado por elas mesmas, por meio de e-mail e diálogos no grupo do *whatsapp*. Entendemos que é necessário criar condições e possibilidades de cada uma *dizer a sua palavra* e conhecer um breve histórico de suas andanças.

➤ Helen<sup>22</sup> - Nascida em 1º (primeiro) de fevereiro de 1970 (mil novecentos e setenta), em plena Ditadura Militar. Filha de professora e agricultor. De família humilde, trabalhadora, muitas vezes passou necessidade para ter coisas materiais, porém o alimento nunca lhe faltou. Em seu relato lembra o quão difícil eram aqueles tempos: *"apesar de minha mãe ser professora, em função do período militar, ficava muitos meses sem receber seu salário"*<sup>23</sup>. Helen lembrou seu pai, hoje já falecido, homem muito rude, porém honesto. Teve uma infância feliz e lembra com emoção um presente que ganhou de sua mãe "ganhei uma jardineira jeans... nossa!!! Foi o máximo". Ela atribui à jardineira a sua entrada precoce na escola, pois em uma tarde vestiu-a e foi correndo até a sala de aula onde a mãe lecionava, que era próximo de sua casa: *"Esse ato infantil foi o responsável por minha entrada precoce na escola: aos seis anos. Na época se entrava na escola aos sete ou oito anos."*

Com onze anos saiu de casa para estudar, pois a escolinha local só atendia até a quinta série; sempre morou em casas de famílias, pois naquele tempo era uma prática comum as famílias receberem meninas e meninos que não tinham condições financeiras para alugar ou pagar estadia, no contraturno de suas aulas auxiliavam em serviços domésticos como forma de retribuir. Helen, lembra dessa época com orgulho dos pais e de suas conquistas:

Apesar da pobreza, meus pais eram muito caprichosos. Minha mãe era econômica e meu pai tinha muitos dons: era agricultor, pedreiro, marceneiro, alambrador, cabeleireiro... Nossa casa foi a primeira da comunidade a ter água encanada, banheiro com chuveiro de latão e vaso sanitário, luz a gás (liquinho<sup>24</sup>) e geladeira a gás. Por isso as pessoas da nossa comunidade consideravam nossa família rica. (HELEN, 2020)

---

<sup>22</sup> Helen Keller é um dos maiores exemplos de superação do mundo. Quando ainda era uma bebê, perdeu a audição e a visão, porém ela tinha o sonho de entrar para a universidade e estudar artes. Helen foi a primeira pessoa surda-cega a se graduar em artes.

Obs: Todas as caracterizações das mulheres escolhidas como pseudônimo foram retiradas do site acima informado.

<sup>23</sup> As falas literais das coautoras em citações curtas serão identificadas entre aspas e em itálico.

<sup>24</sup> Expressão utilizada para se referir aos botijões pequenos de 2 ou 3kg, que acendiam um lampião à gás.

Helen cursou o magistério e seguiu com a profissão da mãe, trabalhou por dez anos em escola pública. Casou e teve dois filhos, mudou-se de cidade e exerceu várias funções, criou uma microempresa onde ensinava informática básica, trabalhou em diversas funções públicas e aos quarenta e dois anos ingressou no curso de Pedagogia em uma universidade semipresencial, foi e continua sendo uma incentivadora das lutas pela educação.

Em 2017 (dois mil e dezessete) foi nomeada em concurso público para docência em educação infantil e anos iniciais. Encanta-se com seu trabalho e adora estar com as crianças pequenas. Seu entusiasmo e participação nos encontros virtuais e em diálogos diários foram marcantes para pesquisa.

➤ Amélia <sup>25</sup> - Nascida em 14 (quatorze) de novembro de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove), natural da cidade de São Pedro do Sul/RS, filha de agricultores, brasileiros de descendência alemã. Passou sua infância no interior do município de Toropi/RS, com sua irmã mais nova e com seus pais, ajudando na agricultura, fonte de renda e sustento de sua família.

Aos dezessete anos mudou-se para casa de seus avós paternos, onde permaneceu por aproximadamente um ano e meio. Neste período conheceu seu companheiro o qual descreve como sendo um incentivador de seu retorno aos estudos, *"Homem íntegro, sempre me incentivando a estudar."*

Em dois mil e dez decidiram morar juntos, naquela época ela trabalhava como Assessora Social, na Prefeitura de Toropi/RS, e a função a encantava. Ainda nesse ano ficou grávida de seu primeiro filho, foi um momento de muitas alegrias para a família: *"era um momento esplêndido e um pouco assustador por ser o primeiro filho"*. Infelizmente aos três meses de gravidez sofreu o aborto de seu primogênito, esse com certeza foi um momento muito triste, que a *"deixou muito frustrada e arrasada, foi um momento muito difícil para mim e minha família."*

Depois do ocorrido, começaram as tentativas e tratamento para que pudesse engravidar novamente, alguns meses depois vem a notícia de que o tratamento tinha sido um sucesso e que havia conseguido engravidar. Dessa vez deu tudo certo

---

<sup>25</sup>Amelia Earhart, foi uma pioneira na área de aviação americana e a primeira mulher a voar sozinha pelo Oceano Atlântico. Seu nome significa "trabalhadora", "mulher diligente", "ativa".

e ela poderia se tornar mãe novamente: *“fiz um tratamento médico para poder engravidar novamente, alguns meses depois a grande notícia de que em breve seria mãe novamente, dessa vez deu tudo certo, apesar de um parto de risco fui mãe de um lindo menino”*.

Alguns anos se passaram e Amélia, com seu bebê já crescido, retornou novamente aos estudos, pois este é um desejo que persistia em sua caminhada; então ingressou em um curso semipresencial de Técnico em Secretaria Escolar, pelo Instituto Federal Farroupilha - Polo São Pedro do Sul. Este curso lhe trouxe muitas alegrias e expectativas, de finalmente, fazer parte de um espaço escolar. Mas, em meio aos estudos mais uma bela surpresa, a gravidez de uma menina.

Para minha alegria ser completa, no meio de desafios e comprometimento com os estudos, fui presenteada com mais uma gravidez, dessa vez uma menina linda e meiga viria ao mundo. Realizei o final do meu curso em Técnico em Secretaria Escolar com uma enorme barriga de grávida. Dias cansativos, transporte de ônibus até chegar ao curso, alguns enjoos mais tudo aquilo seria breve, pois logo estaria com minha filha em meus braços. (...) veio ao mundo, inteligente e amorosa, assim como seu irmão (...) fazem dos meus dias os melhores a cada momento. (AMÉLIA, 2020)

Com a maternidade irradiando seus dias de alegria, estava decidida a continuar seus estudos. Iniciou o curso de Pedagogia, pois *“cada vez mais aquela profissão me enchia de esperança e amor, pois foi nessa jornada educacional que senti estar certa da linda profissão a qual escolhi para exercer.”*

Por compreender a necessidade do auto(trans)formação nas ações educacionais, buscou uma pós-graduação que contemplasse esse momento ímpar onde começava a sentir o gosto por processos que garantam a efetivação da democracia. Atualmente cursa Especialização em Gestão Educacional e exerce a função de Conselheira Tutelar, que é descrito pela coautora como uma continuidade/extensão da escola,

trabalho que também é desempenhado em conformidade com as escolas, ou seja, minha vida praticamente está voltada às crianças e adolescentes e para que realmente eu possa usufruir de tudo que almejei estou dedicando-me para exercer minha profissão dentro da rede escolar do Município como Pedagoga ou até mesmo como Secretária de Escola, qual de maneira democrática e empática quero fazer parte do grande quadro de profissionais atuantes de nosso Município. (AMÉLIA, 2020)

Amélia se dedicou muito e suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

➤ Eva <sup>26</sup> - Professora em uma escola pública, com uma história de lutas e conquistas, nascida na década de 70, filha de agricultores arrendatários, com uma infância humilde e um pouco solitária de amigos de sua faixa etária, pois seus pais trocavam de endereço constantemente. Devido suas condições financeiras, não possuíam terras próprias e precisavam mudar-se de acordo com as oportunidades para plantarem e colherem. Eva traz trechos muito marcantes em seus relatos, percorria uma grande distância a pé para poder cursar o ensino fundamental, lembra que naquele tempo não havia transporte escolar disponível, com isso precisou interromper os estudos: *"fui obrigada a largar os estudos, tendo cursado apenas o ensino fundamental, pois na visão de meus pais, teria trabalho suficiente em casa, não precisava estudar. Mas meu sonho de estudar não terminou ali."*

Casou e é mãe de duas filhas, sempre teve sua independência financeira e para conseguir economias extras fazia trabalhos artesanais. Uma mulher corajosa e muito batalhadora, após dezoito anos de pausa em seus estudos, tomou a decisão de retornar para escola. A forma de ingresso se deu em uma escola pública na sede do município em uma turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA); Eva trabalhava durante o dia com seu esposo e frequentava a escola à noite. Daí em diante não parou mais, realizou as provas do ENEM e com sua capacidade e garra conseguiu um bolsa de estudos integral pelo PROUNI no curso de pedagogia, modalidade EaD.

Neste mesmo período iniciou seu trabalho como agente comunitária de saúde: *"Foi difícil conciliar aulas presenciais noturnas duas vezes por semana, o trabalho durante o dia e os afazeres da casa, o cansaço era grande, mas a persistência foi mais forte"*. Ainda cursando Pedagogia, inscreveu-se em concurso público para docência em educação infantil e anos iniciais, tão logo se formou já foi nomeada no concurso.

A gestão da escola veio antes mesmo de completar três anos na docência, quando assumiu a direção e cada vez mais teve a certeza de que embora esse não

---

<sup>26</sup>Eva Perón, política argentina que reivindicou os direitos das mulheres e dos trabalhadores e uma das responsáveis pela conquista do voto feminino no país.

fosse seu sonho de menina, se encontrou na educação e se realiza diariamente com sua profissão.

Hoje, quando olho e vejo que há quinze anos atrás eu era apenas uma esposa e mãe, com o ensino fundamental, eu penso: se precisasse, faria tudo novamente. Sempre queria estudar e ser uma odontóloga, mas como moro no interior, a Pedagogia foi a opção que eu tive de cursar e trabalhar, sem sair de casa. Mas estou realizada, pois trabalhar com a educação de crianças é algo gratificante, embora saiba que ainda preciso me aperfeiçoar mais. (EVA, 2020)

A família também é motivo de orgulho e Eva vê em suas filhas a continuidade de suas lutas e, diferente de seus pais que lá na época de sua juventude não a incentivaram prosseguir seus estudos, ela é uma incentivadora das filhas, e relata com alegria esse empoderamento da educação pública ao contar que *"a filha mais velha "vive" na UFSM há mais de oito anos, cursou enfermagem, residência, mestrado e neste ano ingressou em doutorado"*. A filha mais nova também estuda em instituição pública, cursa o ensino médio, e futuramente pretende ingressar na Universidade Federal.

Eva contribuiu muito com suas vivências pessoais e suas experiências profissionais; com ela aprendemos que todo o sacrifício e dificuldades que enfrentamos durante a vida para estudar e conseguir ser quem somos, vale muito a pena e, que a luta pela escola pública democrática e de qualidade é caminho a ser percorrido e conquistado a cada dia.

➤ Frida<sup>27</sup> - 28 (vinte e oito) anos, filha de agricultores, com forte vínculo afetivo por seu irmão mais velho, teve uma infância maravilhosa, sempre gostou muito de brincar e como tinha bastante vizinhos e amigos a brincadeira era sempre garantida. Juntamente com seu irmão ajudava seus pais nas tarefas: *"ajudávamos para saber de onde vinha o sustento da família"*. Morou no interior do município de Toropi/RS e como sua casa era perto de um balneário teve toda sua infância e juventude conhecendo novas pessoas e fazendo novas amizades, gostava e ainda gosta muito de jogar vôlei de areia.

---

<sup>27</sup>Frida Kahlo foi uma pintora mexicana e uma das precursoras do movimento feminista. A artista, libertária e dona de obras sensíveis e que enalteciam a cultura de seu país, foi também ativista pelos direitos das mulheres e considerada um ícone dos movimentos feminista e LGBTQ.

Estudou em escolas públicas; quando estava cursando o ensino médio trabalhava no escritório do mercadinho do balneário, fazia contagem de estoque, compras e emissão de notas.

Sempre envolvida em projetos de artes e cultura, fez parte de um grupo de danças folclóricas alemã durante cinco anos, com o qual viajavam para vários lugares e tinham apresentações praticamente todos os finais de semana; também integrou um grupo teatral, apresentando várias peças, entre elas o “Auto de Natal”, na época uma das mais esperadas atrações da cidade.

Em 2009 (dois mil e nove) ingressou no curso de Educação Especial na UFSM, durante o período do curso morou com sua tia na cidade de Santa Maria/RS, aos finais de semana retornava à casa dos pais para ajudar com os cuidados da vó paterna que já era acamada e necessitava de cuidados especiais.

Formou-se no início de 2014 (dois mil e quatorze) em Educação Especial, e até o ano de 2015 (dois mil e quinze) ficou cuidando de seus avós e estudando para concursos. Aproveitou esse período para se inscrever e cursar uma especialização em psicopedagogia; neste mesmo ano foi chamada para trabalhar na Prefeitura Municipal de Jaguari/RS, através de um processo seletivo, lá ficou por quase um ano. Enquanto exercia sua profissão em Jaguari recebeu a notícia da nomeação em seu primeiro concurso público na cidade de Gravataí/RS; por quatro meses se deslocava de uma cidade a outra, para poder atender seus alunos, *“pensando em não deixar meus alunos de Jaguari sem atendimento e de certa forma prejudicados, atendia 20h em Jaguari e viajava para Gravataí e fazia mais 20h”*.

Com o tempo, os horários foram organizados e as demandas preenchidas e com isso ela dedicou-se somente ao concurso em Gravataí e lá permaneceu até o ano de 2018 (dois mil e dezoito). Foi quando decidiu voltar para perto de seus pais e ficar em sua terra natal. Voltou para sua cidade e em seguida foi nomeada em outros concursos da região, porém optou por não assumir.

Assim como Frida Khalo, dona de uma personalidade forte e radiante, e com muitas sensibilidades, decidiu lutar pelos direitos das crianças e adolescentes, participou de um processo de escolha de Conselheiros Tutelares e assumiu essa função por um período curto de aproximadamente um ano, foi quando ocorreu a nomeação à Professora de Educação Especial em sua cidade natal.

Frida, considera-se uma mulher batalhadora que luta por causas nobres, feminista que defende e apoia a luta das mulheres por condições de igualdade em uma sociedade tão machista e, em alguns casos misógina. Suas contribuições foram fundamentais durante toda a realização da pesquisa.

➤ Eleanor <sup>28</sup> - Mulher, pedagoga, com personalidade e postura de firmeza. Possui um lado doce e sensível. Passível a mudanças, se adapta facilmente e não estima esforços em seus projetos, lidera dando exemplos. Assim como Eleanor Roosevelt, ativista dos direitos humanos, também acredita que ganhamos força, coragem e confiança por meio de cada experiência em que realmente encaramos o medo de frente.

Nascida em 1991 (mil novecentos e noventa e um), filha de agricultores que implantavam novas experiências no âmbito da agricultura, através da produção de tabaco. Viveu a infância e a adolescência no campo. Durante a infância, criava seus próprios brinquedos com artefatos da natureza, improvisava aulas, sem ter acesso à televisão e escolaridade. Próximo ao ingresso na escola, Eleanor perdeu suas avós, o que a desestabilizou completamente, ficou doente e desenvolveu anemia. Até hoje esse é um motivo de muita emoção para ela, sente a falta de seus entes queridos.

Eleanor estudou em escolas públicas, duas delas situadas no meio rural. O deslocamento até a escola era longínquo, uma distância quilométrica que colocava em risco sua integridade física e emocional, pois precisava caminhar muito e sozinha. Nos currículos escolares os professores adaptavam para que contemplassem as características locais, bem como os saberes ali presentes. Eram escolas com apenas uma sala de aula, onde professores desenvolviam um trabalho de sala multisseriada. Eleanor lembra, com alegria, a participação e comprometimento de seus pais com sua educação e em ações da escola: *"eram muito presentes na escola, sendo integrantes da Associação de Pais e Mestres. A mãe tinha rotina de estudo depois que voltava da roça, sempre me ajudava"*.

Cursou os anos finais do ensino fundamental e do ensino médio em escola da zona urbana, esse período foi marcado por novos conhecimentos e experiências. No final do ensino médio Eleanor, conheceu seu companheiro, e permanecem juntos até os dias atuais.

---

<sup>28</sup> Eleanor Roosevelt foi ativista dos direitos humanos, estando no cargo de primeira-dama dos Estados Unidos durante doze anos. Defendeu que as mulheres, os afro-americanos e os trabalhadores possuísem direitos iguais.



Em 2010 (dois mil e dez), ingressou no curso de Pedagogia e, antes mesmo de concluir sua graduação, passou em primeiro lugar em um concurso público. Um misto de emoções tomou conta dela... *"Era tamanha felicidade misturada com aflição, pois não era simplesmente uma mudança de casa ou cidade, mas sim de postura, estilo de vida para conseguir exercer a tão sonhada carreira."*

Mudou-se de cidade e assumiu a docência, trabalhou por dois anos, conheceu outras realidades e amadureceu seus conhecimentos. Mas a saudade dos seus familiares, as dificuldades enfrentadas pelo deslocamento ao trabalho, dependência de meios de transportes sempre a impulsionaram voltar para sua terra natal, e isso a *"tornaram mais forte e determinada a vencer"*.

Em seguida, passou em outros concursos, entre eles o de sua cidade, na qual exerce seu trabalho pautado em uma educação de qualidade, cujo engajamento profissional é contínuo.

As lutas continuam a cada amanhecer na expectativa dos sonhos mais lindos se concretizarem, de uma escola para todos, onde os princípios de ensino promovam a formação de um novo cidadão, no intuito de constituir uma sociedade com apreço aos direitos humanos e com gostos democráticos. (ELEANOR, 2020)

Eleanor participou com comprometimento e muito entusiasmo durante os encontros virtuais e re(des)construções com o grupo no desenvolvimento da pesquisa.

- Catarina <sup>29</sup>- Ela se mostrou muito entusiasmada e feliz em contribuir, porém antes mesmo do primeiro círculo virtual pediu para não participar alegando medo de represálias em seu local de trabalho.
- Diana <sup>30</sup>- Não compartilhou sua história de vida.

A cada uma dessas mulheres coautoras foram entregues o Termo de Livre Consentimento e o Termo de Confidencialidade (Anexos 1 e 2), para que fossem devidamente assinados, conforme orientações do Comitê de Ética da UFSM.

Foi com essas "mulheres fortes, corajosas e perseverantes" que foram marcados os Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos virtuais e

---

<sup>29</sup>Catarina Eufémia é um símbolo de revolução em Portugal. Lutou na greve de ceifeiras devido às péssimas condições de trabalho, na época do regime ditatorial, tornando-se um símbolo de resistência e de luta para o povo português.

<sup>30</sup> Conhecida como "A Princesa do Povo", Diana desafiou diversas regras da realeza britânica e se tornou um símbolo de empoderamento para mulheres em todo o mundo.

realizados lindos e profícuos diálogos, sempre com amorosidade e rigorosidade, cujos constructos epistemológicos e auto(trans)formativos dão consistência e legitimação acadêmica e social às sistematizações da presente dissertação.

Figura 8 - Grupo no Whatsapp com as coautoras



Fonte: Arquivo Pessoal da pesquisadora-coordenadora, 2020

Pela contribuição e dedicação de cada uma é que foi possível uma construção coletiva, participada e dialogada da Agenda para implementação dos princípios democráticos na rede municipal de ensino de Toropi/RS.

### 3.4 NA DIALOGIA DOS CÍRCULOS, O EMERGIR DE UTOPIAS E COMPROMISSOS

Em busca de interpretações e compreensões epistemológico-auto(trans)formativas e de propostas que venham elucidar as dificuldades e as possibilidades encontradas para efetivação do PME e uma gestão democrática descentralizada, que possibilite maior envolvimento entre os segmentos da comunidade escolar, é que optamos por desenvolver a metodologia político-epistemológica dos Círculos

Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos. Sobre essa práxis, Henz (2015, p. 20-21) destaca que:

Trabalhar com os círculos dialógicos investigativo-formativos, como pesquisa e auto(trans)formação, possibilita reconhecer cada homem e cada mulher na sua singularidade e na sua capacidade de construir conhecimentos que ajudem no desvelamento da condição de condicionados; mas, porque condicionados e não determinados, no seu inacabamento está a possibilidade de um sentir-pensar-agir para transformar a si mesmo e a realidade vigente, sempre pelo diálogo e intersubjetividade de uns com os outros. Sob esse prisma, todos os participantes da pesquisa são reconhecidos como coautores, muito embora haja um pesquisador líder mediando os diálogos investigativo-formativos.

Nessa perspectiva de possibilitar ao sujeito *dizer sua palavra*, constituem-se espaços-tempo de encontros permeados pelo diálogo-problematizador, oportunizando aos participantes o exercício da reflexão e da colaboração acerca da realidade social, visando as mudanças necessárias para o meio ao qual estão inseridos. Compreendemos que a pesquisa auto(trans)formação foi inovadora para realidade local e buscou suportes para incrementar e aprofundar os conhecimentos e as vivências na efetivação de processos dialogados e participados, democraticamente, que é de fundamental importância para tornar pública a escola da rede pública, a partir e em prol de uma educação emancipatória e cidadã. A pesquisa lança muitos momentos de reflexões sobre o fazer e o gestar da escola, a todos que almejam uma educação de qualidade social e humana.

### **3.4.1 Pesquisando e auto(trans)formando-se em tempos de pandemia**

Cabe aqui demarcarmos o contexto atual (desde fevereiro de 2020), em meio à uma pandemia de nível Mundial que massacra e mata milhões de pessoas, que destrói milhares de lares e sonhos. O cotidiano "normal" foi alterado com marcas que permanecerão para sempre.

Em 20 (vinte) de fevereiro, segundo dados do Ministério da Saúde, apenas um caso da Covid-19 é monitorado, e no Rio Grande do Sul o primeiro caso suspeito é descartado. Esse cenário dura apenas seis dias, pois o primeiro caso de Coronavírus no Brasil foi confirmado no dia 26 (vinte) de fevereiro, e de lá para cá nossa rotina começa sofrer alterações e mudanças radicais.

No início de março, os casos começam se multiplicar e são divulgadas as primeiras transmissões internas no país, ou seja, a contaminação não é mais apenas em casos importados, o vírus se propaga por transmissão comunitária.

Autoridades de saúde e de estados divulgam medidas e cuidados na prevenção ao coronavírus, são divulgados protocolos de segurança e higiene. No dia 11 (onze) de março, a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou Pandemia Mundial, com estimativa de crescente números de infectados e vítimas fatais pela doença nos próximos dias.

O Ministério da Saúde regulamenta critérios de isolamento e quarentena que deverão ser aplicados pelas autoridades sanitárias em pacientes com suspeita ou confirmação de infecção por Coronavírus. Com o registro da primeira morte no Brasil em virtude da infecção, no dia 17 (dezesete) de março, as medidas são redobradas e iniciam-se os decretos suspendendo eventos públicos, restringindo o funcionamento do comércio, limitando carga horária pessoal trabalhando, prevendo multas para recusa ao isolamento e à quarentena, quando determinado por autoridades médicas. As escolas também cessaram suas atividades e aguardam até os dias atuais a organização de cada sistema de Educação para possível retomada.

Os dias e meses que sucedem são acometidos pelo caos da saúde pública, da saúde mental e psicológica das pessoas; o medo, a insegurança, a angústia tomam conta da população.

Em meio a este cenário desolador e crítico, onde a nação deveria unir forças e lutar juntos contra esse inimigo invisível, infelizmente nossa nação é dividida e influenciada por políticos que estão no topo de seus cargos, como o caso do Presidente da República Brasileira que se pronuncia em rede aberta de televisão criticando o isolamento social e tentando dizer que defende a economia brasileira, sendo que para isso os trabalhadores precisam permanecer em seus postos. O presidente minimiza a doença chamando-a de "uma gripizinha"<sup>31</sup>.

A pandemia de COVID-19 certamente é uma situação inédita para todas as gerações existentes atualmente em qualquer parte do mundo. É difícil conseguir mensurar e elencar todas as consequências das experiências vivenciadas por cada um e cada um de nós, neste contexto pandêmico. Estamos passando por uma

---

<sup>31</sup> No dia 20 de março, ao ser indagado em coletiva sobre seu estado de saúde, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) voltou a minimizar, a gravidade da Covid-19, causada pelo novo coronavírus, e chamou a doença de 'gripezinha'. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=352RoCLly1Q>

pandemia sem precedentes dentro de um contexto socioeconômico que já se anunciava caótico e diante de um sistema de saúde que vem agonizando e lutando para resistir. A batalha contra o coronavírus, por si só, é um imenso desafio, mas ganha outros contornos no Brasil.

Ocorre que, se não bastassem o ineditismo e a gravidade da enfermidade amplamente disseminada, brasileiras e brasileiros precisam lidar com a instabilidade política num país marcado por extremas desigualdades de raça, classe, gênero, acesso à saúde, dentre outras.

Os discursos antidemocráticos e autoritários do Presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido) e seus aliados se disseminam diariamente pelos meios de comunicações. Assistimos à troca de nomes da pasta do Ministério da Saúde, por três vezes seguidas durante esses meses de pandemia, que durante os últimos cinco meses está sendo ocupada por um secretário interino. Vimos o Ministro da Justiça pedir exoneração do cargo, deferindo denúncias graves de tentativas de interferência na Polícia Federal por parte do Presidente da República. Acompanhamos o Ministro da Educação – um dos três que assumiram a pasta e foram exonerados após poucos meses – em manifestações na rua com apoiadores à ditadura militar, contra o Supremo Tribunal Federal e defendendo o fim de financiamento público para os cursos de Filosofia e Sociologia.

O cenário político-social-econômico, no momento, tem um pano de fundo onde se registra separações entre grupos de direita e esquerda (rotulações de movimentos sociais que buscam seus direitos). Na sociedade Brasileira existem posicionamentos que prezam por um processo antidialógico, seja por modismos, ou por semelhanças e livre escolha. Há de se prospectar uma nova fase de transição à consciência do povo que deverá lutar e se impor ainda mais criticamente que antes, pois somente assim será possível vislumbrar as mudanças necessárias e determinar a sobrevivência a esses períodos cambiantes e transitórios. Seguimos com a afirmação de Freire (2002, p. 16):

o que importa, realmente, ao se ajudar o homem é ajudá-lo a ajudar-se. É promovê-lo, é fazê-lo agente de sua própria recuperação. É, repitamos, pô-lo numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas e dos problemas de sua comunidade.

No entanto, é cada vez mais urgente que o povo se perceba como agente principal da própria transformação, capaz de revelar os problemas sociais e iniciar uma busca por solução, **com o povo**, e nunca para o povo, menos ainda contra o povo. Assim, nesse movimento de humanização da nação brasileira, a educação deverá representar o viés encorajador daqueles que vivem a transição, sugerindo reflexões sobre os principais aspectos socioculturais, agregando criticidade e instaurando um novo clima cultural e uma determinada compreensão sobre a realidade.

Estamos, sim, preocupados com o encaminhamento desse período, devemos cuidar de nosso sistema educacional. A educação será uma das possibilidades de estabelecermos bons direcionamentos para o rumo do país, pois ela auxilia na formação da consciência do povo através de reflexões, diálogos e análises; e assim, cada indivíduo, ao ocupar seu devido lugar de sujeito transformador sairá do estado de "seres domesticados", onde o pensamento e a criticidade haverão se tornado artefatos esquecidos e inacessíveis.

Integrados com o pensamento e otimismo crítico de Freire em relação ao estado no qual estamos imersos, citamos:

Se na imersão era puramente espectador do processo, na emersão descruza os braços e renuncia a expectativa e exige a ingerência. Já não se satisfazem assistir. Quer participar. A sua participação, que implica numa tomada de consciência apenas e não ainda numa conscientização - desenvolvimento da tomada de consciência - ameaça as elites detentoras de privilégios ( 2002, p. 54)

Considerando a atual situação em que vivemos imersos no trabalho remoto, como consequência da Pandemia que alterou nossas rotinas, a escola como um todo, busca superar os desafios que se apresentam diariamente. E, claro que nessa luta, as professoras e professores são as/os profissionais que estão extremamente envolvidas/os nesse processo diferente do que estávamos acostumadas/os, desafiadas/os a se reinventarem e auto(trans)formarem.

Nas considerações de Paulo Freire,

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua

força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. (1991, p. 126)

O trabalho remoto que se apresenta como uma prática permanente, com uso diário das tecnologias, hoje é parte do nosso cotidiano; logo, é fundamental pensarmos na nossa função como professoras e professores. No cuidado com as rotinas de nossos horários que envolvem escola e família, na organização do trabalho e da troca de experiências e confiança nos diferentes grupos parceiros; estamos condicionados, mas jamais determinados. Adaptamo-nos e reaprendemos, sabemos de nosso compromisso e temos clareza que a educação pode muito, mas também não é a única que deve ser responsabilizada por essas rupturas. Muitos são os sujeitos sociais e instituições capazes de contribuir com a construção de novas possibilidades.

A pandemia e a quarentena estão a revelar que são possíveis alternativas, que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando tal é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum. Esta situação torna-se propícia a que se pense em alternativas ao modo de viver, de produzir, de consumir e de conviver nestes primeiros anos do século XXI. Na ausência de tais alternativas, não será possível evitar a irrupção de novas pandemias, as quais, aliás, como tudo leva a crer, podem ser ainda mais letais do que a atual. (BOAVENTURA, 2020, p.29)

Neste contexto a continuidade da pesquisa também se apresentou como um desafio, no início muito encabulada e desencorajada, tendo em vista o cenário inédito. Porém é preciso continuar com nossos sonhos e construções; para tanto aliamos a tecnologia e reinventamos os Círculos Dialógicos Investigativo-Auto(trans)formativos em uma versão virtual. Seguimos com a construção dialogada e participada por meio de encontros *on-line*.

## ORGANIZAÇÃO DOS CÍRCULOS



Fonte: Elaborada pela pesquisadora-coordenadora, 2020.

Cada pesquisa segue uma metodologia de trabalho, para descobrir ou comprovar sua validade e relevância, de acordo com a sua concepção de realidade e sua teoria do conhecimento. Para isso, utilizamos diferentes recursos/procedimentos para manter a coerência, credibilidade, consistência e confiabilidade, a partir do problema e dos objetivos da pesquisa. Os encontros virtuais propostos com os círculos foram se entrelaçando às diversas dimensões do humano, do pedagógico e do social. Despertamos o sentimento de pertencimento e participação e desenvolvemos a autonomia, com a necessária autoria pelo *dizer a sua palavra*, que cada segmento possui dentro do espaço escolar.

Os encontros foram previamente agendados e combinados com as coautoras, de acordo com a disponibilidade de cada uma, ocorreram em diferentes turnos e com a ativa participação de todas. Durante o tempo de duração da pesquisa auto(trans)formação foi mantido o diálogo por e-mails e pelo grupo do *whatsapp*, por meio de troca de mensagens e áudios; as reflexões e contribuições foram



constantes no grupo, fazendo com que o encontro virtual por vídeo surgisse como forma de culminância das construções debatidas e elaboradas daquele período.

Nossos encontros virtuais tinham aproximadamente a duração de uma hora e meia, todas/os ali eram coautoras/es e contribuíam de forma cooperativa, inclusive a professora-pesquisadora-coordenadora e, algumas vezes, o professor pesquisador-orientador.

No primeiro encontro procuramos nos “aproximar” de cada uma com um diálogo menos formal, (re)conhecendo as vozes e histórias que se cruzam conosco para caminhar juntas/os e desvelar realidades e possibilidades concretas. Realizamos um momento de sensibilização com o poema do escritor brasileiro Fernando Sabino Tavares:

De tudo ficaram três coisas...  
 A certeza de que estamos começando...  
 A certeza de que é preciso continuar...  
 A certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar...  
 Façamos da interrupção um caminho novo...  
 Da queda, um passo de dança...  
 Do medo, uma escada...  
 Do sonho, uma ponte...  
 Da procura, um encontro! (TAVARES, 1981, p. 154)<sup>32</sup>

Com esse poema foi possível dialogar sobre o atual momento, trazer nossas tensões sobre esse "novo normal" e como sairemos depois que tudo isso passar. Também apresentamos os objetivos da pesquisa, considerando que as alterações surgiriam conforme o desenvolvimento da mesma. A participação como pesquisadora-coordenadora foi na busca do trabalho comum, sempre implicado na pesquisa, sem jamais impor condições ou influenciar o grupo. Embora todas sejam reconhecidas como coautoras, há a necessidade de mediar os diálogos e organizar sua sistematização on-line. Nesse sentido, Freire (1999) afirma que não se pode

conhecer a realidade de que participam a não ser com eles, como sujeitos também deste conhecimento que, sendo, para eles, um conhecimento do conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento. [...] Na perspectiva libertadora [...] a pesquisa, como ato do conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta. (p. 35)

---

<sup>32</sup> Trecho adaptado de “III – O Escolhido”, do livro ‘O Encontro Marcado’, de Fernando Sabino Tavares.

Nesta dinâmica dialética é que fomos aprendendo e ensinando juntas/os, em um processo de auto(trans)formação constante, assumindo posturas mais críticas e ativas, de autoria, pertencimento e reconhecimento frente à pesquisa e à educação. A narrativa de uma das coautoras defende a necessidade para que "*haja uma nova postura de ver a educação, onde a comunidade não quer receber instruções escolares, mas **construir espaços** onde haja voz, representatividade, um espaço onde possamos construir juntos conhecimentos em prol da qualidade educacional*" (ELEANOR, abril/2020, grifo nosso).

A fim de chegar aos temas geradores, propusemos que cada uma buscasse em suas vivências, fosse em tempos de estudantes do ensino fundamental, médio, superior, ou na atuação como docente e/ou gestora, ou ainda na participação como pais (família), algumas memórias que as remetesse à processos de gestão democrática, algo que tivesse sido marcante, tanto em aspectos positivos como negativos. Essas recordações serviriam para que durante os próximos dias fôssemos discutindo sobre isso e no próximo encontro socializaríamos de forma oral, ou como cada uma desejasse, pois durante toda a pesquisa foi respeitada a individualidade de cada uma, sabendo que cada pessoa prefere se expressar de um jeito, seja por escrito, por fala, por vídeo ou com outra forma de expressão.

O segundo encontro, após dias de interlocuções pelo grupo do *whatsapp*, iniciamos com um excerto de Paulo Freire,

[...] os opressores de ontem não se reconhecem em libertação. Pelo contrário, vão sentir-se como se realmente estivessem sendo oprimidos. É que, para eles, "formados" na experiência de opressores, tudo o que não seja o seu direito antigo de oprimir significa opressão para eles. Vão sentir-se, agora, na nova situação, como oprimidos, porque, se antes podiam comer, vestir, calçar, educar-se, passear, ouvir Beethoven, qualquer restrição a tudo isto, em nome do direito de todos, lhes parece uma profunda violência a seu direito de pessoa. Direito de pessoa que, na situação anterior, não respeitava os milhões de pessoas que sofriam e morriam de fome, de dor, de tristeza, de desesperança. É que, para eles, pessoa humana são apenas eles. Para eles, há um só direito - o seu direito de viverem em paz, ante o direito de sobreviverem, que talvez nem reconheçam, mas somente admitam aos oprimidos. E isto ainda, porque, afinal, é preciso que os oprimidos existam, para que eles existam e sejam "generosos". (FREIRE, 2014, p. 44-45).

Refletimos sobre o excerto, especialmente no que se refere aos direitos das pessoas, das crianças, de acesso e permanência na escola pública de qualidade. Os gostos antidemocráticos que permeiam nossas escolas e até mesmo sobre as

disputas internas entre professores e funcionários. No relato de umas das coautoras fica visível tal prática:

Já presenciei como mãe certas rivalidades quando o assunto se refere à educação. De quem faz melhor. Mas não deve ser pensado de tal maneira. A educação é única, deve ser aberta aos interesses do aluno[...] A educação é uma trilha complexa que deve ser trilhada em cooperação. (AMÉLIA, abril/2020)

E assim realizamos a retomada da propositiva do encontro anterior, ou seja, compartilhar memórias com/em processos democráticos. Nos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos estamos comprometidos com processos de humanização/conscientização, sempre pensados com as/os outras/os, "com intuito de se desenvolver a luta pela transformação de si (auto) e da realidade ao seu entorno" (HENZ, 2015, p.26). Seguimos com nossas ressignificações sobre as vivências que apontassem para os processos democráticos. As lembranças começam a se despontar nas falas das coautoras:

lembro quando eu estudei em uma escola estadual, na década de 80, a **eleição para a direção** da escola aconteceu da seguinte forma: o Estado indicava três nomes, e alunos, pais e professores votavam, o nome mais votado era nomeado o diretor. Na época, eu achei muito interessante poder participar, "votar". (EVA, abril/2020, grifo nosso)

Percebemos que a efetivação da gestão democrática, ocorre por processos de menor e maior intensidades. Considera alguns fatores tidos como princípios democráticos, onde se destacam a participação, a autonomia, a transparência e o pluralismo. Foi visível a empolgação e o sentimento de pertencimento da coautora enquanto falava do quanto foi bom participar e poder ajudar na decisão. As falas se somam umas às outras, o diálogo fluí, os exemplos de participação nas **escolhas de direções** são mencionados diversas vezes, também a organização do Grêmio Estudantil e a **autonomia financeira** nas escolas. Mas, também somos desafiadas à uma auto-reflexão, quando uma colega nos interroga, "*tenho outros questionamentos quanto a APM nos dias de hoje: por que muitos fogem dessa função? Será que é papel da gestão democrática transformar essa visão?*" (ELEANOR, abril/2020).

Como mencionamos as perguntas são muitas e as respostas não estão dadas, elas precisam ser construídas, e para construí-las é preciso caminhar,

vivenciar, cooperar, refletir, conhecer... A Associação de Pais e Mestres (APM) é uma associação sem fins lucrativos com a finalidade de representar as intenções comuns dos profissionais e dos pais de alunos da escola. O propósito é que famílias e escola dialoguem, promovendo uma integração da comunidade com a instituição de forma democrática. Embora não exista legislação federal específica que trate da criação e da gestão das APMs no sistema educacional brasileiro, na prática a existência da associação é obrigatória para garantir o repasse de verbas federais do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

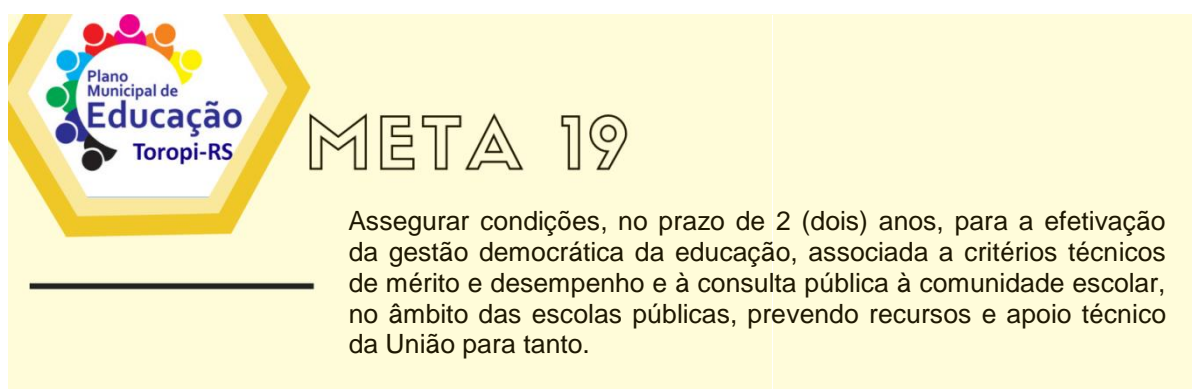
O Art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) garante a gestão democrática do ensino público por meio da “participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola” e da “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. Além disso, a APM também está prevista na estratégia 19.4 do PNE de 2014, que trata do fortalecimento dessas entidades, assim como dos grêmios estudantis. No estado do Rio Grande do Sul temos o Decreto nº 42.411, de 29 de agosto de 2003, que aprova o estatuto padrão para os Círculos de Pais e Mestres de escolas estaduais.

Portanto, apesar de todas essas garantias na legislação, percebemos em nosso contexto certa resistência na participação. Uma das coautoras, que é membro da APM no município de Toropi/RS, ressalta em diálogo pelo *whatsapp*: *"Eu vejo a APM mais presente nas ocasiões de eventos escolares. Tirando isso não vejo cooperação"*. (DIANA, abril/2020). Certamente é preciso romper com esse paradigma, e construir junto com as pessoas maneiras e condições que possibilitem escutar a voz que externaliza os interesses de pais, familiares e professores em prol da educação frente à comunidade escolar. Na continuidade do diálogo Eleanor contribui *"[...] nossas escolas precisam ter responsabilidades divididas, caso contrário, terão insatisfações em todos os âmbitos"*. É necessário fazer com que a APM não seja apenas reconhecida pela atuação no âmbito financeiro da escola, uma vez que as unidades de ensino não têm autonomia para gerir de forma direta as verbas recebidas, mas também como uma associação de pessoas comprometidas com objetivos administrativos e pedagógicos. *"O respeito às diversas culturas traduz um dos*

*princípios da gestão da educação. Construir uma educação numa dimensão igualitária e que considere todos os aspectos". (AMÉLIA, abril/2020).*

No terceiro encontro prosseguimos com os diálogos acerca da Meta 19 do PME de Toropi/RS e suas estratégias para concretização:

Figura 10 - Meta 19 do PME



Fonte: PME Toropi, organizado pela pesquisadora-coordenadora, 2020

Figura 11 - Estratégias referente à Meta 19

**ESTRATÉGIAS**

**19.1)** regulamentar a gestão democrática no sistema de ensino e na educação básica, respeitando as leis nacionais, inclusive com definições de critérios para nomeação de direção das escolas;

**19.2)** aderir aos programas de apoio e formação para os conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, e de outros e para os representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

**19.3)** instituir no Município o Fórum ou Comissão de Educação, com o intuito de coordenar a conferência municipal, bem como efetuar o acompanhamento da execução do PME;

**19.4)** estimular as escolas, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais e mestres, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

**19.5)** estimular o fortalecimento de conselhos escolares e conselho municipal de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

**19.6)** estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares;

**19.7)** favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

**19.8)** aderir aos programas de formação de diretores e gestores escolares

Fonte: PME Toropi, organizado pela pesquisadora-coordenadora, 2020

Ao imergirmos nas estratégias para a efetivação da meta 19, nos deparamos com muitos questionamentos: O que já foi feito? Qual é a organização para cumprir com as estratégias? Existe uma comissão para acompanhar e monitorar? Quem são as pessoas que integram a Comissão?

Por acreditar em processos de participação democrática e cooperativa é que a partir daí convidamos a gestão da Secretaria de Educação para contribuir com documentos de posse da Secretaria, que são de domínio público, porém não estavam acessíveis em nenhuma plataforma digital. Conversamos com a equipe e solicitamos os documentos. Nossos diálogos continuavam, a troca de mensagens e de ideias foi constante. Os dias passavam e a SMEC ainda não havia dado nenhum retorno para contribuir com a continuidade da pesquisa, foi aí que optamos por formalizar o pedido por meio de memorando (APÊNDICE C) e enviá-lo por e-mail, pois as restrições de atendimento ao público em Instituições Municipais tinham aumentado, devido ao avanço de casos de Covid-19 na região. Na mesma oportunidade solicitamos a colaboração com sugestões e/ou opiniões da atual gestão da SMEC para uma possível agenda de implementação dialogada e participada (democrática) da Meta 19 do PME, conforme apêndice C.

Iniciamos as reflexões referentes ao quarto encontro com a imagem de uma mensagem que a coautora Amélia enviou no grupo do *Whatsapp*.

Figura 12 - Mensagem

**“Não é comigo”** (Autor desconhecido)

Esta é a história de quatro pessoas:

Todo mundo, Alguém, Qualquer um e Ninguém.

Havia um trabalho a ser feito e **Todo mundo** tinha certeza que **Alguém faria**.

**Qualquer um** poderia ter feito, mas **Ninguém** fez.

**Alguém** se zangou porque era trabalho de **Todo mundo**.

**Todo mundo** pensou que **qualquer um** poderia fazê-lo, mas **Ninguém** imaginou que **Todo mundo** deixasse de fazê-lo.

Ao final **Todo mundo** culpou Alguém, quando **Ninguém** fez o Trabalho que **qualquer um** poderia ter feito!

Fonte: Desconhecida, imagem encaminhada no Grupo do Whatsapp

Quando as pessoas fazem parte de um grupo e têm objetivos comuns, a busca se dá pela harmonia e coesão, o que não significa que não haja conflitos e tensionamentos a partir de concepções e práticas diferentes e autônomas. O desafio é estarmos sempre dispostas/os a aprender, evitar a passividade e a indiferença, sermos responsáveis por nossos atos, compartilhar decisões e buscar soluções de forma coletiva. Foi assim que o grupo permaneceu unido e focado em nosso propósito. Pensamos então na propositiva de reconhecer também as coisas boas e avanços importantes que temos na educação, bem como pensar nas que não são tão boas com o intuito de melhorá-las.

A partir disso, refletimos com o que consta na tabela abaixo:

Tabela 7 - Reflexão do quarto círculo

<b>QUE BOM!</b>	<b>QUE PENA!</b>	<b>QUE TAL!?</b>
algo que tenhamos no contexto escolar que seja bom/ legal/ positivo.	algo que ainda não aconteceu, ou que seja desagradável, negativo...	alguma sugestão, ideia, propositiva...

Fonte: elaborada pela pesquisadora-coordenadora, 2020.

Percebemos em nossos registros que principalmente as professoras reconhecem que a maioria dos pais são participativos, porém essa participação se dá em ocasiões em que é solicitada sua presença, seja em reuniões, eventos ou até mesmo na colaboração com atividades escolares que envolvam a família em suas casas (temas de casa). Nas palavras da coautora Eva,

Que bom que os pais são bem participativos (a maioria) nas reuniões e eventos da escola, na colaboração com os temas de casa, nas leituras e aprendizagem dos filhos. Que bom que temos algumas professoras que envolvem a família em projetos e eventos escolares. (maio/2020)

Pensando na participação do povo na escola que Paulo Freire, em sua vivência como gestor público<sup>33</sup>, propõe uma trajetória com um olhar dedicado,

<sup>33</sup> Paulo Freire assumiu a Secretaria de Educação da cidade de São Paulo, (1989 - 1992), na gestão de Luiza Erundina (PT).

possível porque esperançoso, alicerçando os rumos para a educação popular democrática, conferindo a razão primeira de pensar a escola na perspectiva de participação coletiva, porém já alertando que

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. (1991, p. 16)

Com Freire entendemos que a escola se apresenta como principal local para promoção à libertação e humanização, pois é pela possibilidade de debater, discutir, dialogar que se alcançará a compreensão sobre a realidade circundante, e assim, ser possível, escrever a história das mudanças e das auto(trans)transformações. Estar apto e disposto em promover essas mudanças é um dos passos iniciais, que implicam diversos fatores. A **formação com os gestores** também se torna imprescindível, pois as direções de escolas e cargos de gestão da Secretaria Municipal de Educação no município de Toropi/RS são indicações político-partidárias; não há consulta à comunidade e nem sempre recaem em professoras que atuam na rede municipal. Com isso a coautora Frida destaca:

Que pena, que essa participação não é vista (na maioria das vezes) de forma positiva pela gestão das escolas (nossa realidade) pois, muitas vezes ouvimos "reclamações" sobre a presença de pais nas escolas. Que pena, que essa participação só é bem vista quando se tem uma certa "propaganda" por trás, quando é por interesses próprios. (Ex: para se auto promover...). (FRIDA, maio/2020)

Reconhecemos as conquistas da comunidade escolar que prioriza uma gestão escolar democrática. Deste modo, devemos trazer à escola a voz de quem vem à escola, porque estes trazem para dentro dela um mundo rico em vivências e saberes, fazendo com que a escola seja "um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de idéias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência" (FREIRE, 1991, p. 16). Com isso continuamos acreditando e sonhando que mais vozes venham se somar conosco, o que na fala da coautora Amélia fica evidente sobre a importância da participação, mesmo que ainda de uma maneira encabulada:



alguns membros da família de alguma forma lentamente estão se aproximando da escola. Contribuindo para o crescimento dela. Ótimo a dedicação de alguns membros da escola, os quais estão preocupados em reverter o pensamento que temos de que a escola não é só para alunos e que ela é uma grande abertura para a participação e colaboração da família, inclusive para o processo de aprendizagem. (AMÉLIA, maio/2020)

Reconhecendo a participação de todas/os, a escola pública se configura como um espaço de interação, diálogo, reflexão e cooperação de seus agentes na construção de dispositivos para a democratização da mesma, bem como para a implementação de uma gestão dialogada e participada, cujas formas de provimento e exercício efetivam-se pela presença de canais de participação no exercício do poder, nas tomadas de decisões, encaminhamentos e acompanhamentos. Portanto as questões que também devemos pensar dizem respeito à escola que queremos, a serviço de quem ela está ou deveria estar, qual deve ser a sua preocupação em relação a comunidade em que está inserida, para a partir daí construir essa escola que acreditamos ser a necessária para a sociedade, em que todas/os pensem, decidam e transformem, contribuindo para que a escola cumpra o seu papel social.

Sobre essas questões, a coautora Eleanor assim se manifesta:

QUE TAL... **fortalecer os grupos** existentes na escola como a APM e conselho escolar, e outros que podem ser criados, como grupo de mães, pais, avós.... No entanto, para que isso ocorra, precisamos **de espaços para a participação** na própria escola. Precisamos pensar também na **qualificação de gestores** como requisito para atuação, assim como, os demais profissionais da área no exercício de suas funções. Precisamos oportunizar a **participação da comunidade escolar na construção de documentos escolares**. É importante que a mesma, saiba a importância de seu papel na educação, para poder desempenhar diferentes funções. Precisamos ouvir os anseios da comunidade, seus desejos, experiências, mudanças... porque é perceptível no contexto escolar, a prevalência de anseios pessoais de gestores. (ELEANOR, maio/2020. Grifos nosso)

Além da preocupação com a boniteza da escola, zelo, limpeza, alegria, precisamos prospectar, sobretudo, a escola da alegria de participar, de aprender democraticamente, na qual decisões e escolhas sejam de todas e todos, que busca a liberdade, a autonomia e participação efetiva. Busca ainda uma prática educativa que seja capaz de trabalhar contra a exclusão, superando os obstáculos e que permite o sonho esperançoso de

Uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta, em que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que a seriedade

jamais vire sisudez. Uma escola em que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo. (FREIRE, 1991, p. 24)

Como Freire, também acreditamos na necessidade de uma constante formação permanente com as educadoras e os educadores, que paute a reflexão sobre a prática, reflexão sobre o projeto político-pedagógico que se tem e/ou se quer para a escola. Que traga clareza e consciência de a favor de quê e de quem se está trabalhando, da mesma forma em que se deve pensar contra o quê e contra quem se realiza, por isso a necessária intencionalidade para o ato educativo pedagógico, esforço de uma ação eminentemente política. Devemos buscar uma educação que seja capaz de ouvir as pessoas, participando dessa realidade, discutindo-a, e colocando como perspectiva a possibilidade de mudá-la.

A partir de nossas interações, fomos percebendo o protagonismo que temos, ou deveríamos ter, na escola; os diálogos permeiam em torno da construção de documentos da escola, como por exemplo o PPP, com isso seguimos para o nosso quinto encontro. Nos desafiando à uma leitura crítica e responsiva, com algumas questões que surgiram ao longo de nossos diálogos: qual é a estrutura de nosso PPP? Como se dá sua construção? Quem participa dessa construção?

Reconhecemos a necessidade de assumir uma postura democrática na própria comunidade escolar, o que se evidencia na manifestação da coautora Amélia,

Seria de suma importância/relevância a participação mais efetiva dos pais, pois ainda não é o suficiente sua participação. Além da família que é primordial para o bom desenvolvimento educacional da criança, a participação de outros membros da comunidade como APM, Conselho escolar, Conselho tutelar, na implantação de projetos onde englobem a participação de toda a comunidade. É perceptível o quão pode ser feito pela educação. Devemos começar por nós mesmos, nos motivando e de alguma forma colaborando para um modelo de gestão democrática transformadora. (Julho/2020)

O compartilhamento de decisões implica envolver os pais, alunos, professores, funcionários e outras pessoas da comunidade nas atividades escolares e na tomada de algumas decisões no contexto escolar. O PPP se apresenta como uma oportunidade de escuta e pertencimento: "*A produção coletiva e democrática possibilita que aflore o sentimento de pertencimento em alunos, familiares e comunidade escolar.*" (Frida. Julho/2020)

Pudemos observar que há um único PPP das escolas municipais de Toropi/RS, com texto padronizado para todas as escolas municipais, sendo disponibilizado por meio impresso na Secretaria Municipal de Educação e nas escolas. Sua estrutura básica organizacional constitui-se em: 1- marco referencial e teórico, o qual contempla marco situacional, doutrinal, operativo, diagnóstico; 2- diretrizes de atuação, que trata das diretrizes filosóficas, curriculares, metodológicas, do trabalho docente e discente, da avaliação do aluno e da escola e da estrutura organizacional.

O PPP apresenta em sua capa o ano atualizado em 2019 e como grupo de elaboração: professores das escolas municipais de Toropi e supervisão da SMEC, informação essa que diverge do relato de uma docente: *"trabalhei durante todo o ano de 2019 nas escolas e não recordo de termos atualizado o PPP, aliás considero muito importante que a construção inclua a comunidade"* (HELEN, julho/2020). Reconhecemos gostos democráticos em muitas pessoas do contexto escolar, mas também percebemos que uma escola de fato com práticas democráticas está longe de se concretizar, uma vez que as relações ainda são permeadas pelo autoritarismo e centralização que envolvem direção, professores, demais funcionários e alunos. Assim sendo, como podemos esperar que a comunidade possa contemplar e vivenciar as relações democráticas?

Para que uma escola seja de fato democrática, a prerrogativa é romper com aspectos históricos excludentes e pouco participativos, assumindo uma política comprometida com os processos democráticos da participação, cooperação, diálogo e interação com a comunidade.

É fundamental que o gestor escolar proponha estratégias que envolvam e mobilizem a comunidade escolar, buscando o envolvimento das diferentes instâncias de gestão democrática (Conselho Deliberativo, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil, APM, PPP... para discutir e ampliar esse espaço de socialização). (AMÉLIA, Julho/2020)

Assim sendo, a democracia somente será efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta (PARO, 1997). Essa efetivação requer engajamento coletivo na formulação das diretrizes escolares, no planejamento e execução das ações, assim como na sua avaliação e reestruturação, quando necessário. Porém, para concretizar essa participação demanda de múltiplas relações sociais com a comunidade, o que pode gerar um embate entre as mesmas,

se não for iniciado de forma cordial e estimulada no dia a dia do trabalho escolar. Porém, a participação e o direito de cada uma e cada um no dizer a sua palavra não pode depender da concessão deste ou daquele gestor; reafirmamos nosso *sentir-pensar-agir* em Paro (2016), "se a democratização das relações na escola pública ficar na dependência deste ou daquele diretor magnânimo, que concede democracia, poucas esperanças podem haver de se contar, um dia com um sistema de ensino democrático" (p. 25).

O gestor democrático que busca a qualidade do seu trabalho deve incentivar práticas coletivas e participativas das instâncias colegiadas, representadas por pais, alunos, professores, funcionários e comunidade escolar. Essa preocupação fica explícita nas palavras de Eva, que já assumiu cargo de gestão na escola, quando afirma:

Sempre tive o cuidado de não tomar nenhuma decisão importante antes de consultar a equipe, por entender que as decisões em uma escola devem ser resolvidas em conjunto. Quando assumi, me senti despreparada, pois estava há menos de três anos como professora e precisei bastante ajuda das colegas. Acredito que um diretor, ao assumir uma escola precise de um preparo e um bom relacionamento com os colegas para saber orientar, ouvir e motivar. (Julho/2020)

Ao gestor escolar faz-se necessária uma nova visão de organização e decisões acerca dos aspectos pedagógicos e administrativos. Ele não é o único responsável por tais mudanças, porém tem um papel de grande relevância, desde que pautar suas ações em princípios democráticos, sendo atuante e comprometido com seu cargo e representatividade no contexto escolar e comunitário. Nas palavras de Amélia: "*Entendo que a ação desse profissional é determinante na qualidade da educação e nos comportamentos de rotina de todos os partícipes.*" (Julho/2020)

Dando continuidade em nossa construção coletiva com intuito de elaborarmos o constructo epistemológico da pesquisa, fomos tentando encontrar os principais aspectos observados e discutidos durante nossa caminhada. Para tal foi de fundamental importância assumir e lançar-se em uma escrita comprometida, autônoma e com seriedade.

Recebemos o retorno de nossa solicitação à SMEC somente no dia 17 de setembro de 2020, por *wathsapp*, na oportunidade nos foi enviado apenas três documentos: a Lei Municipal nº 825-13/2016, de 26 de maio de 2015, que aprova o

Plano Municipal de Educação; o Decreto Municipal nº 1.878-13/2016, de 18 de agosto de 2014, que institui a comissão geral para elaboração do Plano Municipal de Educação de Toropi/RS e a Portaria nº 019-13/2016, de 18 de agosto de 2014, que nomeia membros da comissão geral para elaboração do Plano Municipal de Educação de Toropi/RS.

A Lei que aprova o PME encontra-se disponível na página oficial da Prefeitura Municipal de Toropi, na internet; já os decretos e portarias, que também são de domínio público, são disponibilizados somente perante solicitação junto a instituição municipal.

Figura 13 - Portaria 019/2014 e Decreto 1.878/2014

<p>Portaria nº 019-13/2016, de 18 de agosto de 2014.</p> <p>NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO GERAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TOROPI/RS</p> <p>HELTON ADRIANO HAAS, Prefeito Municipal de Toropi, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município.</p> <p>NOMEIA.</p> <p>Art. 1º Os membros da Comissão Geral para elaboração do Plano Municipal de Educação de Toropi para o próximo decênio:</p> <p>Karine Gutheil Franzen Margaret Maurer Lilian Verônica Wagner Elaine Krause de Oliveira Eloiza Oliveira de Oliveira Neusa Eich Angela Claudete Scholz Kurz Carmen Frida Bayer Deise Lodetti Scalon Mara Elena Beilke Mussoline Cristiane Noronha Cardoso</p> <p>Art. 2º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>DECRETO MUNICIPAL Nº 1.878-13/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2014.</p> <p>INSTITUI A COMISSÃO GERAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TOROPI/RS.</p> <p>HELTON ADRIANO HAAS, Prefeito do Município de Toropi, Estado do Rio Grande do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.</p> <p style="text-align: center;"><b><u>DECRETA</u></b></p> <p>ART. 1º. Fica criada a Comissão Geral responsável pela coordenação dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Educação de Toropi para o próximo decênio.</p> <p>ART. 2º. A Comissão Geral será composta por no mínimo dez membros, tendo representação da Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Direções e Professores de Escolas, contemplando os Eixos Temáticos: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Inclusiva e Diversidade; Formação dos Professores, Valorização do Magistério e Ensino Superior.</p> <p>ART. 3º. A Comissão terá as seguintes atribuições:</p> <p>I - Organizar estudos das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação.</p> <p>II - Propor metas e estratégias para o Plano Municipal de Educação.</p> <p>III - Coordenar as reuniões de trabalho dos Eixos Temáticos.</p> <p>IV - Sistematização dos trabalhos realizados pelas Comissões.</p> <p>V - Organizar as Plenárias para análise e aprovação do Plano Municipal de Educação pela Comunidade.</p> <p>VI - Revisar o texto final do Plano Municipal de Educação para encaminhamento e aprovação na forma da lei.</p>
---	--

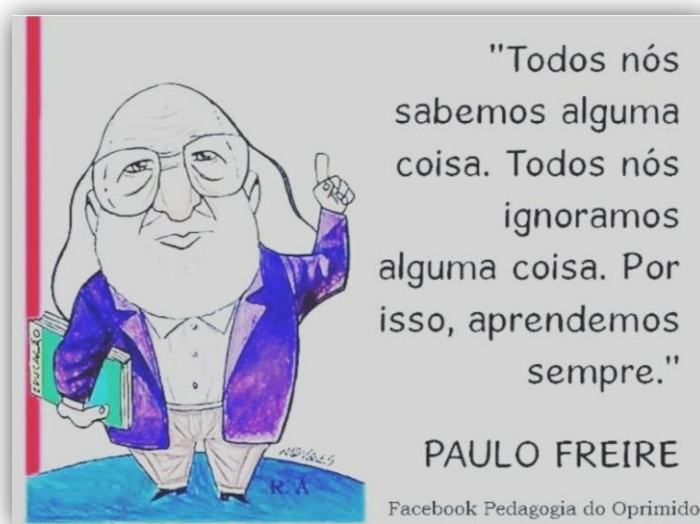
Fonte: SmeC Toropi/RS, 2014

Registramos aqui que essa devolutiva é decorrente de nossa solicitação via memorando junto à SMEC. No entanto, não recebemos nenhuma manifestação concernente às contribuições dessa secretaria sobre a implementação democrática do PME no município de Toropo/RS ou ainda sobre a comissão de acompanhamento e monitoramento do Plano.

Nosso sexto círculo foi marcado por momentos de alegria e partilha, depois de muitos dias compartilhando ideias, construindo juntas, lendo, escrevendo, pesquisando, dando forma ao nosso constructo. Iniciamos o encontro com uma mensagem de gratidão e de esperança e compartilhamos a proposta de agenda que

ainda estava em construção e que, ao final da pesquisa, será entregue aos gestores municipais da SMEC e das escolas. O modelo encontra-se no Apêndice E desta dissertação.

Figura 14 - Mensagem do sexto círculo



Fonte: Instagran, @paulo\_freire\_brasil

Na perspectiva de aprender umas/uns com as/os outras/os é que fomos tecendo nossa rede de cooperação, contemplando o objetivo principal da pesquisa que era *construir com professoras/es e comunidade escolar caminhos e dispositivos para a criação de uma proposta de Agenda para implementação da gestão democrática, por meio do PME e outras instâncias ou organismos de participação democrática no Sistema Municipal de Toropi/RS*. A partir disso, construímos nossa proposta de Agenda para implementação de processos democráticos, dialogados e participados; não temos a pretensão de deixar nada "pronto", mas de contribuir com nosso lugar para que de fato se desenvolvam caminhos e espaços-tempo que favoreçam a democracia na formação permanente, nas tomadas de decisões e em construções de documentos nas escolas.

A partir das vivências nos Círculos Dialógicos Virtuais, buscamos identificar a emergência das diferentes possibilidades para a construção da agenda. Focamos nosso olhar em palavras geradoras, que surgiram em diálogos nos encontros do grupo.

Na figura abaixo apresentamos algumas destas palavras:

Figura 15 – Principais palavras geradoras



Fonte: Elaborado pela pesquisadora-coordenadora, 2020, no site <https://wordart.com/create>

Com elas, fomos sistematizando a nossa proposta de agenda que também será apresentada e entregue à Secretaria de Educação, e às escolas municipais, para que possa servir de subsídio à implementação de processos democráticos.

#### 4 AGENDA PARA DEMOCRATIZAÇÃO NA GESTÃO: ALTERNATIVAS E CAMINHOS DO POSSÍVEL

Prospectando uma nova configuração das relações de poder, a partir da construção do Sistema Municipal de Educação, os municípios têm a possibilidade de coordenar e de legitimar democraticamente a organização e implementação dos processos de gestão, rompendo com práticas tradicionalmente centralizadoras e autoritárias, primando pelo diálogo entre as pessoas e as instituições. Concebendo o Sistema Municipal de Educação como “organização formal, legal do conjunto de ações educacionais do município”, Bordignon (2013, p. 38) apresenta algumas diretrizes e princípios em prol da autonomia a ser construída por processos dialogados e participados com todas e todos. Ressalta que a criação do SME

precisa levar em conta os referenciais teóricos e normativos, considerar a realidade nacional, regional e local: "Assim, na construção do Sistema, devem estar presentes: a concepção de educação, a dimensão de nacionalidade, o contexto regional, a realidade local, a história acumulada pelo município e a autonomia do Sistema Municipal." (Ibid, p.40). O autor ainda nos chama atenção para os princípios que precisam permear o trabalho de construção democrática do Sistema, para que esta não se constitua em um simples e mero ato legal burocrático; dentre eles Bordignon (p. 41) destaca o sistêmico, o democrático, o do instituinte e o do município que educa.

Ao realizarmos uma busca e construção por alternativas democráticas, também nos inspiramos em diversas experiências sendo desenvolvidas em escolas públicas, redes e sistemas de ensino, no país afora, as quais apresentam resultados interessantes na tentativa de ampliação e de efetivação da democracia na educação.

Não temos pretensão aqui de apresentar um modelo único a ser seguido; tampouco um passo a passo na implantação de processos democráticos, até porque a autonomia necessária a estes processos não está dada, ou seja, os diferentes programas de descentralização (financeira, administrativa ou pedagógica), por vezes, engessam ainda mais a autonomia da escola, do que a fortalecem. Assim, na tentativa de contribuir com a democratização da gestão do sistema, nossos diálogos reflexivos e proativos identificaram e problematizaram alguns elementos e/ou instâncias como potencializadores na/para organização de processos democráticos.

➤ *Conferência da Educação:* é um espaço democrático instituído pelo Poder Público em articulação com a sociedade, para que todos possam participar do desenvolvimento da educação. No âmbito municipal, esta Conferência tem o papel de deliberar acerca dos eixos da política educacional do município, reunindo toda a comunidade e/ou seus representantes interessados na educação daquele sistema, para debater, estudar, planejar, decidir, avaliar as ações principais referentes à educação. Embora o município de Toropi já tenha vivenciado esta instância quando da construção do PME, constatamos com as coautoras que atualmente as mesmas não ocorrem mais, razão pela qual estamos propondo-a como um caminho e dispositivo viável para intensificar a democracia na implementação do Plano Municipal de Educação. Esta assertiva fica evidente no relato de Eva: *“aquelas*



*conferências com toda comunidade são um ponto positivo na tentativa de integrar a escola a comunidade em geral”.* (Julho, 2020)

➤ *Conselho Municipal da Educação:* o Conselho Municipal de Educação é um órgão representativo, composto por diferentes segmentos da comunidade (profissionais da educação, gestores/governantes, população em geral), com funções deliberativas, consultivas e de acompanhamento e avaliação de assuntos educacionais. Compreendemos que seja a voz da sociedade que fala ao governo assumindo a natureza de órgão de estado, “situam-se na mediação entre sociedade e governo. Passam a constituir o espaço de exercício de poder pelo cidadão” (BORDIGNON, 2013, p. 61). Nossos diálogos nos círculos permitiram-nos reconhecer a existência do mesmo no município de Toropi/RS, muito embora poucos saibam quem são seus integrantes. Daí nossa propositiva é de tornar este órgão mais dinâmico e com maior visibilidade de suas ações para toda a sociedade toropiense. Outra questão que emergiu é a possibilidade de se ofertar processos formativos para os integrantes do Conselho, na perspectiva democrática.

➤ *Orçamento Participativo (na Educação):* é uma forma inovadora de compartilhar a gestão pública e as decisões com a população, uma vez que a comunidade local participa ela deixa de ser mera receptora dos serviços públicos e passa a fazer parte da tomada de decisões, exercendo seu direito de participação popular. A Constituição Federal, em seu artigo 212, estabelece que parte do orçamento público resultante de impostos esteja vinculado à educação (18% no caso da União e 25% nos casos dos Estados, Distrito Federal e Municípios). Sendo que um montante deste dinheiro é para manter em funcionamento o(s) sistema(s) de ensino, enquanto outra parte é dedicada a novos investimentos. Cabe aqui ressaltarmos que, para que ocorra a efetivação deste dispositivo, é preciso haver a vontade política dos gestores e o interesse e participação da comunidade, pois o orçamento participativo ocorre por meio de reuniões setoriais e assembleias, e com estas discussões/contribuições é que é elaborada a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA), que é enviada para apreciação e votação do poder legislativo. Iniciativas como o orçamento participativo qualificam a cidadania, pois criam um ambiente democrático e igualitário para a definição de prioridades da gestão pública. Enquanto professoras e integrantes da Associação de Pais e Mestres, as mulheres

(fortes e guerreiras) ponderaram a importância de em nossas escolas também se debater a relevância da participação de todas e todos nas assembleias referente ao orçamento participativo.

➤ *Construção participada e dialogada do Projeto Político-Pedagógico*: o PPP é o documento que orienta as ações da escola, tem caráter formal, porém deve ser acessível a toda comunidade escolar e sua construção deve estar pautada no diálogo e na participação de todas e todos. Com ele, dialógica e cooperativamente, desencadeiam-se processos de leitura e de compreensão da realidade escolar, os quais possibilitam tomar consciência da “escola que temos”, para juntos decidirmos a “escola que queremos”, bem como vamos construí-la democraticamente. Assim, o PPP torna-se o referencial principal para toda a gestão escolar. Toropi possui um único PPP para todas as escolas municipais, mas que é pouco conhecido e debatido pela comunidade. Dessa maneira, nossa sugestão é criar uma agenda/cronograma para estudarmos o atual PPP e, com as pessoas da comunidade, fazermos sua (re)construção para que realmente seja um documento orientador de práxis escolares (administrativas e pedagógicas) democráticas, com todas e todos.

➤ *Assembleia da Comunidade Escolar*: as assembleias e/ou “reuniões de pais” são espaços-tempo importantes de participação e oportunidade para debater, opinar, construir e avaliar assuntos educacionais e pontuais da gestão da escola. Claro, ainda não temos essa cultura democrática que reconhece essa instância como elemento empoderador de pertencimento à escola e de possibilidade efetiva para problematizar, conscientizar-se, *dizer a sua palavra* no que se refere às decisões práticas e às avaliações da gestão escolar. Nosso grupo de pesquisa com as coautoras, ressaltou que ainda é preciso maior sensibilização e conscientização sobre esses encontros da comunidade escolar, começando por nós mesmas/os. Uma possibilidade seria visitar as famílias e dialogar com elas sobre a importância de sua participação nesses encontros/assembleias, assim como também não “chamar” os pais apenas em eventos especiais. Um cronograma com encontros sistemáticos pode difundir e fortalecer uma cultura de corresponsabilidade de participação.

➤ *Conselho Escolar*: o conselho de escola coordena a gestão escolar, é um órgão de democracia representativa com envolvimento e participação dos diferentes segmentos da escola (professores, pais, alunos e funcionários), eleitos em pleito específico, sendo o(a) diretor(a) da escola o membro nato. Os Conselhos Escolares contribuem para a efetivação da democracia nas unidades de ensino, mobiliza, opina, decide e acompanha a vida pedagógica, administrativa e financeira da escola, exercendo o controle social da educação e desempenhando as funções normativa, consultiva, deliberativa, fiscalizadora, mobilizadora e de unidade executora. No estado do Rio Grande do Sul, a Lei Nº 13.990, de 15 de maio de 2012, em seu artigo 4.º, já inclui o Conselho Escolar como órgão administrativo na escola: “A administração dos estabelecimentos de ensino será exercida pelos seguintes órgãos: I - Equipe Diretiva – ED – integrada pelo Diretor, pelo Vice-Diretor e pelo Coordenador Pedagógico; e II - Conselho Escolar”. A democratização da gestão escolar implica o aprendizado e a vivência do exercício de participação e de tomadas de decisões. Para tanto, precisa ser construído coletivamente, contemplando as especificidades e as condições sócio-históricas de cada escola, município e região. Para tornar esse órgão efetivo percebemos a importância de processos formativos que dêem aportes teóricos, e que sensibilize para participação e comprometimento com as ações inerentes à representatividade do conselho.

➤ *Eleições de Dirigentes Escolares*: Para que a gestão escolar ocorra dentro dos parâmetros democráticos, os dirigentes de escolas deverão de ser escolhidos em processos de eleição com a comunidade escolar. A eleição seria a forma legítima de escolha pela Comunidade Escolar, para as funções de Diretor e Vice-Diretor, sendo que estes concorrem através de chapa previamente montada e que contemple os pré-requisitos previstos em editais. É importante que a comunidade reconheça a escolha por eleição como uma oportunidade de democratização da gestão. Fica claro, portanto, que a educação democrática se revela na prática democrática e, para que esse espaço seja de fato democrático e emancipatório, temos papéis fundamentais. Sobre essa participação, Freire nos lembra:

A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço ensino-aprendizagem será então um centro de debates e ideias, soluções, reflexões, onde a

organização popular vai sistematizando sua própria experiência. (FREIRE, 1991, p.16).

Desde sua emancipação político administrativa, o município de Toropi mantém a indicação pelo executivo para ocupação das funções diretivas nas escolas municipais. Destarte, vislumbramos a possibilidade de um debate com a comunidade escolar sobre a forma de escolha ou indicação dos dirigentes.

➤ *Rotatividade no quadro de dirigentes da escola:* reconhecemos as eleições para escolha dos dirigentes como uma oportunidade de democratização da educação, mas, além disso, precisamos ter a consciência da renovação e rotatividade nesse quadro; pois em muitas escolas os diretores e os vice-diretores permanecem na gestão por muitos anos, apenas realizando a troca de funções, perpetuando-se nos mesmos. Contudo, a legislação já prevê um mandato de três anos, sendo permitida somente uma recondução.

➤ *Espaços-tempo para formação e participação:* esse quesito foi muito recorrente durante os diálogos nos círculos virtuais. Muito se fala na necessidade de uma formação que valorize o docente e que venha ao encontro de seus anseios, mas o que vemos é uma formação pensada somente por alguns para muitos, que se apresenta apenas como uma "atualização", com tempo corrido, descontextualizada e que não possibilita autonomia. Sobre isso Imbernón (2009), relata que é preciso "construir uma noção da educação mais politizada com um compromisso baseado na liberdade das pessoas e não na dominação", a formação deve assumir-se de maneira coletiva e dialógica, pautada pelo diálogo entre o "professorado" e todos que intervêm na formação. É urgente que todas professoras e todos e professores compreendam a necessidade de lutar por espaços-tempo e que os dirigentes e gestores se percebam parte desse coletivo e que construam juntos possibilidades reais para uma formação que considere a teoria da cooperação como processo imprescindível na formação com professoras/es e também para membros da comunidade que possam ou queiram compor os demais órgãos representativos.

➤ *Auto(trans)formação Permanente com Professoras e Professores na Perspectiva da Gestão Democrática:* Temos percebido a auto(trans)formação permanente com professoras e professores como um caminhar esperançoso de assumirmos nosso compromisso pedagógico e político como profissionais, humanos

e participantes da sociedade democrática. Compreendemos que, ao nos conscientizar de nosso protagonismo na luta por uma educação de qualidade com *práxis* dialogadas e participadas, a serviço da libertação e da humanização, possamos valorizar e criar gosto por processos de fato democráticos com todas e todos.

Assim reconhecemos uma perspectiva de auto(trans)formação com professoras e professores que vá além de cursos, seminários, congresso e, capacitações de “formação continuada” com especialistas e técnicos que vem “de fora” e apresentam suas concepções e sugestões, sem nem sempre conhecerem a realidade do contexto do *quefazer* pedagógico nas escolas. Ao propor processos de auto(trans)formação reconhecemos a capacidade e autonomia de professoras e professores serem autoras e autores de seus processos (auto)formativos. Por meio de encontros dialógicos-reflexivos com seus pares constroem-se compreensões e interpretações da realidade na qual cada escola ou rede municipal está imersa; na medida em que conseguem “dizer a sua palavra “ e ler criticamente o mundo ao seu entorno, descobrem-se também empoderadas/os para transformar suas *práxis* pedagógicas e engajar-se na participação da realidade sócio-político-econômico. Eis porque esse *auto* não ocorre no isolamento, mas no encontro dialogado e participado com outras pessoas para com elas buscar mudanças que transformem a cada uma e cada um na mesma processualidade que as realidades educacionais e sociais se transformem em mais humanizadoras e cidadãs.

Essas são algumas inquietações e propositivas que emergiram nos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos e que apresentamos como indicadores de uma possível agenda para, pouco a pouco, construirmos culturas e *práxis* democráticas na rede municipal de Toropi/RS. Prospectamos que sirvam de ponto de partida para sensibilizar e mobilizar, tanto os gestores como os munícipes na perspectiva de maior participação e interação nas diferentes instâncias e órgãos que dizem respeito à organização e gestão escolar.

## 5 CONSIDERAÇÕES INACABADAS... PARA PROSSEGUIR SONHANDO, DIALOGANDO E AUTO(TRANS)FORMANDO-SE

*A viagem não acaba nunca. [...].*

*Quando o visitante sentou na areia da praia e disse: “Não há mais o que ver”, saiba que não era assim. O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem.*

*Sempre.*

*(José Saramago)*

Quando nos colocamos a caminhar, muitas vezes precisamos ser construtores de caminhos, nos envolvemos com diferentes horizontes e desafios para prosseguir em busca do que almejamos encontrar; e muitas vezes é necessário fazer uma parada, para prosseguir ao encontro das pessoas e dos processos de auto(trans)formação para ser mais. No caso de uma pesquisa de Mestrado, também vamos percorrendo e construindo caminhos, sempre com outras pessoas (autoras/es ou presenças físicas que, para nós, são coautoras).

Na incompletude dos processos e constructos epistemológicos auto(trans)formativos assumimos também a nossa condição de inacabamento com possíveis novas utopias, compromissos e realizações. É chegada a hora de interromper o envolvimento de dois anos com esta pesquisa de mestrado, marcada por muitos encontros com autoras, autores, professoras, professores, colegas e outras tantas gentes com seus saberes e sabores; sinto-me tomada por um misto de gratidão e alegria.

Reitero aqui que a realização do mestrado profissional em Políticas Públicas foi minha primeira experiência em um curso presencial, mais ainda em uma universidade pública federal. Os desafios não foram poucos, pois segui trabalhando

na docência com as crianças pequenas com todas as suas demandas; o deslocamento de casa/trabalho/universidade/casa, também contribuíram para me tornar ainda mais forte, foram quilômetros trilhados "sozinha" fisicamente dentro do carro em noites frias de inverno, quando a visibilidade em frente era mínima. E aqui ousou fazer um paralelo com as situações que vivenciamos em nossa profissão: assim como na estrada de baixa visibilidade, também nós educadoras e educadores, por vezes, não conseguimos ver muito além do nosso entorno; porém, é preciso encorajarmo-nos, assim como na estrada que trilhei, buscando amparo nas leituras e experiências feitas e vividas por nós e por outras gentes, ampliar nossa visão sobre as inúmeras possibilidades, nos arriscar a propor alternativas/caminhos novos, baseado em nossas vivências e/ou em experiências realizadas por diferentes grupos de pessoas.

Como naquela estrada, hoje compreendo que nunca estive só, que aquele espaço também foi necessário para minha auto(trans)formação, pois ali buscava amparo nos estudos, nas leituras, em relatos de colegas, professoras e professores. Eram nestes encontros que conseguia um refúgio para colocar os pensamentos "em ordem", ou por vezes "bagunçá-los" ainda mais. As disciplinas e seminários curriculares do curso foram muito significativos para concretude da pesquisa, posso afirmar que valeu muito a pena ter sonhado e lutado para realizar um curso presencial na UFSM e ter tido esse privilégio de aprender-ensinar com professoras e professores especialistas, rigorosas/os, sem deixar de serem amorosas/os e humanizadas/os.

A pesquisa propriamente dita provocou-me a escrever meu memorial. Foi um verdadeiro caminhar para si, em cujas recordações comecei a reconhecer experiências e vivências com diferentes lugares, tempos e gentes como processos de auto(trans)formação.

O primeiro semestre de dois mil e vinte parecia estar desenhado. Havíamos planejado a realização dos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos e a "conclusão" da pesquisa; porém, fomos surpreendidos com uma pandemia de nível mundial, que em poucos dias colocou uma população inteira em quarentena e isolamento social. Novamente me vejo naquela estrada, em que praticamente não consigo enxergar para frente, e em um primeiro instante o desejo é recuar, voltar para o caminho já percorrido/conhecido. Esta inércia momentânea foi dando vez ao

desejo de se reinventar, assim como muitas/os colegas que no exercício da docência, precisamos de um sentir-pensar-agir rápido e significativo, buscando alternativas para tornar os inéditos viáveis.

Com a proposta dos círculos dialógicos em uma versão virtual firmamos o compromisso de, juntamente com as professoras e mães coautoras, estudar, debater, encontrar, criar e (re)conhecer possibilidades para a efetivação da gestão democrática por meio do Plano Municipal de Educação. O PME consiste em uma política pública potente na efetivação da gestão democrática; porém, ele por si só, não garante de fato tal efetivação, é preciso que gestores e sociedade estejam engajados para dar vida, visibilidade e concretude ao PME.

Alcançamos a conscientização de que conseguimos avançar, mas muito há para caminhar, muitas leituras e realização de estudos aprofundados para a efetivação da gestão democrática ainda precisam ser realizadas; dentre elas reconhecemos a auto(trans)formação com professoras e professores como sendo uma ação primordial para o empoderamento com ações significativas para a efetivação de processos democráticos no contexto escolar. Nas palavras da coautora Eva: *"Acredito que nós voltaremos nas escolas, não com uma gestão, mas com uma educação mais democrática. Graças a esses estudos [...], vamos lutar por isso."* (Setembro, 2020)

Podemos afirmar que os diálogos sobre Gestão Democrática nos ajudaram a ler melhor e mais criticamente o "mundo" da educação no município de Toropi/RS. Igualmente foram muito agregadores os textos de autoras/es que abordam a "formação continuada"/permanente para além de heteroformações com especialistas, muitas vezes distantes da realidade do cotidiano das escolas...

Nos Círculos Dialógicos Virtuais, contamos com empenho e comprometimento de todas as coautoras, nossos diálogos se deram numa dinâmica dialética, onde todas participavam, compartilhando suas vivências, dicas de leituras, mensagens de carinho e afeto. O entusiasmo das coautoras era perceptível em seus rostos, em suas falas e nas interações pelo grupo, que não se contentavam em debater nos encontros previstos, mas também propuseram um Grupo de WhatsApp para seguirmos compartilhando textos, ideias, sentimentos de alegria ou de indignação. Outras vezes os diálogos também seguiam no particular, virtualmente.



Por fim, a partir do desafio de apresentar um “Constructo de Intervenção” (Produto), procuramos (re)conhecer o que legalmente já se tem no Município, e ver como essas normatizações e marcos legais vêm sendo concretizados junto às escolas e comunidades. A partir dessas “leituras da palavra/leituras de mundo”, nossa Agenda buscou apontar possíveis alternativas, estratégias e caminhos para que a Gestão Democrática, dialogada e participada, tenha condições de envolver as/os munícipes toropienses, especialmente nas questões educacionais.

Muitas outras questões ainda emergirão depois e/ou com os constructos registrados e sistematizados nessa dissertação. As “mulheres fortes e guerreiras” que foram nossas coautoras manifestaram o desejo de seguirmos estudando juntas, realizando nossas auto(trans)formações permanentes por meio dos Círculos Dialógicos Investigativo-auto(trans)formativos. Todas sentimo-nos mais e melhores como mulheres e profissionais por termos participado da presente pesquisa-auto(trans)formação. Sigamos em frente, porque acreditamos que uma outra educação, uma outra sociedade e um outro mundo são possíveis; queremos construí-los por meio de uma Gestão Democrática dialogada e participada com muitas outras mulheres e muitos outros homens.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. **Governança educacional e gestão escolar**: reflexos na responsabilidade social. In GUIMARÃES-IOSIF. **Política e governança educacional**: contradições e desafios na promoção da cidadania. Brasília: DF. Universo Liber Livro, 2012
- ANDREOLA, Balduino Antonio; PAOLI, Evaldo Luis; KRONBAUER, Luiz Gilberto; ORTH, Miguel Alfredo. **“Formação de Educadores: da itinerância das universidades à escola itinerante”**. Ijuí/RS: Ed. UNIJUÍ, 2010. pp.49-62.
- ARROYO, Miguel G. **Ofício De Mestre**. Imagens e auto-imagens. 3ªed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2001.
- BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da educação no município**: sistema, conselho e plano. 2 ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Brasília, DF, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Clodoaldo José de Almeida Souza. **Documento Norteador para Elaboração de Plano Municipal de Educação – PME**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2005. 98 p.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2015. Disponível em <  
[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/20204/plano\\_nacional\\_educacao\\_2014-2024\\_2ed.pdf?sequence=8](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/20204/plano_nacional_educacao_2014-2024_2ed.pdf?sequence=8)>. Acesso em: 09 de maio de 2018.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **A institucionalização do sistema nacional de educação e o plano nacional de educação**: proposições e disputas. 2018 Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/es/v39n143/1678-4626-es-39-143-477.pdf>. Acesso março 2019.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os obstáculos ao direito à educação básica**. Educ. Soc.[online]. 2013, vol.34, n.124, pp.761-785. ISSN 0101-7330.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ASSEMBLEIA LEGISLATIVA Gabinete de Consultoria Legislativa. **Lei nº 13.990, DE 15 de maio de 2012.** (publicada no DOE n.º 198, de 16 de outubro de 2015) Altera a Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, que dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências. PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 15 de maio de 2012.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ASSEMBLEIA LEGISLATIVA Gabinete de Consultoria Legislativa. **Lei nº 14.705, de 25 de junho de 2015.** (publicada no DOE n.º 120, de 26 de junho de 2015) Institui o Plano Estadual de Educação – PEE –, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE –, Porto Alegre, 25 de maio de 2015.

FIORI, E. M. **Aprender a dizer a sua palavra.** In P. Freire. *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 5ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1981.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler.** São Paulo: Cortez Editora, 1982.

FREIRE, Paulo. SHOR, Ira. **Medo e Ousadia** –O Cotidiano do Professor. 10ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Educação: o sonho possível.** In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *O Educador vida e morte.* Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade.** São Paulo, Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Política e educação.** 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **Professora Sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar.** SP, Editora Olho d'Água, 1997.

FREIRE, Paulo. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa; aprendendo a fazê-la melhor pela ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação:** Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira.** 2 ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo 5 5 Freire, 2002.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 33ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo; MACEDO, Donald. **Alfabetização: Leitura do mundo, leitura da palavra.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 58 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica.** 4.ed. Petrópolis, 2002.
- HENZ Celso Ilgo. **Razão-emoção crítico-reflexiva: um desafio permanente na capacitação de professores.** 2003. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2003.
- HENZ, Celso Ilgo. **Cinco Dimensões para (re)humanizar a Educação.** In ANDREOLA, Balduino Antonio; PAOLI, Evaldo Luis; KRONBAUER, Luiz Gilberto; ORTH, Miguel Alfredo. **“Formação de Educadores: da itinerância das universidades à escola itinerante”.** Ijuí/RS: Ed. UNIJUÍ, 2010. pp.49-62.
- HENZ, Celso Ilgo. FREITAS, Larissa Martins. **Círculos dialógicos investigativo-formativos: uma proposta epistemológica-política de pesquisa.** In: Dialogos círculos dialógicos, humanização e auto(trans)formação de professores . São Leopoldo: Oikos, 2015.
- HENZ, Celso Ilgo. FREITAS, Larissa Martins. SILVEIRA, Melissa Noal. **Círculos dialógicos investigativo-formativos: uma metodologia de pesquisa inspirada nos círculos de cultura freireanos.** In: PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 36, n. 3, p. 835 - 850, jul. /Set. 2018.
- HERMANN, N. **Hermenêutica e educação.** 1 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências.** 1 ed., São Paulo: Cortez, 2009.
- JAIME, F. F **Introducción al análisis de políticas públicas /** Fernando Martín Jaime ... [et.al.]. - 1a ed. - Florencio Varela: Universidad Nacional Arturo Jauretche, AR, 2013. [ Capítulo I – p. 10-29].
- JOSSO, Marie-Christine. **Caminhar para si.** PORTO ALEGRE: ARTMED, 2010.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5ed. Ver.ampl. – Goiania: Editora Alternativa, 2004.
- LIMA, L. C. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública.** 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2013.
- LÜCK, Heloísa. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006, Série: Cadernos de Gestão.

MENEGOLLA, Maximiliano e SANT'ANA Ilza Martins. **Porque planejar? Como planejar?** Currículo-Área-Aula. 15ª Ed. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Marli A. **As atribuições do "supervisor escolar" nas escolas de educação básica do município de Toropi/RS.** 2015. 37p. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) -Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

PARO, Vitor Henrique. **O caráter político e administrativo das práticas cotidianas na escola pública.** In: PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1997.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PERONI, V. M. **A democratização da escola em tempos de parceria entre o público e o privado.** In: Rev. Pró-posições, Campinas, v. 23, n.2 (68), p. 19-31, mai/ago. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel Pedagogia do vírus.** [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

SARAMAGO, José. Disponível em <https://www.pensador.com/frase/NTU5NzQ3/>. Acesso em 15. Out. 2020.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de educação:** significados, controvérsias e perspectiva. 2ª ed.- Campinas: São Paulo: Autores Associados, 2017. (capítulo I e II).

TOROPI. **Lei nº 825-13/2016, de 26 de maio de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) e dá outras providências. Câmara dos Vereadores, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto Pedagógico de Curso Mestrado Profissional em Políticas Públicas e gestão educacional.** Santa Maria, RS: 2015. Disponível em [https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/pppg/wp-content/uploads/sites/542/2019/04/PPC\\_MESTRADO-PROFISSIONAL\\_2015.pdf](https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/pppg/wp-content/uploads/sites/542/2019/04/PPC_MESTRADO-PROFISSIONAL_2015.pdf) acesso em 21/09/2019.

VIEIRA, S. L. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan-abr. 2007.

TAVARES, Fernando Sabino. **O Encontro marcado**, 32ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1981.

**ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional  
Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título do Projeto:** Desafios para a efetivação democrática do plano municipal de educação no Município de Toropi/RS: possíveis (re)construções nas relações teoria-prática

**Pesquisador Orientador responsável:** Celso Ilgo Henz

**Pesquisadora responsável:** Marli Almeida de Oliveira

**Contato:** (55) 981001763 / marlioliveira1587@gmail.com

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) / Centro de Educação (CE), Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG)

Prezado (a) colaborador (a):

Você está sendo convidado a participar da pesquisa que tem como título "Desafios para a efetivação democrática do plano municipal de educação no Município de Toropi/RS: possíveis dispositivos nas relações teoria-prática". Esta pesquisa destina-se a elaboração da dissertação de mestrado, e tem como objetivo geral: construir com professoras/es e comunidade escolar caminhos e dispositivos para a criação de uma proposta de agenda para implementação da gestão democrática, por meio do PME e outras instâncias ou organismos de participação democrática no Sistema Municipal de Toropi/RS. A pesquisa busca refletir acerca de possíveis dispositivos que possam efetivar a participação democrática de toda a comunidade.

O produto final desta pesquisa será a elaboração uma proposta de agenda para implementação do PME democrático ou ainda uma minuta de Lei da Gestão Democrática.

Informa-se que o nome dos participantes será mantido em sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-los. Salienta-se ainda que não haverá forma de remuneração ou ressarcimento referente à participação que acontecerá sem nenhum ônus. O participante tem o direito de receber informações em qualquer fase da pesquisa e seu consentimento, evidenciado pela assinatura deste termo, poderá ser retirado a qualquer momento, sem nenhum tipo de penalização ou represália. Em caso de desconfortos, em relação ao teor das perguntas, os sujeitos da pesquisa poderão se recusar em participara da mesma. Os resultados desta pesquisa poderão ser divulgados na integra ou parcialmente em artigos, jornadas, encontros ou seminários da área da educação, ressaltando que as identidades dos participantes serão preservadas. Após a leitura deste Termo de Consentimento e de sua aceitação em participar da pesquisa, solicita-se sua assinatura.

Eu, \_\_\_\_\_, afirmo através deste termo, que concordei em participar voluntariamente da referida pesquisa, tendo sido informado de seus objetivos de maneira clara e detalhada. Concordei com a participação nos encontros e fui devidamente informado que será garantida a preservação de minha identidade bem como meu direito de desistir da participação na pesquisa a qualquer momento.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Santa Maria, ..... de ....., 2020.

---

Assinatura do (a) participante

Nós pesquisadores, Marli Almeida de Oliveira e orientador/pesquisador Prof.<sup>a</sup>. Dr. Celso Ilgo Henz, declaramos que obtivemos de forma apropriada e voluntária o consentimento Livre e Esclarecido deste colaborador.

Santa Maria, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

Marli Almeida de Oliveira  
Pesquisadora

---

Celso Ilgo Henz  
Prof. Orientador



## ANEXO B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE - TCLE



Universidade Federal de Santa Maria  
 Centro de Educação  
 Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional  
 Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional

### TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

**Título do Projeto:** Desafios para a efetivação democrática do plano municipal de educação no Município de Toropi/RS: possíveis (re)construções nas relações teoria-prática

**Pesquisadora Orientadora responsável:** Celso Ilgo Henz

**Pesquisadora responsável:** Marli Almeida de Oliveira

**Contato:** (55) 981001763 / marlioliveira1587@gmail.com

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) / Centro de Educação (CE), Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG)

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão construídos por meio dos Círculos Dialógicos Investigativo-formativos. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto e publicações decorrentes. As informações dos sujeitos somente poderão ser divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa. As informações prestadas ficarão em completo sigilo, de maneira online, por um período de cinco anos sob a responsabilidade da pesquisadora Marli Almeida de Oliveira, após este período, os dados serão apagados.

O(s) Pesquisador (es) declara(m) ter conhecimento de que as informações pertinentes às técnicas do projeto de pesquisa somente podem ser acessados por aqueles que assinaram o Termo de Confidencialidade, excetuando-se os casos em que a quebra de confidencialidade é inerente à atividade ou que a informação e/ou documentação já for de domínio público.

Santa Maria, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Marli Almeida de Oliveira  
 Pesquisadora

---

Celso Ilgo Henz  
 Orientador

## APÊNDICE A – PROPOSTA DOS CÍRCULOS, ENCAMINHADO JUNTAMENTE COM O CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA<sup>34</sup>



Universidade Federal de Santa Maria  
 Centro de Educação  
 Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional  
 Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional

### DINÂMICA DOS ENCONTROS COM COAUTORAS/ES DA PESQUISA ATRAVÉS DOS CÍRCULOS DIALÓGICOS INVESTIGATIVO-FORMATIVOS:

#### 1º CÍRCULO: CENÁRIO EDUCACIONAL E APRESENTAÇÃO DO PROJETO

**OBJETIVO:** Compreender com os coautores a realidade educacional e quais os princípios democráticos fazem parte do contexto estudado. Apresentar o projeto aos coautores e construir possibilidades de "produto final".

#### METODOLOGIA:

- Apresentar o Projeto de pesquisa em power point (slides) e deixar recortes com objetivos e metodologia "espalhados" pela sala;
- Refletir sobre os movimentos democráticos existentes em nossa rede de ensino, fazendo um paralelo com outras realidades conhecidas;
- Dialogar sobre quais encaminhamentos, decisões poderiam ser diferentes, de maneira democrática;
- Solicitar que em casa conversem com a família e anote algumas sugestões para tornar o cenário educacional mais democrático, enviar ou trazer no próximo encontro.
- Em grupos, elaborar e apresentar cartazes contendo características das crianças/alunos de Toropi, como veem a infância atualmente no município, e quais as dificuldades/desafios que enfrentam como professores no atendimento da educação infantil.

#### 2º ENCONTRO: POLÍTICAS PÚBLICAS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

<sup>34</sup> A referida proposta foi encaminhada juntamente com o convite para que as/os coautoras/es pudessem visualizar melhor a intenção dos encontros, porém, com a pandemia os encontros tiveram outra forma de realização e a proposta inicial foi alterada e construída de forma cooperativa entre as participantes.

OBJETIVO: Verificar se/como a legislação e as políticas públicas para a gestão democrática estão sendo cumpridas/executadas em Toropi.

**METODOLOGIA:**

- Apresentar e refletir acerca das sugestões que os participantes trouxeram; pedir pra que cada um contribua e dialogar sobre eles
- Entregar aos participantes recortes com fragmentos da CF, LDB, PNE e PME que tratam sobre a gestão democrática;
- Através dos recortes, discutir sobre toda a legislação que preza a participação, trazendo para a realidade de Toropi, pesquisando dados e evolução ou não dos processos de participação da comunidade escolar.
- Elaboração de painel onde cada participante abordará, em relação à gestão democrática em Toropi, um ponto forte (aspecto que está sendo cumprido), um ponto fraco (aspecto que não está sendo cumprido totalmente ou parcialmente) bem como sugestões para melhorar os pontos fracos trazidos.

**3º ENCONTRO: GESTÃO DEMOCRÁTICA E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

OBJETIVO: Expor a importância da gestão democrática na construção do PPP e compreender como os sujeitos veem esse processo.

**METODOLOGIA:**

- Em construção.

OS PRÓXIMOS ENCONTROS SERÃO CONSTRUÍDOS DE MANEIRA COOPERATIVA COM TODAS E TODOS.

## APÊNDICE B – CONVITE ENCAMINHADO À APM DE TOROPI



Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional  
Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional

Ofício s/n

Toropi, 09 de março de 2020.

Senhora: Lusiane Soares de Oliveira

Presidente da APM

Nesta cidade

Assunto: **Convite para Participação em Pesquisa de Mestrado**

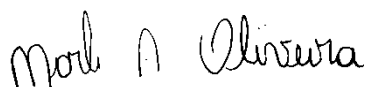
Cumprimentando-a cordialmente, eu, Marli Almeida de Oliveira, Professora 20h da Rede Municipal de Ensino de Toropi, acadêmica do Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Mestrado Profissional, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), juntamente com o Professor Doutor Celso Ilgo Henz, orientador do projeto de pesquisa, viemos por meio deste convidar e solicitar a indicação de pessoas para participarem como coautoras e coautores da pesquisa de mestrado intitulada **DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DEMOCRÁTICA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TOROPI/RS: POSSÍVEIS DISPOSITIVOS NAS RELAÇÕES TEORIA-PRÁTICA.**

O mesmo busca propiciar reflexões acerca da gestão democrática, participada e dialogada, por meio da efetivação do Plano Municipal de Educação no município de Toropi/RS, como um mecanismo de implementação da gestão democrática. O objetivo principal construir com professoras/es e comunidade escolar caminhos e dispositivos para a criação de uma proposta de agenda para implementação da gestão democrática, por meio do PME e outras instâncias ou organismos de participação democrática no Sistema Municipal de Toropi/RS,

focando os objetivos específicos a partir da Meta Dezenove (19) do Plano Municipal de Toropi/RS.

Em anexo encaminhamos uma proposta de cronograma dos encontros. Salientamos que esta é uma proposta inicial e que poderá ocorrer alterações, pois iremos (re)construí-la juntos a partir do primeiro encontro.

Atenciosamente,



Marli Almeida de Oliveira  
Professora Pesquisadora



Celso IlgoHenz  
Professor Orientador

## APÊNDICE C – MEMORANDO ENCAMINHADO À SMEC DE TOROPI



Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional

Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional

Memorando nº 02/2020 -

Santa Maria, 17 de julho de 2020.

Prezada Senhora: Noerci Aidê Perez

Secretária de Educação e Cultura

Toropi/RS

Assunto: **Acesso a documentos da Secretaria de Educação**

Solicitamos acesso a todos os documentos que se refiram à garantia e efetivação de processos democráticos no contexto escolar municipal, tais como: Portarias de nomeações em Comissões, Conselhos, Colegiados; PPP; Regulamentos de Conselhos, APM e outros.

O pedido se justifica para viabilizar a proposta de projeto de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional da acadêmica Marli Almeida de Oliveira, matrícula 201870018, intitulado "DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DEMOCRÁTICA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TOROPI/RS: POSSÍVEIS DISPOSITIVOS NAS RELAÇÕES TEORIA-PRÁTICA. O mesmo busca propiciar reflexões acerca da gestão democrática, participada e dialogada, por meio da efetivação do Plano Municipal de Educação no município de Toropi/RS, como um mecanismo de implementação da gestão democrática. O objetivo principal é construir com professoras/es e comunidade escolar caminhos e dispositivos para a criação de uma proposta de agenda para implementação da gestão democrática, por meio do PME e outras instâncias ou organismos de participação democrática no Sistema Municipal de Toropi/RS, focando os objetivos específicos a partir da Meta Dezenove (19) do

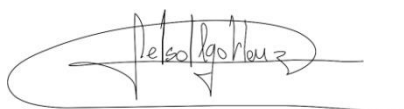
Plano Municipal de Toropi/RS. Para que este trabalho possa ser concretizado é necessário identificar quais órgãos, comissões e ações o município já possui e como se dá a nomeação e sua participação na educação Municipal.

Outro sim, também gostaríamos de poder contar com sugestões e/ou opiniões da atual gestão da SMEC para uma possível agenda de uma implementação dialogada e participada (democrática) da Meta 19 do PME.

Contando que nossa solicitação seja atendida, pedimos que disponham de xérox, ou ainda enviem cópia dos documentos e suas contribuições para os e-mails marlioliveira1587@gmail.com e celsoufsm@gmail.com.

Agradecemos a atenção dispensada e ficamos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cordialmente,

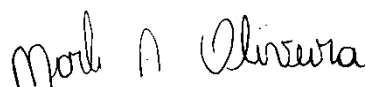


Celso Ilgo Henz

SIAP 2112035

Professor Orientador

Centro de Educação/UFSM



Marli Almeida de Oliveira

Mat 201870018

Acadêmica MP

Centro de Educação/UFSM

## APÊNDICE D – CONVITE DE QUALIFICAÇÃO E DEFESA



Universidade Federal de Santa Maria  
 Centro de Educação  
 Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional  
 Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
 CENTRO DE EDUCAÇÃO  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL - PPPG



**CONVITE**

Qualificação de Projeto de Pesquisa de Mestrado


DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DEMOCRÁTICA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TOROPI/RS: POSSÍVEIS DISPOSITIVOS NAS RELAÇÕES TEORIA-PRÁTICA

**MESTRANDA**  
 MARLI ALMEIDA DE OLIVEIRA

**ORIENTADOR**  
 CELSO ILGO HENZ, PROF. DR.

**BANCA EXAMINADORA**  
 Joze Medianeira dos S. de Andrade, Profa. Dra. (IFFAR)  
 Elisiane Machado Lunardi, Profa. Dra. (UFSM)  
 Marilene Gabriel Dalla Corte, Profa. Dra. (UFSM)

DIA: 04 /12/2019  
 HORÁRIO: 14h 30min  
 LOCAL: SALA DO LINCE (3350)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
 CENTRO DE EDUCAÇÃO  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL - PPPG

### DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Desafios para a efetivação democrática do Plano Municipal de Educação no município de Toropi/RS: possíveis dispositivos nas relações teoria-prática

**Mestranda**  
*Marli Almeida de Oliveira*

**Orientador**  
*Celso Ilgo Henz, Prof. Dr.*

#### BANCA EXAMINADORA

Balduino Antonio Andreola,  
 Prof. Dr. (UFRGS)  
 Joze Medianeira dos S. de Andrade,  
 Profa. Dra. (UFSM)  
 Elisiane Machado Lunardi,  
 Profa. Dra. (UFSM)

27 de outubro de 2020  
 às 15h 30min  
 Via google meet

